



Programa de
**Capacitação
e Integração
de Lideranças
Sociais**

HISTÓRIA GERAL

HUMANAS I

Realização:



Patrocínio:

Integração
Metropolitana



APRESENTAÇÃO

As apostilas para pré-vestibulares populares, sociais e comunitários do **PECEP** (Projeto de Ensino Cultural e Educação Popular) foram produzidas no âmbito do **Programa de Capacitação e Integração de Lideranças Sociais**, projeto contemplado pelo edital Integra Rio, uma realização da Secretaria Especial de Integração Metropolitana (SEIM) e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Essas apostilas representam uma conquista coletiva dos cursinhos e educadores populares de todo o país, afinal, representam uma ferramenta concreta para a democratização do acesso ao material didático. Elas foram pensadas com carinho e compromisso para dialogar com a realidade das centenas de iniciativas populares espalhadas pelo Brasil e, também com aqueles que pensam em iniciar a luta de fundar o seu próprio pré-vestibular.

Sabemos que cada cursinho tem suas particularidades e dinâmicas próprias. Alguns, inclusive, elaboram seu próprio material didático. As apostilas do PECEP não têm como objetivo substituir esses esforços, muito menos propor uma padronização da prática pedagógica popular. Ao contrário, elas foram pensadas para que cursinhos, coletivos, educadores e líderes comunitários possam mitigar certas falhas aos quais podem estar suscetíveis.

Por exemplo, um professor de português que deseje iniciar um pré-vestibular, mas ainda não professores de outras áreas, pode usar essas apostilas como ponto de partida para que os estudantes não fiquem sem material de estudo. Da mesma forma, um educador que esteja começando a lecionar biologia, também pode usar as apostilas como material de apoio.

Importante ressaltar que tais apostilas foram elaboradas por voluntários de um pré-vestibular que funciona, de forma ininterrupta, há 25 anos na cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, trazem em suas páginas o olhar atento e sensibilidade de quem está na linha de frente da luta por transformação através da educação.

Essas apostilas não tem a pretensão de serem uma solução definitiva. Elas são um passo importante em um caminho longo, penosos, porém, infinitamente recompensante.

Por fim, importante ressaltar que esta é a versão 2025 das nossas apostilas. A proposta é que esse material siga sendo desenvolvido e aprimorado de forma contínua, afinal, o aprendizado sobre o ensino popular não tem fim.

Se você tiver sugestões, críticas, dúvidas ou ideias, entre em contato com a gente pelo e-mail: **contato@pecep.org** e acompanhe as nossas redes sociais: **@pecep.org**

Com muito carinho,

A Direção do PECEP

ÍNDICE

CAPÍTULO 1: Idade Média (IV-XIV) - 4	
CAPÍTULO 2: Expansão marítima de Portugal e Espanha - 12	
CAPÍTULO 3: Renascimento e Revolução científica - 17	
CAPÍTULO 4: Formação das Monarquias Nacionais, Mercantilismo e sistema colonial, navegações tardias África e Ásia) e comércio internacional - 21	
CAPÍTULO 5: Renascimento e Revolução científica - 25	
CAPÍTULO 6: Colonização inglesa, espanhola - 30	
CAPÍTULO 7: Absolutismo e Antigo Regime I - 35	
CAPÍTULO 8: Absolutismo e Antigo Regime II (Contradições e Crise: Ilustração e Despotismo Esclarecido) - 42	
CAPÍTULO 9: Revolução Francesa e a Restauração (1789-1815) - 46	
CAPÍTULO 10: Independência dos Estados da América e América pós-1776 - 53	
CAPÍTULO 11: Revolução Industrial - 59	
CAPÍTULO 12: A Europa Conturbada - 63	
CAPÍTULO 13: Independências Latino Americanas - 69	
CAPÍTULO 14: Os Estados Unidos após a Independência e a Guerra Civil Americana - 75	
CAPÍTULO 15: Era vitoriana/Belle époque I : Segunda Revolução Industrial e o Capitalismo Monopolista - 79	
CAPÍTULO 16: Era vitoriana/Belle époque II Unificações tardias: Alemanha e Itália - 83	
CAPÍTULO 17: Era Vitoriana / Belle Époque III : Imperialismo - 89	
CAPÍTULO 18: Crise do Liberalismo I: Primeira Guerra - 96	
CAPÍTULO 19: Crise do Liberalismo II: A Revolução Russa - 103	
CAPÍTULO 20: Crise do Liberalismo III: A Crise de 1929 - 108	
CAPÍTULO 21: Entreguerras na busca por alternativas I: O New Deal - 112	
CAPÍTULO 22: Entreguerras na busca por alternativas II: o Fascismo - 115	
CAPÍTULO 23: Segunda Guerra - 124	
CAPÍTULO 24: Guerra Fria - 133	
CAPÍTULO 25: Ásia na Guerra Fria - 137	
CAPÍTULO 26: América Latina na Guerra Fria - 142	
CAPÍTULO 27: Expansão do Bloco Socialista: Cuba e Nicarágua - 149	
CAPÍTULO 28: Primeiro Choque do Petróleo e a Crise dos anos 70 - 154	
CAPÍTULO 29: Movimentos de Contestação - 157	
CAPÍTULO 30: Israel e os Estados Árabes/Israel e os Palestinos: Apartheid, terrorismo e diplomacia - 163	

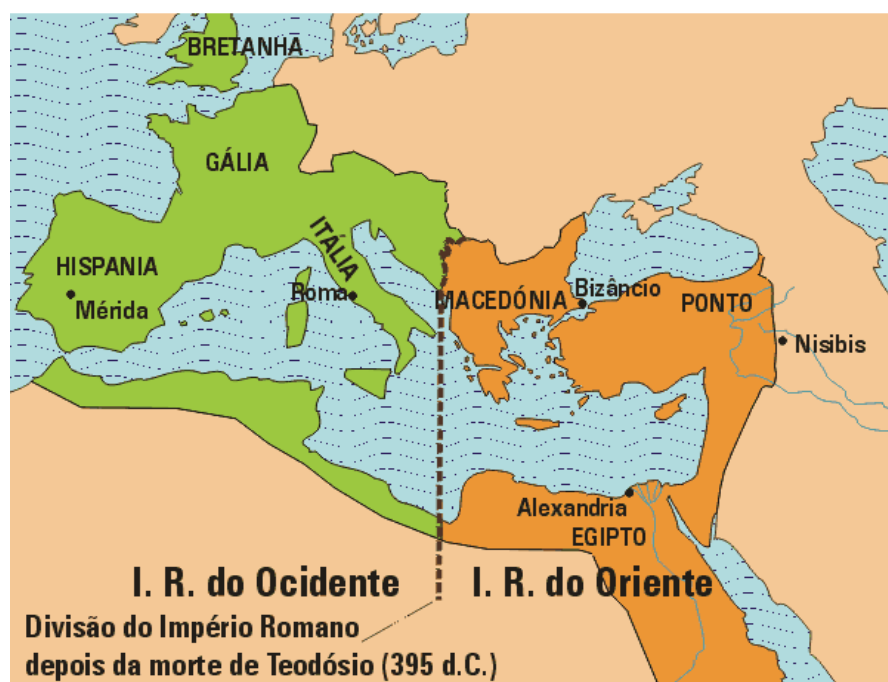
CAPÍTULO I:

IDADE MÉDIA (IV-XIV)

INTRODUÇÃO

O início da Idade Média é o período que marca a derrocada do Império Romano do Ocidente em 476 D.C, quando o último imperador foi deposto. O espaço temporal abrange cerca de 976 anos de história, e é dividida em três períodos, a Alta Idade Média, que inaugura um momento de descentralização política, mudanças econômicas e sociais, a partir do contato com os povos germânicos. A Idade Média Central, que é o processo de urbanização, e consolidação do feudalismo. E por último, A Baixa Idade Média, que é caracterizado por uma crise social, econômica e política a partir, principalmente, pela Peste Bubônica.

A desestruturação do Império Romano Ocidental resultará em uma nova forma de organização política e social, que impactará diretamente no cotidiano da sociedade europeia medieval. Esse processo decorrerá a partir do encontro da cultura romana com os mais diferentes povos que irão ocupar todo o território da Europa Ocidental. O cristianismo por sua vez, se aliará aos Reis, desenvolvendo o sistema de cristandade por todo continente europeu.

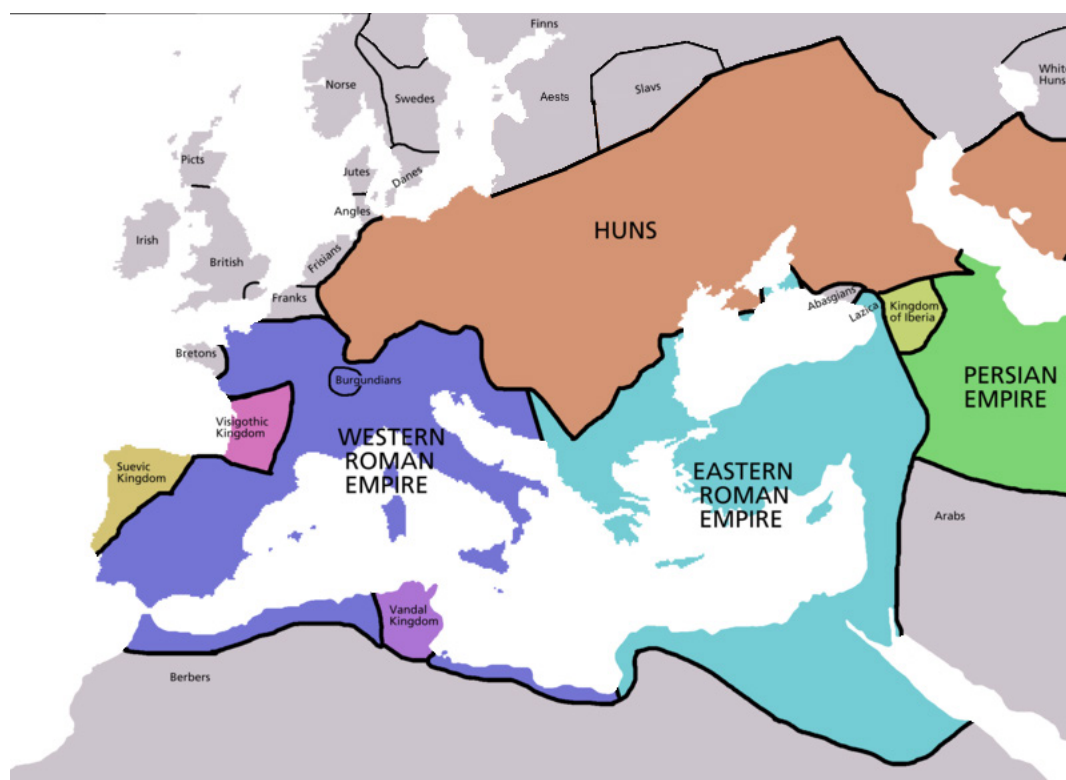


OS POVOS GERMÂNICOS E A CONSTRUÇÃO DE SEU IMPÉRIO

Desde o século II, podemos citar diferentes povos oriundos da região da Germânia, dentre eles: visigodos, saxões, ostrogodos, francos, vândalos, lombardos, burgúndios. Todos eles deram início às migrações e ao processo de ocupação no território do Império Romano Ocidental.

buscando novos alimentos, visto que eram povos nômades. Os contatos entre os povos germânicos e romanos, ao longo deste período, ocorreram por duas formas: pacíficas, onde convivem no mesmo ambiente; e violentas, por meio de guerras, devido à resistência de setores da sociedade romana.

As sociedades germânicas compartilhavam a mesma origem linguística, eram hierarquizadas com forte poder patriarcal. Suas leis constituíram-se a partir do direito consuetudinário, ou seja, não eram escritas, mas baseadas nos costumes. Sua economia era baseada na criação de animais e na agricultura. A fixação e a fusão das culturas romana e germânica resultam em um importante elo conectivo: o cristianismo. A cultura romana não foi totalmente abandonada, mas alguns elementos, como a língua latina, tiveram continuidade. A partir das guerras e da destruição das cidades, o início da Idade Média é marcada pelo processo de ruralização do mundo europeu Ocidental. A destruição das cidades por saques, falta da preservação das estradas levaram ao fim do cenário urbanístico do mundo romano. Doravante, no século VI, os germanos já haviam organizado novos reinos nos territórios ocupados, como mostra o mapa abaixo. Por exemplo, os Visigodos e os Suevos ocuparam a península Ibérica; os Francos ocuparam o território que hoje é a França; os Anglo-saxões estabeleceram-se no que hoje é o Reino Unido, entre outros espaços. Grande parte desses reinos tiveram curta duração, com exceção dos Francos, que iriam se estabelecer como um dos Impérios mais longevos do período. De forma concomitante, o processo de estruturação e expansão do sistema de cristandade¹ e do cristianismo ocorreria ao longo da Idade Média Central e Baixa Idade Média.



¹ Sistema de relações entre a Igreja e o Estado (ou de outra forma de poder político) em uma determinada sociedade e cultura

REINO FRANCO E O RENASCIMENTO CAROLÍNGIO

O período que marca a organização política dos francos teve sua importância já no século V. Ao longo de sua ocupação do território da Gália, atual França, a aliança dos Francos com a Igreja Católica corroborou para sua centralização política e difusão cultural de práticas cristãs, como batismo, casamento, juramentos, entre outros ritos sacros. A sacralização dada ao Rei e a reafirmação de seu poder contribuíram para a manutenção da unidade de seu reinado. A defesa do cristianismo como religião oficial dos Francos foi de suma importância para a Igreja Católica, visto que continuariam expandindo sua fé.

Com o advento da religião muçulmana, no século VII, na península Arábica, e sua expansão para o norte da África e, em seguida, para o continente europeu, os francos realizaram grandes batalhas, a mais importante foi a de Poitiers (732). Carlos Magno, rei dos francos, adquiriu grande poder na Europa, um dos reis mais longevos do período, que liderou seu exército e conteve o avanço dos muçulmanos na península Ibérica. Seu reinado foi de suma importância para a expansão da religiosidade cristã e para o estabelecimento da cristandade e do cristianismo, visto que a partir da doação do patrimônio de São Pedro, a Igreja Católica recebeu terras na península Itálica. Além disso, submeteu povos germânicos, tornando-os seus súditos e conquistando um vasto território construindo o Império Carolíngio.

Durante o governo de Carlos Magno, uma de suas características foi a promoção e patrocínio de estudiosos e artistas que se dedicavam às artes plásticas, literatura e educação. Ao longo da Alta Idade Média, a transmissão de informações e a educação eram monopolizadas pela Igreja Católica. As Universidades deste período eram controladas por sacerdotes católicos e os cursos ofereciam principalmente: Teologia, Direito e Medicina. Os monges, parte fulcral deste processo, residiam em mosteiros, e realizavam atividades como cópias de textos antigos. As grandes taxas de analfabetismo atingiam até mesmo os reis locais, o que mudou com o processo de alfabetização, em latim, de Carlos Magno.

A chegada ao fim desse período (Alta Idade Média) é marcado com a morte do rei carolíngio Carlos Magno, que inaugura o período da Idade Média Central, onde ocorre a fragmentação de seu reino pela divisão territorial entre seus filhos. Esse processo levará a uma guerra civil entre seus filhos, chegando ao fim somente com o Tratado de Verdun (843). Os sucessivos ataques de povos Magiares (Húngaros), vikings (escandinavos) entre outros, levaram, novamente, a um período de instabilidade e insegurança. Nesse ínterim, a construção de Castelos seriam importantes como grandes fortalezas militares, local de proteção dos reis, teriam a função de sedes administrativas, local de comércio, e importante espaço religioso das igrejas.

ECONOMIA E SOCIEDADE

A Idade Média Central, é o período onde as cidades retomaram papéis centrais de comércio, trocas culturais e enclausuramento do homem à terra². Ademais, entre os séculos X e XIII, a Europa desenvolveu uma forma de organização política, social e econômica denominada de Feudalismo. O Feudo³ Não se trata somente de terras, mas também, de benefícios e trocas, sejam elas de alimentos, dinheiro ou serviços prestados. A retomada do crescimento populacional a partir do ano 1000, propiciou a formação de algumas cidades (burgos) que se desenvolveram cercadas por muralhas, os cidadãos eram chamados de burgueses. A partir de então, alguns burgos passaram a se tornar independentes, que passariam a se chamar comunas, onde poderiam formar seus próprios governantes. É válido ressaltar que a formação de burgos e comunas não existiam em grande número.

Nesse contexto, fora das comunas e burgos, o sistema Feudal afetará diretamente a organização hierárquica da sociedade europeia. Falaremos aqui, de padrões de alguns lugares como: a atual Alemanha, França e Itália, que tiveram papel fundamental no estabelecimento das novas ordens sociais. Esse processo levará a relações de fidelidade entre nobres, consolidação da Igreja Católica, fortalecimento dos senhores locais que exerciam importantes funções administrativas, militares e judiciais em suas posses. O processo de fixação do homem à terra também ocasionará o desenvolvimento da cultura agrícola, desenvolvimento das feiras e a recuperação das estradas que conectam a fazenda com as cidades e/ou Castelos. A imagem abaixo ilustra a geografia local deste período.



Aldeia medieval: 1. Bosque. 2. Castelo do senhor. 3. Campos de cultivo. 4. Moinho do senhor. 5. Igreja. 6. Aldeia: casas e hortas. 7. Pedágio ou direito de trânsito.

² Termo referente a fixação do homem as terras

³ Feudo deriva do germânico *fehu* (gado), significando um “bem oferecido em troca de algo”

ECONOMIA FEUDAL

Na sociedade feudal predominavam as atividades agrícolas e pecuárias, que eram utilizadas nas terras de senhores feudais para o plantio e a criação de animais, o local se chamava senhorio. Cada terra tinha uma produção especializada em: utensílios domésticos, farinha, vinho, carnes, leites etc. O senhorio, ou seja, as extensões de terras, eram separadas, principalmente em três partes:

- **campos abertos (terras comunais)** - lugar de uso comum, no qual poderiam recolher madeira, coletar frutos entre outras atividades;
- **reservas senhoriais** - terras exclusivas do senhor feudal, parte em que seus servos trabalhavam uma vez por semana como retribuição a utilização de suas terras;
- **mansos servis** - local onde eram realizadas o cultivo de animais e plantio para sustento dos servos.

Além das atividades no campo, a volta das atividades comerciais, nas cidades, retomaram o desenvolvimento de atividades especializadas. As **Corporações de Ofício** assumiram papel importante para o desenvolvimento de novas ferramentas, artesanato, tecelagem entre outros. Esse conhecimento era transmitido de geração em geração visando concentrar a arte da produção de algum produto em sua família.

SOCIEDADE FEUDAL

Neste período, a sociedade feudal era fortemente hierarquizada, conhecida como sociedade estamental. Nessa pirâmide desigual, dificilmente haveria locomoção entre os estamentos (estados). Ou seja, um camponês dificilmente seria nobre. Dentre os principais três grupos que se dividiram em funções coexistindo sem contestação, podemos destacar na imagem abaixo: os que protegem/guerreiam (nobreza), os que rezam (clero) e os que trabalhavam.

Podemos destacar no centro, a figura de Jesus Cristo, elemento importante do cristianismo que ressalta o ponto de convergência entre as duas primeiras ordens, A *nobreza* representando os senhores feudais, se dedicavam quase que exclusivamente a uma atividade: Guerra. A segunda ordem nesta hierarquia é o *clero*, membros da Igreja Católica, que ajudavam na formação das mentalidades e de opiniões sobre a organização social. E por último, os *trabalhadores*, repre-

sentavam a maior parcela da população, esse grupo era composto por camponeses, pequenos comerciantes e outros setores sociais importantes para a continuidade dos serviços locais.



SUSERANOS E VASSALOS

É possível que você ainda esteja se perguntando como essa lógica se constituiu e era aceita por todos. Durante o feudalismo, o poder político era controlado, principalmente, por senhores feudais. A Igreja, sendo um de seus alicerces, legitimava o cenário em que os juramentos fossem extremamente levados a sério. As cerimônias eram constituídas por dois atos principais: o de transmissão de feudo e de juramento de fidelidade do vassalo. Essa mentalidade se desenvolvia desta maneira: O *Suserano* (senhor) concedia feudos a outro nobre, que se tornaria *Vassalo* do senhor em que prestou fidelidade. O senhor também daria proteção militar ao seu vassalo, além de assistência jurídica. O vassalo em troca, deveria cumprir com deveres militares, auxiliando o seu senhor no que fosse preciso. É válido ressaltar que o nobre poderia prestar fidelidade a mais de um senhor. É importante mentalizar uma complexa relação nesse momento, uma cadeia de prestação de serviços entre os senhores feudais.

SENHORES E SERVOS

Na sociedade medieval, os servos não possuíam grande liberdade, eram reféns de cultivar e trabalhar na terra de senhores para sobreviver. O seu trabalho era fundamental para a manutenção das outras duas ordens: os senhores e o clero. Seu ofício no campo foi importante para desenvolvimentos novos aprendizados e tecnologias como: *Charrua*, equipamento utilizado para mover a terra; *ferradura* para os cavalos, *rodízio trienal* e o *moinhos d'água*. Destacamos algumas atividades obrigatórias do servo ao seu senhor como:

- **corveia** - o servo deveria trabalhar alguns dias nas terras de seu senhor como pagamento da utilização de suas terras para sobreviver.
- **Talha** - o servo deveria entregar parte de sua produção para o senhor para continuação de uso das terras de seu senhor.
- **capitação** - pagamento de impostos segundo número de cada membro de sua família

DECLÍNIO DA IDADE MÉDIA

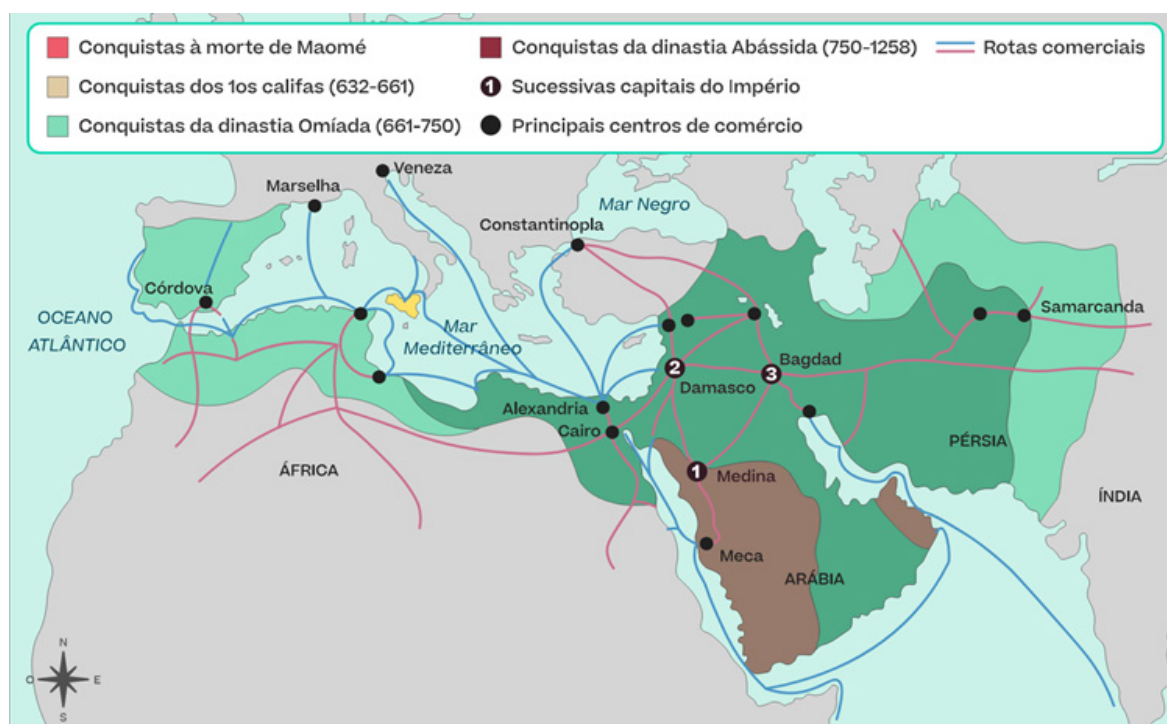
A Alta Idade Média (XIII-XIV) foi o palco do encerramento do período da Idade Média. A partir do século XIV, um conjunto de fatores levaram, novamente, a um período de crise da sociedade feudal europeia. As epidemias, principalmente da peste bubônica, desencadearam a morte de $\frac{1}{3}$ da população europeia. Iniciou-se um ciclo interminável de mortes, declínio de alimentos, que levaram à fome, guerra, saques e fragmentação dos poderes feudais. Nesse momento, as guerras tiveram um papel importante acionando a fidelidade de seus vassalos. A principal guerra neste período foi a *Guerra dos Cem Anos (1337-1453)*, entre a França e Inglaterra, derivada da crise de sucessão dinástica na França. O momento de instabilidade abriu precedente para que os senhores feudais pudessem se juntar e centralizar o poder na mão de um Rei.

CAPÍTULO 2:

EXPANSÃO MARÍTIMA DE PORTUGAL E ESPANHA

INTRODUÇÃO

No período da Idade Média Central, o território da Península Ibérica passava por uma grande ocupação muçulmana. Mas antes de iniciarmos a temática do capítulo, precisamos retornar a origem dessa religião. A religião do Islã surgiu na península Arábica no século VII e, liderados pelo profeta Maomé, tornou-se uma das maiores religiões da época. As intensas batalhas entre os católicos e os adeptos da religião muçulmana foram denominadas como **Cruzadas**⁴. Neste cenário de guerras, a península Ibérica, seria mais tarde o espaço de formação dos Reinos que tornaram-se Portugal e Espanha.



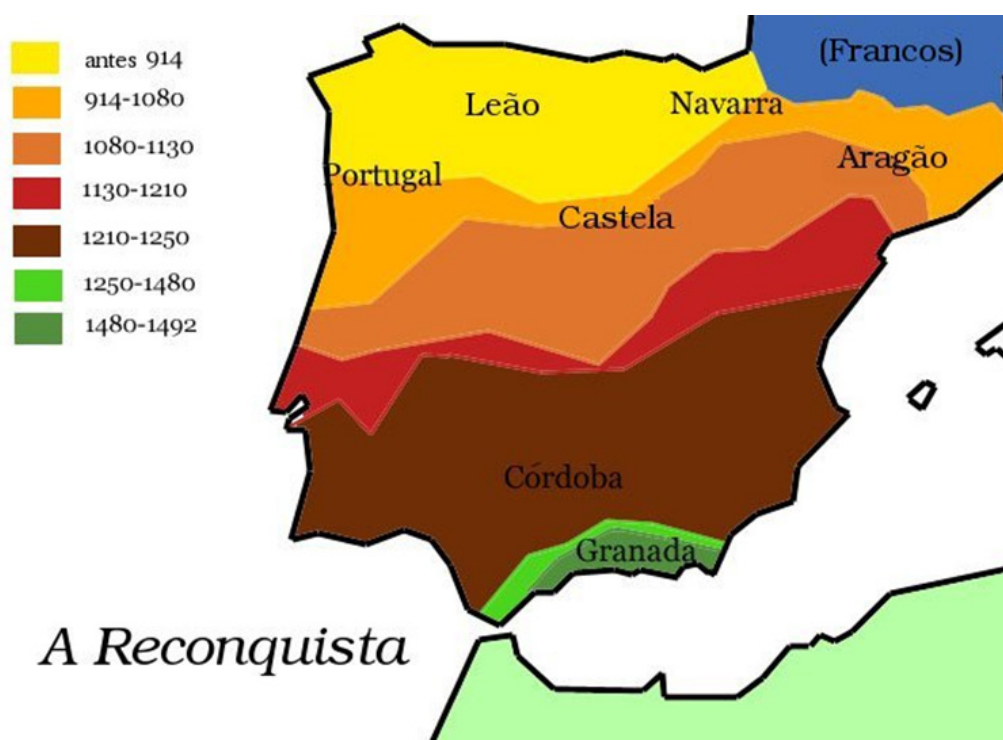
A FORMAÇÃO DOS REINOS DE PORTUGAL E CASTELA (ESPANHA)

No século XI, o reino de Portugal foi formado em meio às guerras contra os árabes em seu território. A *reconquista*, termo aplicado ao processo de recuperação territorial da Península Ibérica pelos católicos, foi o processo que levou à expulsão por completo dos muçulmanos. A expansão dos Reinos nesse período seguiu a lógica feudal, ou seja, a partir do sistema de Vassalagem e casamentos. O processo da formação destes estados tiveram papel fundamental para o desenvolvimento das expansões marítimas comerciais, visto que suas terras não eram abastadas.

⁴ As cruzadas foram expedições militares organizadas entre XI e XIII por autoridades da Igreja Católica e pelos nobres. O objetivo era pôr fim do controle muçulmano sobre "lugares santos do cristianismo", além disso, tinham o interesse econômico em busca de novas rotas comerciais.

Apesar dos constantes conflitos, as trocas comerciais e culturais fizeram parte da formação dos estados ibéricos. A matemática, filosofia, plantio foram aprendidas com os povos muçulmanos. A economia que era, predominantemente agrária, tinha como seus principais produtos: cereais, azeite, vinho e pescados. Suas principais rotas foram: Norte da África, Flandres (Bélgica) e, futuramente, as Índias(1498).

O mapa abaixo, ilustra o processo de reocupação da península.



A EXPANSÃO MARÍTIMA

Em virtude da ocupação do Norte do continente africano pelos muçulmanos, os portugueses e espanhóis buscavam alternativas em suas rotas comerciais, visto que o mar mediterrâneo tinha uma grande ocupação dos muçulmanos. As *Grandes Navegações*, nome dado ao empreendimento português e espanhol, foram muito importantes para as expedições em longas distâncias, que tinham o objetivo de conquistar novos territórios e riquezas. A busca por novos mercados levou a possuir um foco em produtos de luxo chamadas de *especiarias*. Podemos destacar: temperos, perfumes, tecidos, na qual eram utilizados predominantemente pela aristocracia. Isso só foi possível devido ao surgimento de técnicas de velejamento, que, novamente, foram adquiridas nas experiências de trocas culturais com outros povos, principalmente os próprios muçulmanos. Vejamos algumas delas:

- **Caravela:** principal embarcação marítima utilizada nas grandes navegações, sua principal característica é a utilização do vento para locomover-se
- **Cartografia:** a elaboração de mapa foi de suma importância para os registros de locais por onde passavam, sendo escondidas como segredo de Estado
- **Bússola:** instrumento de orientação espacial, essa invenção, apesar de ser chinesa, foi introduzida nas navegações europeias.

AS NAVEGAÇÕES PORTUGUESAS

O primeiro reino a empreender as Grandes Navegações no século XV foi Portugal. Outrossim, devemos entender os fatores que levaram ao pioneirismo luso nesse processo longo, custoso e dispendioso. Entre essas características, temos:

- **Centralização política**, que foi concretizada pela dinastia dos Avis, em consonância com os comerciantes e nobres, que uniram-se no projeto de governança em torno da Monarquia.
- **Posição geográfica**, que proporcionou ao fácil acesso ao mar Atlântico.
- **Harmonia de interesses**, que levaram a convergência da busca por novos mercados, artigos de luxo que se tornaram almejados. A nobreza também desejava cargos na burocracia estatal e, por último, o financiamento da Igreja Católica na busca de novos fiéis.

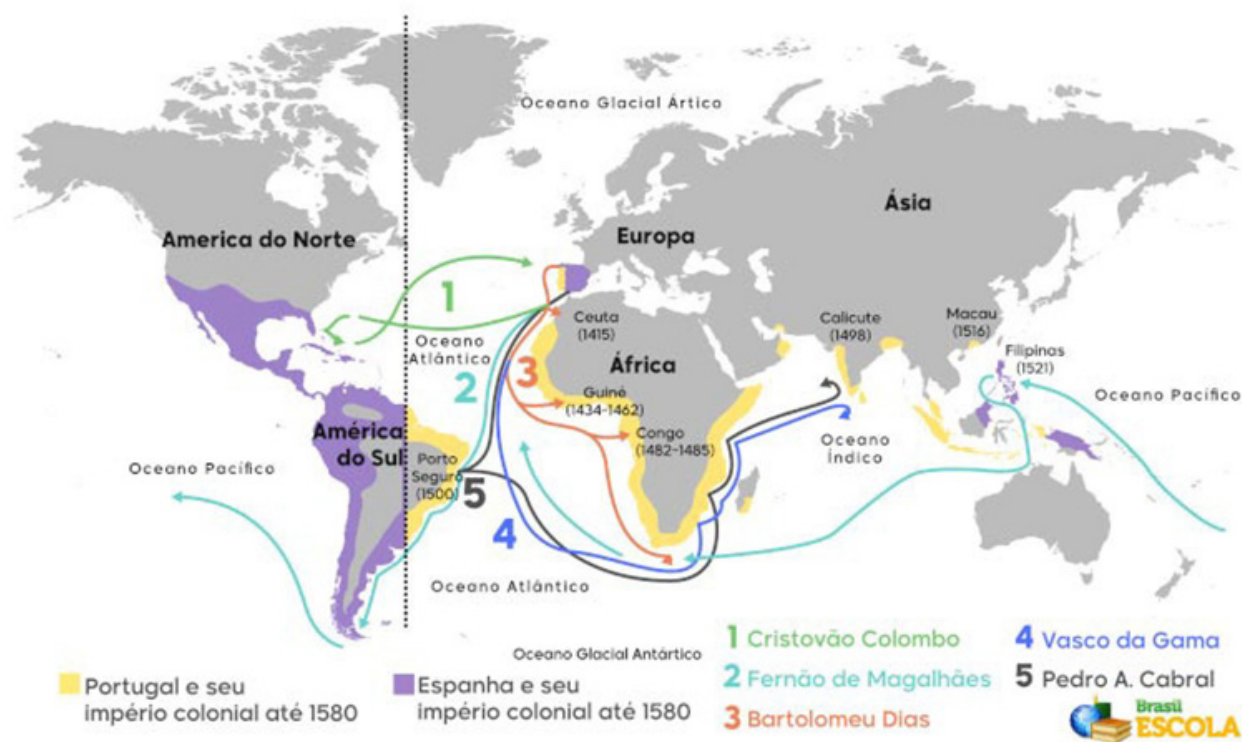
O desenvolvimento das expedições marítimas teve seu início a partir da conquista de *Ceuta* (1415), que historicamente havia sido dominada pelos muçulmanos. Logo após a chegada das embarcações portuguesas ao território africano, foram instaladas as **feitorias**⁵. As longas tentativas dos navegantes portugueses em contornar o continente Africano foram premiadas pela chegada ao continente Asiático. É válido ressaltar que esse processo levou cerca de 90 anos. Podemos destacar eventos como: Chegada a Guiné (1434-1462); Congo (1482-1485); Cabo da Boa Esperança (1490); Moçambique (1498) e às Índias (1498).

⁵ Foram de suma importância para o desenvolvimento do comércio português nas regiões africanas. Além disso, funcionava também como fortificações militares e sedes administrativas de Portugal.

NAVEGAÇÕES ESPANHOLAS

A construção do reino espanhol foi no final do século XV com o casamento do Rei Fernando (de Aragão) e a rainha Isabel (de Castela), essa aliança foi construída para a expulsão dos muçulmanos que habitavam a região de Granada. Após a expansão, em 1492, a coroa investiu nas Grandes Navegações lideradas pelo genovês Cristóvão Colombo, que chegaria na América em 1492.

Posteriormente à chegada dos portugueses e espanhóis às Américas, iniciaram-se discussões a respeito da divisão das terras, visto que Pedro Álvares Cabral havia chegado ao Brasil em 1500. A solução encontrada foi o *Tratado de Tordesilhas* em 1494. A divisão territorial do mundo, assim conhecida, foi estabelecida a partir de uma linha imaginária situada em Cabo Verde (posse espanhola), onde a 370 léguas a oeste pertenceriam à Espanha. O mapa abaixo mostra as posses coloniais até o século XVI.



CAPÍTULO 3:

RENASCIMENTO E REVOLUÇÃO CIENTÍFICA

INTRODUÇÃO

A recuperação das rotas comerciais e a abertura de novas possibilitaram o aumento de contato entre diferentes povos por vias terrestres e marítimas. O período da modernidade, iniciado ainda no século XV, é marcado pelo surgimento de novas ideias no campo da cultura e da ciência. A estrutura social, neste momento, perde sua rigidez nestes campos, e agora, aparece o espaço para o **indivíduo** manifestar suas potencialidades. As respostas de muitas perguntas na Idade Média eram orientadas **somente** pela Fé, ou seja, guiadas pelo **Teocentrismo**. A valorização da racionalidade humana será denominada de **antropocentrismo**.

Somado às novas ideias de intelectuais que buscavam novas explicações às suas perguntas e, posteriormente, ao enfraquecimento da Igreja, a valorização do ser humano será a principal tese para respostas. Conhecido como **Humanismo**, diferentes pensadores irão escrever obras e tratados sobre a concepção de que o ser humano é o principal agente de suas ações. Mas, em um mundo ainda predominantemente cristão, não há uma concepção atéia explicativa do mundo. As concepções medievais de submissão do homem à Deus será reforçada ao longo das teorias explicativas sobre a natureza humana, rotação dos planetas, etc.

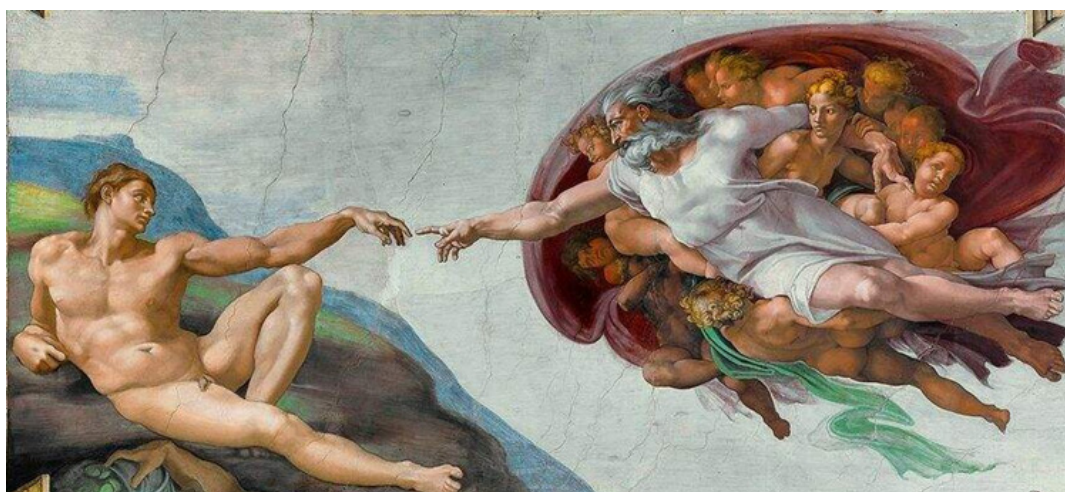
RENASCIMENTO ARTÍSTICO

Nesse contexto de inspiração humanista, entre os séculos XV-XVI, surge um movimento cultural urbano, que levará o nome de **renascimento ou renascença**. As cidades italianas como: Florença, Veneza, Roma, privilegiadas pelas rotas marítimas e pelos principais investidores, seriam os principais pontos de interlocução entre as trocas comerciais e artísticas. As Obras renascentistas podem ser caracterizadas por:

- Busca de elementos da cultura grego-romana em suas obras;
- Pintura a óleo;
- Técnica da perspectiva;
- Valorização da figura humana.

Os quadros abaixo irão ilustrar algumas destas características.

:

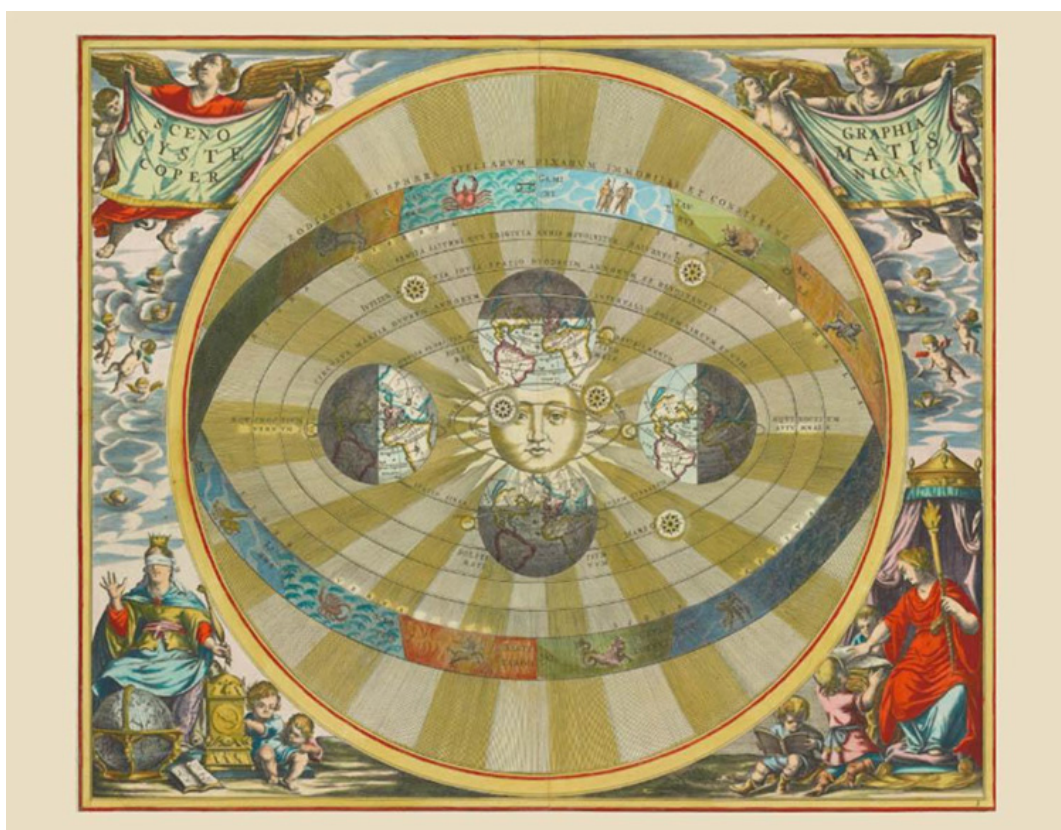


Dentro deste cenário de valorização de obras artísticas, é válido ressaltar que o investimento dos grandes comerciantes foi de suma importância para o desenvolvimento desta prática mercantil. Outros setores da sociedade, como a Igreja Católica, foram um dos principais investidores na criação de obras, sejam pinturas ou esculturas para representação material de eventos bíblicos. Os Reis, de forma concomitante, investiram em pinturas para representarem a si próprios em pinturas, esta prática é conhecida como **Mecenato**.

CIÊNCIA O CAMINHO DA EXPERIMENTAÇÃO

A valorização do ser humano também foi explorada no campo científico da época. A busca por rupturas as explicações medievalistas das concepções humanas e dos astros, levaram a uma nova estratégia de elucidação a partir da experimentação. As disciplinas privilegiadas no desenvolvimento destas explicações foram a astronomia, a matemática e a física. Nicolau Copérnico (1473-1543), a partir de sua observação dos astros e estrelas, refutou a tese do geocentrismo, ou seja, que a Terra como um centro fixo em torno do qual giram os demais corpos celestes. A racionalidade humana deu luz à compreensão sobre como a Terra não era o eixo, mas sim o Sol. Esta tese será denominada como **Heliocentrismo**.

No campo religioso, a Igreja Católica enfraquecida com o advento do protestantismo, recebeu também de forma negativa o confronto dos intelectuais as explicações dadas pelos clérigos. O Tribunal Inquisitorial, foi um mecanismo utilizado por setores eclesiásticos para a condenação de alguns cientistas da época. É válido ressaltar que a morte como a de Galileu Galilei, que reafirmava as ideias de Nicolau Copérnico, não aconteceu por este motivo, mas sim pelos constantes confrontos de Galilei com a Igreja.



CAPÍTULO 4:

FORMAÇÃO DAS MONARQUIAS NACIONAIS, MERCANTILISMO E SISTEMA COLONIAL, NAVEGAÇÕES TARDIAS (ÁFRICA E ÁSIA) E COMÉRCIO INTERNACIONAL

INTRODUÇÃO

A Idade Moderna, período que circunscreve do século XIV a XVII, foi um momento de reestruturação na Europa, o qual inaugurou mudanças dentro das instituições dominantes do cotidiano das pessoas. O Estado foi centralizado em torno do Monarca e no campo do comércio, o sistema econômico mudou para o mercantilismo e no campo social e cultural recuperaram-se valores Greco-Romanos da Antiguidade. A mudança das estruturas europeias só foi possível pela crise do feudalismo. A confluência entre a aristocracia e a Igreja Católica promoveram um novo mosaico de organização política e econômica nas relações internacionais. As Grandes Navegações lideradas pelos reinos Ibéricos, elevou uma disputa entre as Monarquias que viriam a se consolidar neste período da formação dos Estados Modernos. A busca por novos mercados, escravos e artigos de luxo elevaram as tensões ao longo do estágio das grandes expedições tardias ao longo do século XVI.

FORMAÇÃO DOS ESTADOS MODERNOS

No período da Idade Média, já estudamos que houve uma fragmentação política, na qual formaram-se muitos reinos pelo continente europeu a partir do fim do Império Romano. A crise do feudalismo no século XIV, na qual houveram problemas com as colheitas, epidemias e revoltas camponesas, a aristocracia encontrou como solução a centralização do poder em torno dos reis que estavam enfraquecidos. Além disso, os interesses econômicos foram a principal base como uma das principais demandas, visto que havia uma diversidade de moedas. Além disso, havia também, uma diversificação de tributos e instabilidade política ao longo da Idade Média derivadas dos problemas acima citados.

Os primeiros Estados Modernos, como já mencionado no capítulo anterior, foram Portugal e Espanha, que devido às guerras da Reconquista, promoveram as mudanças estruturais desses reinos. Doravante, ao longo do século XV-XVI, outros Estados centralizados foram formados como: França, Inglaterra, Holanda, etc. As Monarquias Nacionais, assim também denominadas, começaram a possuir características centralizadoras nos âmbitos jurídicos, econômicos e políticos. Abaixo apresentaremos características dos Estados Modernos:

- **Burocracia administrativa:** membros do governo que auxiliam o Rei a gerir o território;

- **Força Militar:** Grupo de pessoas permanentes que reforçaram o poder do monarca;
- **Leis:** A legislação unificada agora é um monopólio controlado pelo Estado;
- **Sistema tributário:** conjunto de impostos que sustenta as despesas do Estado e sua burocracia.

MERCANTILISMO E SISTEMA COLONIAL

O mercantilismo é um conjunto de práticas econômicas de caráter intervencionista do estado, que irá perdurar entre os séculos XV a XVIII, quando será amplamente criticado. O poder estatal, que cada vez alcança maior força com o passar dos anos, adotou uma série de medidas protecionistas, que visavam o enriquecimento utilizando suas colônias recém formadas. Entre algumas características do mercantilismo podemos destacar: O *Pacto Colonial*, que irá garantir o monopólio régio das produções e extrações em suas colônias. A extração de produtos era constituída pelo sistema de **Plantations**⁶. A *Balança comercial favorável*, na qual os Estados deverão exportar mais produtos que importá-los. A terceira característica é o *metalismo*, que a partir do encontro de metais preciosos, se tornou, nesse momento, o principal produto almejado pelos Reis.

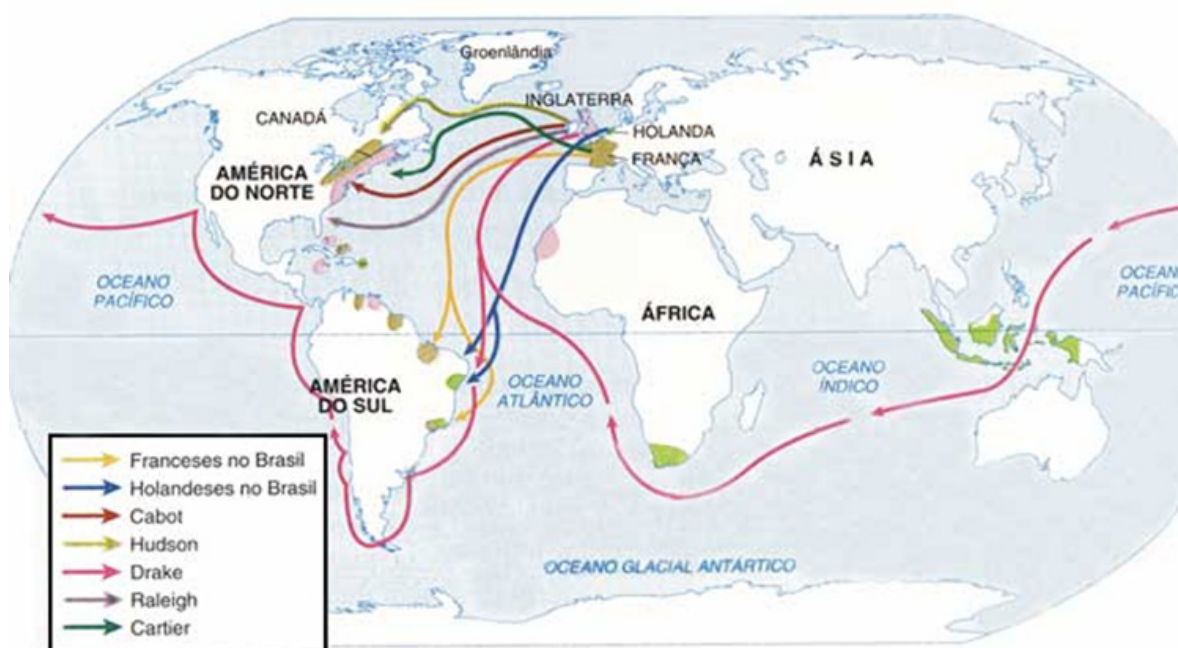
NAVEGAÇÕES TARDIAS: OS CASOS DE FRANÇA, INGLATERRA E HOLANDA (PAÍSES BAIXOS)

O interesse pelas Grandes Navegações não foram monopólios dos reinos Ibéricos. O controle dos portugueses e espanhóis no Atlântico Sul, levaram as outras Monarquias a aventurarem-se no Atlântico Norte (EUA e Canadá). Outros estados lançaram-se aos oceanos em busca de riquezas e artigos de luxo. Os reinos da França e Inglaterra após o término da Guerra dos Cem Anos conseguiram investimentos dos Reis para organizarem suas expedições. A Holanda, por sua vez, após seu processo de Independência da Espanha, criou a Companhia das Índias Ocidentais, onde buscavam riquezas nos continentes africanos e americano. Ademais, grande

⁶ Plantations foi um sistema de produção em latifúndios, na monocultura realizado por trabalho escravo.

parte das navegações eram financiadas para que piratas assaltassem embarcações carregadas com artigos de luxo e metais preciosos.

O Brasil, colônia de Portugal, foi um território que houveram tentativas de invasões Francesas entre os séculos XVI-XVIII. Concomitantemente, vieram também os Holandeses no século XVII que se instalaram em Pernambuco e na Bahia. Além das invasões, ao longo do período colonial português, houveram diversos problemas fronteiriços com Espanha que seria finalizado com o *Tratado de Madrid em 1751*.



CAPÍTULO 5:

RENASCIMENTO E REVOLUÇÃO CIENTÍFICA

INTRODUÇÃO

A Igreja Católica ao longo da Idade Média conviveu com críticas internas e externas a respeito de seus dogmas e sua atuação na sociedade. Na Baixa Idade Média, a Igreja Católica recebeu desaprovações por uso de imagens dentro das igrejas, que ficou conhecida como a crise Iconoclasta (726-787). Devido a questões políticas e teológicas não resolvidas ao longo deste período, o Império Bizantino se emancipou da Igreja Romana no ano de 1080. Alguns destes eventos são exemplos a serem citados como conflitos históricos dentro da Igreja Cristã. Doravante, no período moderno não seria diferente. As novas ideias, criações tecnológicas, favoreceram a efervescência que abalariam as estruturas políticas, culturais na Europa. A resposta da Igreja Católica, agora seria de maior severidade, instrumentos como o **Santo Ofício**⁷ passariam a ser utilizados como instrumentos de repressão às suas críticas.

REFORMA PROTESTANTE

A criação da *prensa móvel* e a tradução da bíblia para a língua “vulgar”, ou seja, fora do idioma latino, propiciou a difusão do movimento protestante no continente europeu. A nova invenção, de Johann Gutemberg, ajudou também no surgimento da *imprensa*. O advento desta nova invenção ajudou no processo de novas interpretações ao texto bíblico, que antes estava como monopólio de sacerdotes da Igreja Católica. A circulação de ideias, agora ganharia a partir da imprensa, onde centenas de folhetos poderiam ser replicados.



⁷ O tribunal inquisitorial (1231) foi um mecanismo utilizado pela Igreja Católica para repressão de heresias. Apesar de ser um tribunal eclesiástico, foi um importante instrumento de repressão dos Monarcas europeus.

Além disso, a reforma protestante havia ganhado maior força, a partir de *críticas ao baixo clero*, visto que cometeriam práticas condenadas por eles próprios. A *venda de indulgências*, ou seja, o perdão pelos pecados foi um dos pontos atacados pelos reformadores. Outro ponto a ser citado é a *venda de relíquias sagradas*, a Igreja Católica estava sendo acusada de vender objetos com o fim de obter recursos econômicos. Nesse contexto, ocorreu um choque de valores, pois a Igreja Católica criticava a usura, ou seja, o lucro excessivo. Logo, isso desagradou a classe mercantil em ascensão, que iriam aderir a uma nova ética religiosa vinculada ao protestantismo. Agora veremos os três casos do cisma da cristandade.

MARTIN LUTERO (LUTERANISMO)

Um dos expoentes da teologia protestante, por volta de 1517, que insatisfeito com a relação entre a Igreja católica e seus fiéis, apresentou uma série de críticas, que mais tarde seriam chamadas de *95 Teses*. Esse processo levou a sua excomunhão em 1521, e para mostrar sua insatisfação, queimou a própria bula papal que o excomungou. Entre os principais pontos de sua teologia podemos destacar:

- O direito dos fiéis ter acesso a leitura da bíblia;
- A bíblia como único mecanismo para garantir sua salvação;
- A fé cristã como mecanismo para garantir sua salvação eterna.

JOÃO CALVINO (CALVINISMO)

Na região da atual França, João Calvino, liderou o movimento conhecido como Reforma Calvinista. A doutrina calvinista destacava que o ser humano estava predestinado ao céu ou ao inferno. As pessoas seriam eleitas por Deus para obter a salvação, que todos buscavam. Além disso, destacava a importância do trabalho honesto e constante, que a partir disso, seria recompensado pela prosperidade econômica.

HENRIQUE VIII (ANGLICANISMO)

Na Inglaterra no século XVI, após as agitações de Lutero, o monarca inglês Henrique VIII, ordenou uma ruptura com o catolicismo por questões políticas. Diferente de Lutero e Calvino, que romperam com a Igreja Católica por questões éticas e teológicas, o Monarca Absolutista tinha o desejo de se divorciar de sua atual esposa Catarina de Aragão porque ela não lhe dava

um herdeiro do sexo masculino. Após o pedido de divórcio do Rei Inglês ao papa, que foi logo recusado, levou a sua fúria rompendo definitivamente com o catolicismo mediante a consulta do parlamento Inglês. Entre algumas consequências do cisma podemos destacar:

Poder político - O Rei se tornaria o chefe político e espiritual do Anglicanismo. Ademais, expulsou clérigos, na qual tinha como objetivo enfraquecer o poder do Papa;

Poder Econômico - Confisco de terras da Igreja Católica, que se tornaria posse da classe mercantil, isso fortaleceu o apoio ao rei.

CONTRARREFORMA

A Igreja Católica observando todas essas rupturas tomou medidas punitivas aos reformadores e seus seguidores. Além disso, membros do clero e alguns fiéis achavam necessário acabar com o abuso praticado fazendo uma reforma na instituição. A primeira medida, em virtude do descobrimento do *Novo Mundo*, foi a criação da companhia de Jesus, denominada como jesuítas. Inspirados em uma estrutura militar, seriam “soldados de cristo”, que iria agir nas Américas no processo de catolicização de povos indígenas. Posteriormente, O papa Paulo III convocou uma reunião para discussão dos dogmas cristãos, que seria conhecido como Concílio de Trento (1545-1563). O Concílio Tridentino reafirmou dogmas e reformou o clero, buscando evitar novos problemas, vejamos alguns deles:

- Manutenção dos sacramentos católicos (batismo, crisma, casamento, penitência, entre outros)
- Concessão de indulgências reafirmada, entretanto, sem vendas.
- Reafirmou que a Salvação era garantida a partir das boas ações. Rejeitando as teorias da predestinação
- Reafirmou o papel da Igreja Católica nas interpretações das sagradas escrituras (bíblia)
- Criou o Index como um mecanismo de censura de livros não aceitos pela Igreja Católica
- Reafirmou que o Papa era o sucessor de São Pedro, a quem Jesus confiou a missão de construir sua Igreja
- Confirmou a presença de Cristo na eucaristia.
- Retorno da Inquisição, instrumento de importante repressão aos não-católicos.

EXPANSÃO PROTESTANTE E LUTAS RELIGIOSAS

A punição aos seus dissidentes levou a grandes batalhas ao longo da modernidade. A partir da expansão do protestantismo e a nova adesão não somente de fiéis, mas também de Reis, provocaram embates sangrentos civis. Os *Estados Confessionais*⁸, assim denominados provocaram grandes confusões internas, visto que, bastava uma mudança ao protestantismo para opressão dos católicos e vice-versa. A intolerância religiosa foi presente ao longo dos séculos XVI-XVIII, neste período, assassinatos, profanação de templos, igrejas foram as principais características dos praticantes. O exemplo a ser citado é o *Massacre de São Bartolomeu (1572)*, neste episódio milhares de protestantes franceses, também conhecidos como huguenotes, foram massacrados em Paris. O fim das perseguições na França só iriam acabar com o reinado de Henrique IV decretando o Édito de Nantes (1598). É válido ressaltar que as perseguições desencadearam na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), onde as Monarquias entraram em conflito por questões comerciais, territoriais e, principalmente, em foco a religião.

8 Estado Confessional é o termo utilizado para referenciar que a religião do Rei será a dos seus fiéis, ou seja, a religião do rei será a religião do Estado.

CAPÍTULO 6:

COLONIZAÇÃO INGLESA, ESPANHOLA

INTRODUÇÃO

Como já explicado em capítulos anteriores, as expansões marítimas de Portugal, Espanha, Inglesa entre outros decorreram de formas diferentes, visto que a formação dos Estados Modernos foram importantes para proporcionar tais expedições. A chegada ao continente americano dos espanhóis, que aconteceu mais cedo, foi uma expedição liderada pelo Genovês Cristóvão Colombo, que acreditava ser as Índias Orientais. O encontro de Impérios complexos que possuíam religião, política e cultura próprias foram aniquilados a partir do processo de colonização espanhol. O caso Inglês, dentro do cenário tardio, decorreu em virtude da fuga das constantes guerras e a perseguição alternada entre os protestantes e católicos.

OCUPAÇÃO DAS 13 COLÔNIAS

A colonização inglesa só foi possível a partir do século XVII, devido às guerras religiosas que aconteciam na Inglaterra e na Europa. A emigração de protestantes e católicos para a América do Norte iniciou-se em 1607, no atual estado da Virgínia e, logo em seguida, tornou-se um chamariz para a ocupação de outros territórios como em Massachusetts. Essa ocupação, em especial, foi importante para o desenvolvimento da mentalidade que está presente até hoje. O WASP (White anglo-saxon protestant), ou seja, pessoas brancas protestantes da Inglaterra passariam a se intitular como o “país dos peregrinos”. É válido ressaltar, que as perseguições religiosas levaram pessoas da atual Alemanha, França, Holanda, entre outros territórios para a América do Norte.



As colônias acima seriam fundadas até o século XVIII, o processo de ocupação não foi rápido, nem simples, as relações com os povos indígenas, foram de suma importância para sua manutenção no território. A boa relação com determinados povos nativos, como os Wampanoags, forneceu as condições necessárias para a sobrevivência dos colonos. Os indígenas ensinaram a caça, pesca e cultivo de plantas nativas para consumo. A celebração de uma destas colheitas abundantes, resultou na comemoração de uma data importante nos Estados Unidos até hoje, dia de ação *de graças*. É válido ressaltar que houveram muitos conflitos com os povos indígenas em outras áreas.

Outrossim, o governo Inglês, que incentivou a ocupação mais tarde a ocupação do território norte americano, deu liberdade para cada colônia organizar seu *autogoverno*. Com o sistema político definido, havia também o desenvolvimento econômico destas 13 colônias. O sistema colonial é denominado de *comércio triangular*⁹. O mapa abaixo, irá ilustrar como funcionavam trocas entre os continentes Europeu, Africano e as 13 colônias.



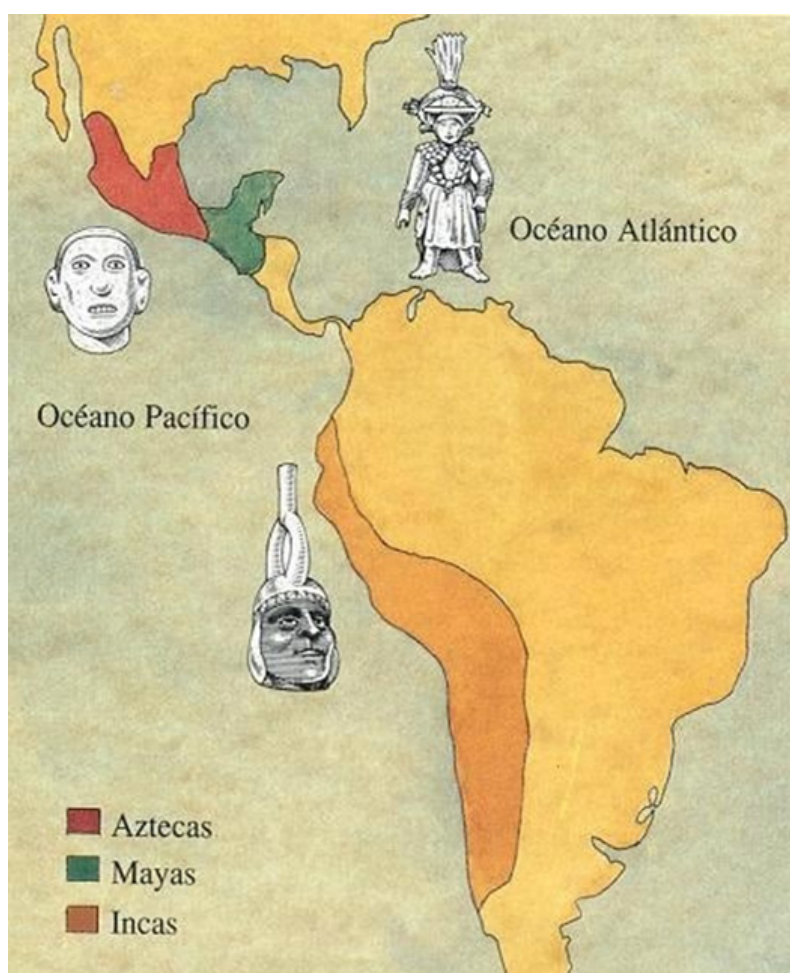
O desenvolvimento das atividades econômicas funcionaram de forma diferente entre as colônias do Sul e as do Norte. Enquanto o Norte se caracterizou pela agricultura familiar, policultura, ou seja, produção de diferentes produtos e, o seu consumo, foi voltado para comércio interno. Apesar de nesses territórios haver escravidão, o sistema predominante foi o trabalho livre. Já nas colônias do Sul, a condição de trabalho foi predominantemente escravista, baseada no sistema de produção de *plantations*. A monocultura, ou seja, a baixa diversidade na produção caracterizou-se por grandes plantações de Algodão e tabaco sendo exportadas para Europa.

⁹ O comércio triangular envolve uma troca entre a colônia e os colonizadores, para os colonos a produção + mão de obra e para os colonizadores o produto final.

COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA HISPÂNICA

A conquista espanhola das Américas foi um processo lento e gradual que perdurou por mais de três séculos. As faces da submissão das populações indígenas que habitavam esses territórios decorreu por diferentes fatores que serão explorados ao longo deste capítulo. Os Impérios Inca e Asteca, que ocupavam o território antes da chegada dos espanhóis, foram amplamente assassinados, incorporados ao sistema colonial, além disso, houve o processo de imposição religiosa católica dos que permaneceram vivos. O Mapa abaixo, mostra como era antes da chegada dos europeus.:

Entraremos agora em pontos chave que levaram os conquistadores europeus a sujeitar os povos indígenas às vontades dos europeus. O primeiro componente foi a força militar. O uso de armas de fogo, cavalos e o aço, foram de suma importância no processo das batalhas frente aos índios. As doenças contagiosas foram muito importantes para a mortalidade devido ao contato com os espanhóis. Um último fator a ser elencado foram as rivalidades internas dos diferentes povos indígenas que havia antes da chegada dos conquistadores.



SISTEMA DE TRABALHO, CATEQUIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

O processo de colonização espanhol obteve maior êxito a partir da incorporação de práticas de trabalho que eram utilizadas por indígenas, principalmente da região das minas de metais preciosos. A *mita* e *encomienda* são caracterizados por sistemas de trabalho compulsório, na qual haveria um revezamento entre as populações indígenas que iriam trabalhar nas minas. É válido ressaltar que a não escravização dos indígenas, ao longo do processo de colonização, não aconteceu devido aos jesuítas impedirem tal prática.

A imposição religiosa, praticada pelos jesuítas, foi de suma importância para manutenção do controle dos índios. Doravante, em 1550, foram criados aldeamentos indígenas, que seriam tutelados pelos religiosos, onde eram ensinadas as doutrinas religiosas cristãs, além do trabalho no cultivo de alimentos de subsistência. O investimento também foi feito na criação de Universidades, que será de suma importância para o desenvolvimento do processo de independência.

A dificuldade da administração espanhola no amplo território do continente americano levou à fragmentação política das áreas conquistadas. A criação de Vice-Reinados ao longo dos séculos XVI-XVIII. Os Vice-Reis são espanhóis vindos da Espanha nomeados pelo monarca como seu representante para governo de territórios distantes de seu reino. A imagem abaixo mostra a configuração da administração do novo mundo espanhol.



CAPÍTULO 7:

**ABSOLUTISMO
E ANTIGO REGIME I**

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XVII é frequentemente conhecida como o século francês, devido a predominância francesa nos assuntos militares, diplomáticos e artísticos da Europa durante o reinado de Luís XIV. O governo do chamado “rei-sol” passaria para a História, um século mais tarde, como absolutista, ou seja, independente politicamente dos antigos poderes da aristocracia e do papado. O absolutismo, tanto no caso de Luís XIV como nos outros da Europa Ocidental, promoveu uma importante reorganização do Estado e de sua eficiência. O ente político do estado moderno, que havia nascido junto com a Modernidade nos reinos ibéricos de Portugal e Espanha, se aperfeiçoou após as Guerras de Religião.

O ABSOLUTISMO, SUAS ORIGENS, EXPERIÊNCIAS E LIMITES

A construção dos estados modernos europeus é um processo longo, que levará a centralização de poder em torno dos monarcas, esse processo será chamado de Absolutismo. Antes de entrarmos nas características deste sistema político, é importante lembrar que o fim da Idade Média proporcionou a formação das monarquias nacionais. A superação da crise, ao final deste período, fora a solução da nobreza para enfrentar os problemas políticos e econômicos do medievo. A partir das primeiras experiências do Estado Moderno português e espanhol, podemos destacar algumas características que farão parte de um “modelo” do período moderno. Entre eles:

- **Burocracia Estatal** - Para administração de um Estado é necessário um corpo de funcionários, que aliados ao rei, irão ajudá-lo a administrar por meio de cartas;
- **Força Militar** - A criação de forças armadas compostas por milicianos, nobres, entre outros, serão de suma importância para manutenção do poder real. Principalmente em suas colônias;
- **Leis e Justiça padronizadas** - Apesar de uma justiça desigual, haverá uma legislação controlada pelo Estado. É válido lembrar que ainda teremos a permanência do direito consuetudinário¹⁰;
- **Sistema de Impostos** - A tributação ou recolhimento de taxas serão de suma importância para a manutenção dos gastos estatais, além de sustentar os reis e sua corte.

10 Direito Consuetudinário: sistema de leis baseadas nos costumes, práticas do cotidiano.

O IMPÉRIO DOS HABSBURGOS E SUA DERROCADA

Carlos V, no final de seu reinado (1519-1557), governava o maior império da Cristandade. Da Península Ibérica a atual Alemanha, o império católico dos Habsburgos foi formado através do acaso genealógico e das guerras. Carlos de Habsburgo era filho do Duque de Borgonha e de Joana I, filha dos reis cristãos Isabela de Castela e Fernando de Aragão, e desse simples nascimento já herdou alguns reinos. Além das possessões borgonhesas da parte do pai, das quais a mais importante eram os Países Baixos, herdadas em 1506, também herdou, em 1516, os reinos de Aragão e de Castela. Além dos reinos ibéricos, a linhagem aragonesa também fez somar ao seu império a Sardenha, Nápoles e a Sicília. Igualmente, o nome Habsburgo lhe colocava na linha de sucessão imperial do Sacro Império Romano-Germânico e com a morte de seu avô, em 1519, foi consagrada a Carlos V o título de imperador da cristandade. A custo de guerras que fizeram o conhecimento humanista sair da Itália e se espalhar pela Europa, Carlos V expulsou os franceses da Península Itálica.

Enquanto intrépidos lançados conquistavam e pilhavam as Américas, Carlos V construía um reinado no continente que fez muitos acreditarem na possibilidade de uma paz universal cristã, mas cuja extensão e complexidade representavam desafios imensos para o nascente Estado moderno. O império de Carlos V necessitava da relação pessoal entre o imperador e seus súditos para manter-se unido. O imperador, que era fluente em todas as línguas faladas nas cortes de seu império, comentava que nunca passava muito tempo em um mesmo lugar. Era obrigado, devido a extensão de seu império e a humildade dos meios de comunicação disponíveis, a percorrer todos os seus domínios e manter-se próximo de todos os seus Estados. Percorreu todos, exceto as conquistas espanholas na América, e para governar construiu um aparato de regências, alianças dinásticas e instituições administrativas que seriam herdados pelos seus sucessores e postos em uso com a ascensão do modelo absolutista. Em 1556, Carlos V decidiu dividir o seu império em dois - dar duas cabeças à águia habsburga, como diria - e deixou com seu filho Felipe II as posses da Espanha, da Sicília e dos Países Baixos e com o seu irmão Fernando I os assentos na Áustria, Húngria e no Sacro-Império.

Felipe II de Espanha comentava que, enquanto seu pai vivia uma vida de nômade, cavalgando entre os Estados, ele nunca saía de seu escritório em Madrid, e passava o dia a escrever cartas. Essa diferença entre os dois governantes é essencial para entender o nascimento de um aparelho de Estado que permitia o governo de territórios extensos e complexos através de instituições, agentes e soldados.

Por causa do seu título imperial, Carlos V considerava-se o chefe temporal da cristandade. Esse papel, entretanto, foi contestado tanto pelo papado quanto pelo cristianíssimo reino da França. O auge do conflito com o papado aconteceu em 1527, quando as tropas imperiais, em

uma ação que na Idade Média seria impensável, conquistam e pilham Roma, e o Papa quase não consegue escapar com vida. Ao mesmo tempo, Carlos V encabeçou uma série de campanhas contra o que percebia como o maior inimigo da cristandade: o igualmente imenso e poderoso Império Turco-Otomano, que se aproximava dos centros do cristianismo ocidental e foi parado repetidamente pelas muralhas de Viena. Não obstante as sucessivas vitórias, Carlos V não foi capaz de unir as potências cristãs em torno de si. Pior, presenciou a unidade cristã da Europa Ocidental ser feita em retalhos pela Reforma Protestante. Mesmo sendo vitorioso sobre os príncipes protestantes do Sacro Império na Batalha de Mülhberg, em 1547, não conseguiu restabelecer a unidade católica. As sequelas da Reforma e das subsequentes Guerras de Religião vão assombrar o seu império mesmo depois do fim de seu reinado, e tiveram como auge a revolta dos Países Baixos, que em 1648 se tornam um Estado independente, marcadamente protestante.

O CURIOSO CASO PORTUGUÊS - A UNIÃO IBÉRICA E A RESTAURAÇÃO

Portugal, tanto por sua origem histórica quanto pela sua extensão geográfica, sempre se apresentou como um caso à parte nas dinastias europeias. Desde muito cedo dotado de um estado mais centralizado que os seus pares, encontrou um dos seus auge no reinado de D João III, sob o qual Portugal estendeu o seu império marítimo do Brasil até à China. D João III foi o último dos grandes reis da Dinastia de Avis, que havia governado Portugal desde 1385, pois foi sucedido por D. Sebastião. Quando seu avô morreu, em 1557, D. Sebastião tinha apenas três anos e só começou a governar em 1568, quando atingiu a maioridade. Seu governo, entretanto, foi marcado pela devoção religiosa e pela recusa do rei de encontrar uma cônjuge para garantir um herdeiro. Dotado ainda de um espírito cruzadista, como o eram os portugueses do século XVI, D. Sebastião vai organizar a maior expedição militar que já saiu da Europa em direção à África em 1578, quando declara guerra ao reino islâmico do Marrocos, onde “morreiria”. O sucessor mais próximo era seu tio, Cardeal D. Henrique, que governou por dois anos até 1580, quando morreu sem deixar filhos. Assim, com a linha de Avis esgotada, o próximo na linha sucessória da coroa portuguesa era Filipe II, filho de Carlos V, atual rei da Espanha. A princípio, muitos dos setores mais humildes da sociedade portuguesa se recusaram a aceitar o rei Habsburgo, temendo que Portugal se tornasse apenas mais uma província da Espanha. Mesmo assim, com o apoio da alta aristocracia, Filipe II marcha suas tropas em Portugal e convence os setores mais inquietos do reino a lhe proclamarem rei, mostrando-se sensível aos interesses portugueses. Assim, os reinos de Portugal e Espanha foram reunidos no que ficou conhecido como a União Ibérica.

A União Ibérica traz os portugueses ao meio dos conflitos religiosos dos Habsburgos. Desde

1568 as Províncias Unidas dos Países Baixos, onde o protestantismo, o humanismo e as ideias liberais criaram raízes profundas, estavam em rebelião aberta contra a coroa espanhola e os Habsburgos. Ao mesmo tempo, se lançavam na empreitada do comércio atlântico e asiático com abundante proeza: após a alavancada inicial de Portugal e Espanha, foram as Províncias Unidas que ocuparam a posição de destaque no exercício colonial europeu. Assim, quando Portugal se junta à Espanha, ele também se uniu contra os holandeses nessa guerra. Por isso, a Holanda toma posses portuguesas no Brasil, nas Índias e na costa Africana. Soma-se a isso o desinteresse de Filipe IV de Espanha em governar Portugal e apaziguar os interesses lusitanos: nenhuma vez o monarca reuniu as cortes - assembleias compostas por representantes do clero, da nobreza e dos conselhos municipais - do reino, tradicionalmente reunidas pelos soberanos portugueses para discutir questões de Estado desde o século XIII.

Devido a essa plethora de problemas, em 1640 uma conspiração expulsa de Lisboa os representantes de Filipe IV em nome de Duque de Bragança, que toma o nome de João IV para o seu reinado e inaugura a Dinastia dos Bragança como monarcas em Portugal. Mesmo assim, D. João IV ainda teve que dedicar o seu reinado a consertar os problemas advindos da União Ibérica: a guerra de independência contra a Espanha vai durar até 1668, e a retomada das posses perdidas para a Holanda apresentou um verdadeiro desafio para a política Portuguesa. A guerra contra a Espanha, entretanto, vai estreitar os vínculos de Portugal com a Inglaterra, de quem Portugal vai comprar produtos manufaturados têxteis e firmar vários tratados de cooperação econômica e militar.

De fato, a exploração do ouro brasileiro está profundamente relacionada com o acentuamento do absolutismo em Portugal. D. João V, o Magnânimo (1706-1750), era um grande admirador de Luís XIV, e vai imitar o seu reinado na tentativa de imprimir o mesmo caráter político à monarquia portuguesa. D. João V não vai mais reunir as cortes, como fazia o seu antecessor, preferindo adotar o modelo de corte de Luís XIV, onde a nobreza vivia na capital junto com o rei e devia sua renda ao valor real, ao invés de viver em suas terras. O absolutismo português, então, se formou a partir das lutas contra a dominação espanhola e da atuação no processo de dominação colonial.

O ABSOLUTISMO BOURBON.

A França de Luís XIV é o maior exemplo de um reino absolutista. De fato, é por muitos considerado o único governo que seja verdadeiramente digno do título. Ao mesmo tempo, a França foi palco de muitos dos momentos mais violentos e intensos das Guerras Cívicas-Religiosas. Dos fogos ateados pela Reforma, a coroa francesa vai se posicionar como pacificadora da sociedade e elo essencial da integridade social francesa.

Em 1572, no auge dos conflitos confessionais entre católicos franceses e protestantes, chamados huguenotes, a rainha Catarina de Médici, mãe do rei Carlos IX dos Valois, vai chamar os maiores representantes protestantes para Paris para o casamento da irmã do rei, Marguerite de Valois com o príncipe protestante Henrique III de Navarra. Entretanto, poucos dias após o casamento, a rainha manda fechar os portões da cidade e ordena o massacre de todos os huguenotes, no que ficou conhecido como o Massacre de São Bartolomeu. Henrique III consegue escapar por pouco com sua vida e corpo intactos, mas o movimento protestante na França fica permanentemente enfraquecido.

Assumiu o trono em 1589, como Henrique IV de França, mas por muito tempo não se desfez da sua fé protestantes. Entretanto, a alta aristocracia francesa, em sua parte majoritária católica, fez uma série de pressões para a conversão do rei para o catolicismo. Mesmo assim, o seu reinado foi marcadamente tolerante com os protestantes e em 1598, o rei Henrique IV assina o chamado Édito de Nantes, que garantia a liberdade confessional dos protestantes dentro do foro privado no território francês. As ações de Henrique IV foram essenciais para unir a França depois das Guerras de Religião, e para posicionar a coroa francesa como substituta do elo identitário que era antes representado pela fé católica. Ao renunciar a sua fé protestantes enquanto rei da França, mas garantir a liberdade religiosa dos protestantes através de um édito real, Henrique IV ensaiava uma articulação política onde os assuntos religiosos poderiam ser postos em segundo plano face aos assuntos propriamente públicos. Colocava a coroa como árbitra máxima da sociedade.

Neto de Henrique IV, Luís XIV vai ser coroado rei aos quatro anos de idade. Durante a sua menoridade, o governo da França foi feito por uma regência de sua mãe, Ana d'Áustria com o primeiro-ministro, posição tradicionalmente escolhida de dentro da alta aristocracia para auxiliar o rei, Mazarino. Com a morte de seu ministro, em 1661, e já possuindo 22 anos de idade, Luís XIV declara que não iria nomear outro primeiro-ministro, ao invés disso optou por governar com a ajuda de uma série de ministros que não pertenciam à alta-nobreza e que seriam escolhidos pelo rei por sua competência. Luís XIV nomeou agentes sobre os quais tinha plena autoridade e poder. Enviou interventores para as províncias a fim de controlar as câmaras municipais e proibiu o exercício da religião reformada, revogando o Édito de Nantes promulgado por seu avô. O governo de Luís XIV, profundamente mais aparelhado do que os seus antecessores, permitiu ao rei concentrar todos os assuntos ao redor de sua figura: proibiu a religião reformada pois ele em si era católico, e os seus súditos eram acima de tudo seus súditos.

Luís XIV procurou afastar a alta nobreza da política, obrigando seus membros a servirem no exército ou frequentarem a corte se desejassem articular poder político. Em 1682, instala a sua corte oficial no grandioso Palácio de Versalhes, transformando-a em um instrumento político fundamental. Os nobres precisam morar perto do rei para receber seus favores, ou seja, nomeações para cargos lucrativos e prestigiosos. Além disso, era necessário se submeter a uma etiqueta

muito restrita, que marcava com clareza o lugar de cada um na sociedade. As encomendas reais fizeram da França o centro da criação artística europeia e o berço do classicismo.

Economicamente, o reinado de Luís XIV foi marcado pelo aprofundamento e aperfeiçoamento do mercantilismo na França. Apoiado pelo ministro das finanças Jean Colbert, o rei-sol se dedicou a atrair metais preciosos para a França através de altas taxas alfandegárias sobre mercadorias do estrangeiro e a substituir as importações de produtos manufaturados pela indústria interna.

CAPÍTULO 8:

**ABSOLUTISMO
E ANTIGO REGIME II
(CONTRADIÇÕES
E CRISE: ILUSTRAÇÃO
E DESPOTISMO
ESCLARECIDO)**

INTRODUÇÃO

O século das luzes foi um movimento de pensamento europeu filosófico a partir do século VIII. Este período será caracterizado por um conjunto de ações culturais e científicas que irão em confronto ao sistema político e econômico do Antigo Regime. Segundo um grande pensador iluminista Emmanuel Kant “o esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade da qual ele próprio é culpado”. Ou seja, a partir da autonomia individual, o ser humano poderá deixar de ser tutelado pelo Estado. Este movimento levará a movimentos diversos, incluindo revoluções nas Américas e no continente europeu.

CONTRADIÇÕES E CRISE

Os iluministas almejavam mudanças sociais, políticas e econômicas, ideias que iriam contra a vontade e os ideais do absolutismo monárquico. Na esfera social, pensadores irão criticar as relações tradicionais as quais estavam inseridos. Um exemplo que podemos citar são os hábitos, costumes religiosos que imiscuem em seu cotidiano, a libertação destas amarras da tradição, segundo os pensadores, forneceria melhorias nas condições de convívio. No campo político, há o destaque para uma divisão entre os poderes políticos, que haviam se centralizado na mão do Rei Absolutista. A crítica ao meio econômico fez parte do pensamento iluminismo. A liberdade de poder fazer comércio sem consultar ou taxações do Estado, lideraram importantes insatisfações da burguesia mercantil que formava-se a partir do comércio marítimo.

Portanto, as mudanças que o movimento iluminista busca proporcionar na sociedade são críticas ao projeto absolutista vigente nos reinos europeus, em alguns territórios, desde o século XV. É importante salientar, que o iluminismo com seus autores e ideais fazem parte de um processo longo, heterogêneo e de diferentes aplicações. A seguir, iremos expor os autores e suas ideias nas mais diversas esferas sociais para que fique “iluminado” em sua cabeça o que este capítulo tem como objetivo.

- **John Locke e o Liberalismo Político:** A partir da condenação do absolutismo, considerou que a sociedade age com um contrato social entre o povo e o governo, onde o Estado teria como missão proteger e garantir os direitos dos indivíduos, como a vida, propriedade privada e a liberdade.

- **Voltaire e a Liberdade de Pensamento:** A partir da condenação ao clero católico, à intolerância religiosa, acreditava que a liberdade de pensamento e credo seriam de suma importância

para o bom convívio social.

- **Montesquieu e a Separação dos três poderes:** A partir da condenação da concentração dos poderes nas mãos do monarca, acreditava que a divisão dos poderes legislativo (criar as leis), judiciário (julgar as leis) e o executivo (exercer o poder) deveriam estar descentralizados.
- **Diderot e a Enciclopédia:** Organizou todo o conhecimento possível em livros, visto que, a partir da valorização científica haveria possibilidade de ruptura com explicações divinas sobre os mais diversos temas.
- **Rousseau e o contrato social:** O autor criticava a forma de como era exercido o poder monárquico. Acreditava que somente a partir da soberania do povo, o governante poderia representar seus interesses de liberdade e igualdade a todos.
- **Adam Smith e o Liberalismo Econômico:** Crítico do alto clero e da nobreza que, segundo ele, viviam às custas do Estado, buscava interferência mínima nos negócios desenvolvidos pelos negociantes.



No Salão de Madame Geoffrin em 1755. Leitura da tragédia de Voltaire, *O Órfão da China*, no salão de Marie Thérèse Rodet Geoffrin, por Anicet Charles Gabriel Lemonnier, c. 181

Doravante às críticas elaboradas ao sistema absolutista, as monarquias européias buscaram adaptar-se a alguns princípios da ilustração. É válido ressaltar que os Reis não abriram mão do próprio sistema absolutista. A partir da fusão das ideias iluministas ao estado de Antigo Regime, esse movimento foi denominado de **Absolutismo Ilustrado** ou **Despotismo Esclarecido**. Nesse sistema, houveram reformas na educação, apoio ao desenvolvimento cientificista em prol do bem estar geral. Podemos destacar alguns regimes como:

- **Frederico II, da Prússia** - aboliu a tortura aos suspeitos de ações criminosas, estimulou o desenvolvimento da indústria e da agricultura.

- **Catarina II, da Rússia** - foi responsável por construir escolas, hospitais e tomou terras da igreja ortodoxa.

- **Jose I, de Portugal** - Deixou a cargo de seu administrador Marquês de Pombal reformar e modernizar o estado português e suas colônias. Suas principais ações foi o favorecimento a formação de uma burguesia mercantil e a expulsão dos jesuítas do Brasil.

CAPÍTULO 9:

**REVOLUÇÃO FRANCESA E A
RESTAURAÇÃO (1789-1815)**

INTRODUÇÃO

No final do século XVIII, em um espaço de tempo de pouco mais de vinte anos, a América e a Europa vão observar levantes sem precedentes que batiam diretamente com o regime político vigente do Antigo Regime. A Revolução Francesa, seguindo os ideais iluministas, irá causar abalos estruturais do Antigo Regime. A dificuldade financeira levará à insatisfação da sociedade, como os camponeses, a nobreza e o clero. A partir das insatisfações populares, um novo regime político será implementado, uma nova organização social será formada e, por último, os princípios liberais serão aplicados sob influência Iluminista.

A CRISE FINANCEIRA E A DERROCADA DA REVOLUÇÃO

Mesmo vitoriosos sobre a Inglaterra na Guerra de Independência Americana, a monarquia francesa acabou incutindo fortes dívidas para ganhar a guerra, e a coroa afundou em uma grave crise econômica. Com a perspectiva do rei criar novos impostos e taxas, a tensão política se intensifica, e a contestação do absolutismo monárquico acaba unindo a burguesia e as populações das cidades. No campo, os camponeses, que representavam a maioria esmagadora da população, começam a criticar cada vez mais abertamente a dominação senhorial. Diante de todas essas pressões, o rei Luís XVI convoca em 1789 os chamados Estados Gerais.

Os Estados Gerais é uma reunião excepcional das três ordens do reino da França (nobreza, clero e terceiro estado) que poderia ser convocada pelo rei quando ele desejasse conselho em situações de crise, ou para votar a criação de impostos suplementares. Era, essencialmente, uma reunião de representantes de todas as partes da sociedade francesa que estava sob os auspícios da coroa. Entretanto, os Estados Gerais de 1789 se apresentam muito diferentemente do que esperava Luís XVI. Desde a sua abertura, dia 5 de maio, a divergência de opiniões entre o poder estabelecido (a nobreza e o clero) e os representantes do terceiro Estado foi total. Assim, dia 17 de junho, os representantes do terceiro Estado se juntam e formam a chamada Assembleia Nacional, na qual juram permanecer em reunião até que se fosse redigida uma Constituição para o país. As tensões em Paris aumentam, e no dia 14 de Julho o povo parisiense invade a prisão da Bastilha, famosa por sua reputação de prisão real, onde a monarquia jogava aqueles que eram críticos ao regime de maneira incômoda, e libera os presos lá contidos. Igualmente, no campo, camponeses começam a se armar e atacar castelos de nobres que consideravam injustos. Instalou-se o “grande medo” no campo da França, com nobres temerosos dos ataques campesinos, e camponeses temerosos da represália nobre.



Queda da Bastilha em 14 de julho de 1789

Inquieta com a agitação camponesa, a Assembleia Nacional vota em agosto a abolição total dos privilégios feudais em França, e no dia 26 adota a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. A igualdade civil, jurídica e política proclamada na Declaração marca o fim do Antigo Regime. Desse momento em diante, a soberania passaria a residir na Nação; o poder repousaria no conjunto da população, não mais em um rei ou em Deus. Os franceses não seriam mais súditos, e sim cidadãos. A Constituição foi promulgada em setembro de 1791.

Essa constituição definiu uma monarquia na qual o poder do executivo era delegado ao rei, mas limitado por uma Assembleia que ele não poderia dissolver. O poder legislativo caberia à assembleia, eleita por sufrágio censitário. Ou seja, o direito de voto era proporcional ao imposto pago, limitando o poder político à elite econômica do país. Do mesmo jeito, a justiça tornou-se gratuita, os agentes públicos e juízes seriam eleitos pela população local; as reformas econômicas tomaram um rumo liberal, suprimindo as organizações de ofício e proclamando a liberdade de comércio; a liberdade de imprensa também foi assegurada, assim como a liberdade de consciência, e, logo, de confissão religiosa; a Igreja Católica teve seus bens confiscados e passou por uma reorganização que tornou o clero em funcionários públicos, obrigados a jurar dever à Constituição.

Na política, diversos grupos vão surgir para representar diferentes projetos políticos re-

volucionários. Esses vão ser chamados de clubes e iam desde los feuillants, que defendiam a monarquia constitucional, passando pelos girondinos, que defendiam a descentralização do poder, até os jacobinos, que se apoiavam fortemente na população urbana e defendia um projeto político republicano democrático. Desses últimos saiu a figura de Robespierre, líder dos jacobinas e ávido crítico da monarquia.

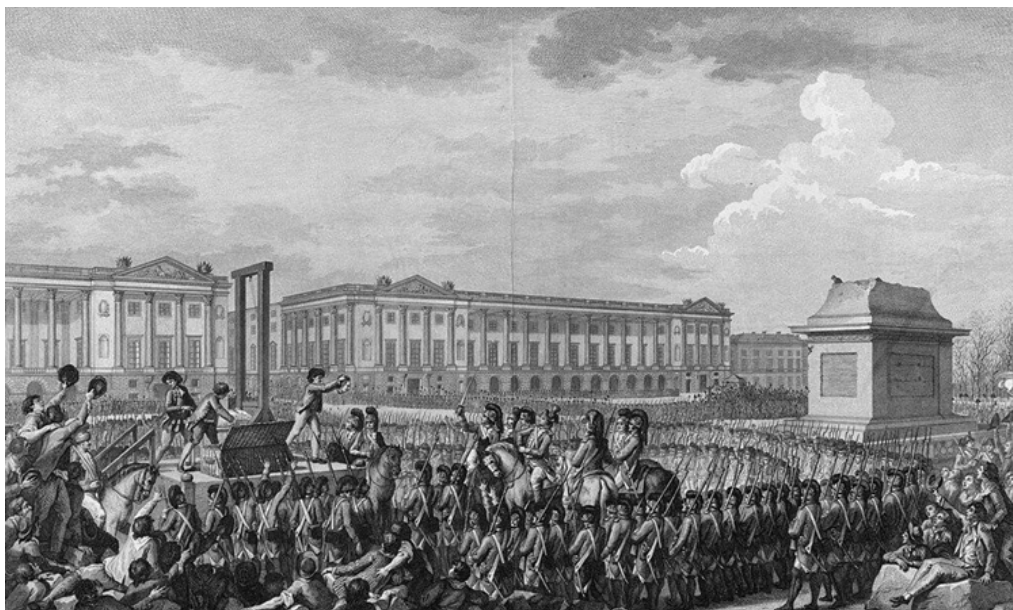
Apesar da grande popularidade do movimento revolucionário, muitos quadros se armaram para fazer oposição. Muitos nobres, emigrados ou fugidos para fora do país, organizaram a oposição econômica e militar; o papa Pio VI também condena a Revolução; a Igreja Católica como um todo apresenta quadros resistentes às novas leis e ao projeto apresentando, com muitos padres se recusando a jurar a fidelidade à Constituição; e acima de todos o próprio rei, que vai tentar utilizar do seu poder de veto para anular as reformas apresentadas. Ao mesmo tempo, a crise econômica não havia sido resolvida, dificultando ainda mais a consolidação da nova ordem.

Para sair desse impasse, realistas e defensores da revolução vão ambos insuflar o país em uma guerra contra a Áustria. Os realistas querem a derrota da França, para que fosse possível uma restauração do poder real após a derrocada do movimento revolucionário na guerra; os revolucionários, por sua vez, achavam que a vitória na guerra enfraqueceria a imagem real e consolidaria a liderança política da Revolução. Então, com ambos os lados a desejando, a guerra é declarada em 1792. Entretanto, o desorganizado e dividido exército francês foi rapidamente derrotado pela coalizão da Áustria e da Prússia, que começaram então a invadir o território francês. O povo de Paris, revoltado com o resultado da guerra, tomou de assalto a moradia do rei na cidade em agosto: o palácio de Tulherias, no qual ele habitava desde de que tinha sido expulso de Versailles após a formação da Assembleia Nacional. Com o rei preso, a Assembleia Nacional vota a suspensão da monarquia e convoca uma Convenção, eleita pelo sufrágio universal masculino, para redigir uma Constituição republicana. Em setembro, no momento em que o exército francês começa a se reorganizar e conseguir suas primeiras vitórias no seu território, os deputados da Convenção proclamam a república.

A PRIMEIRA REPÚBLICA

A primeira república francesa nasce em meio à guerra, à crise econômica e ao julgamento do rei Luís XVI. Condenado por traição por apoiar os exércitos estrangeiros contra revolucionários, de maneira semelhante à Carlos I na Inglaterra, o rei da França é condenado à morte e tem sua cabeça decepada em 21 de janeiro de 1793. Essa execução leva à revolta de várias províncias, que se levantam contra o governo da primeira república, jogando o país em um guerra civil para se somar à guerra com os poderes estrangeiros, na qual a Inglaterra

também entra após a execução. Nesse contexto, é criado em abril do mesmo ano o Comitê de Salvação Pública, e chega ao poder Maximilien Robespierre, aliado à ala mais radical da Convenção. Concentrando os poderes no Comitê e na Convenção, Robespierre estabelece o regime do Terror como tentativa de eliminar os inimigos da revolução, e sair da crise. Durante o Terror, prendem-se ao redor de 500 mil pessoas, executando-se 40 mil delas. Fora de Paris, nas províncias que se revoltaram contra a Primeira República, cerca de 200 mil pessoas foram vítimas de repressão militar.¹¹



Execução de Luis XVI. A cabeça do rei é exibida ao povo, como se costumava fazer com todos os executados.

Enquanto Robespierre implanta o Terror e os generais da república derrotam sucessivamente as ameaças externas que haviam entrado em território francês, os poderes do novo estado adotam uma série de medidas políticas e simbólicas: a proclamação do direito à educação, o tratamento informal obrigatório, a adoção de um novo calendário cujo ano 1 seria a fundação da república, e a adoção do sistema de medidas universal - o metro: Ensaíavam abandonar todas os vestígios do Antigo Regime. Mesmo assim, à medida que o Terror se estende, Robespierre começa a perseguir seus antigos aliados, no que os quadros mais moderados da Convenção o derrubam e o guilhotinaram em julho de 1794.

Mesmo com todas suas complicações, a Revolução Francesa foi popular fora da França desde que começou. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi traduzida, discutida e celebrada Europa afora, a Queda da Bastilha era comemorada, e a França ficou conhecida como a Grande Nação. Com a mudança no sentido da guerra e as vitórias francesas contra a coalizão da Áustria, da Prússia e da Inglaterra, a revolução começa a expandir-se para além das

¹¹ Texto adaptado do Livro didático História em Curso: da Antiguidade à Globalização (FGV)

letras e da razão, através das armas. Sob o comando do general da corsa Napoleão Bonaparte, o exército francês angaria vitórias que levam à anexação da Bélgica e da margem esquerda do rio Reno em 1794, e estabelece repúblicas aliadas nos Países-Baixos e na Suíça em 1795 e 1796, respectivamente. As vitórias de Bonaparte na Itália entre 1796 e 1797 levam à criação de outras novas repúblicas e cada vitória ajudava a espalhar os conceitos e modelos da revolução pela Europa, mesmo que muitas vezes a partir de uma dominação autoritária. O estímulo ao modelo francês, com sua imprensa livre, cidadania, nacionalidade, direitos humanos e liberdades, em tantos países da Europa inquieta a Inglaterra e outros poderes do Antigo Regime, que redobram seus esforços e fazem novamente uma coalizão para invadir a França. Diante dessa nova ameaça, o general Bonaparte, extremamente popular, dá um golpe na nova república em 10 de novembro de 1799, quando é proclamado cônsul, e a primeira república chega ao fim.

ERA NAPOLEÔNICA

O período conhecido como consulado foi um governo administrado por três militares, sendo Napoleão chefe do poder executivo. Dentre os feitos, podemos destacar: na esfera econômica a criação do Banco da França, onde houve um controle da emissão da moeda e, posteriormente, da inflação. No campo da educação, buscou erradicar o analfabetismo, fornecendo aos seus cidadãos a identidade nacional que estava em desenvolvimento. E, no campo do direito ou social, desenvolveu o código civil. Nessa esfera buscou dar igualdade a todos os cidadãos franceses, garantindo a propriedade privada e a liberdade individual.

Doravante, a partir de sua ascensão política e carismática, Napoleão busca dar um golpe promovendo-o como Imperador da França. A partir de um plebiscito, 60% da população aprovou a restauração da Monarquia, logo ele como Imperador. Sua coroação aconteceu na Catedral Notre Dame, em 1804. Concomitante ao seu reinado, enfrentou inúmeras guerras com outros Impérios europeus que enxergavam Napoleão como um inimigo de seus regimes políticos, já que buscava expandir os ideais iluministas para o continente europeu. Nesse sentido, com o objetivo de industrializar a França, buscou o desenvolvimento, mas devido aos esforços de guerra, havia uma dificuldade em obter êxito. A solução encontrada foi realizar o *Bloqueio Continental*¹² (1808). As contradições de Napoleão evidenciam-se a partir da questão política, ou seja retorno a um regime ao qual a revolução francesa havia exterminado, outro ponto a ser ressaltado foi a tentativa de controlar a ilha de Santo Domingos, onde é localizado o Haiti.

Dessa forma, as primeiras derrotas militares, principalmente a perda do controle da Ilha caribenha, levariam ao declínio do período Napoleônico. Posteriormente, as sucessivas derrotas para as forças do Antigo Regime, principalmente Rússia e Inglaterra, enfraquecem sua visibi-

¹² Ação que proibia outras nações de comercializar com a Inglaterra

lidade, até o momento em que será derrotado pelas tropas do Duque Wellington, que sacramentou a prisão na Ilha de Elba. Depois de sua prisão, ainda retornou liderando uma pequena tropa para reassumir o controle da França, onde governou por cem dias, período que após seria novamente derrotado, sendo exilado em uma Ilha no meio do pacífico em 1815.

O CONGRESSO DE VIENA E O RETORNO DOS REIS

Com a derrota definitiva de Napoleão em Waterloo, em 1815, os poderes reacionários da Europa se organizaram na tentativa de reverter os abalos e as mudanças estruturais causadas por duas décadas de domínio da França Revolucionária sobre a Europa Continental. Para tal, se organizaram no Congresso de Viena, que durou de setembro de 1814 até junho do ano seguinte. Os vencedores de Napoleão desejavam, além de restaurar as autoridades dinásticas do Antigo Regime em seus respectivos países, preservar o equilíbrio entre as potências da Europa, com o objetivo de evitar futuras guerras da magnitude destrutiva das Guerras Napoleônicas.

Os quatro países responsáveis pela coalizão que derrotou Napoleão - a Rússia, a Prússia, a Áustria e a Inglaterra - lideraram as negociações e tomaram a maioria das grandes decisões dos conselhos. Os soberanos absolutistas junto com a Inglaterra pretendiam eliminar as máculas que a Revolução havia deixado na Europa, retornando no máximo possível ao período anterior, o auge do Antigo Regime. O Congresso de Viena vai, historicamente, inaugurar o século XIX, o qual será marcado até o seu fim em 1914 pela luta entre os poderes do Antigo Regime que buscavam a manutenção de seus privilégios feudais e os ideais liberais que haviam dado força às revoluções do século XVIII. Ao mesmo tempo, inaugurou a hegemonia econômica, política e militar do Reino Unido sobre as outras potências da Europa, a qual perdurou até a Segunda Guerra Mundial. No Congresso de Viena e com a derrota de sua maior inimiga, a França, a Inglaterra aumentou ainda mais seu poderio marítimo e sua influência sobre os assuntos europeus. Mesmo que o Congresso tenha assinalado a intenção de ignorar as reivindicações nacionais e liberais em nome da soberania dos príncipes, também podemos marcar que a preponderância da economia industrial inglesa vai ser facilitada pela organização mundial imposta pelo Congresso de Viena. Com o fim do Bloqueio Continental e o estímulo à livre circulação de mercadorias, a economia inglesa - a fábrica do mundo - vai se posicionar como o centro cíclico das finanças globais.

CAPÍTULO 10:

**INDEPENDÊNCIA DOS
ESTADOS DA AMÉRICA
E AMÉRICA PÓS-1776**

INTRODUÇÃO

No final do século XVIII, em um espaço de tempo de pouco mais de vinte anos, a América e a Europa vão observar levantes sem precedentes que batiam diretamente com o sistema vigente do Antigo Regime. A primeira vaga dessa onda revolucionária foi a Independência dos Estados Unidos, concretizada em 1776. A adoção pelos americanos de instituições e princípios de inspiração direta do pensamento iluminista teve repercussões no mundo inteiro, e influenciou fortemente os europeus que em seguida empreendem a Revolução Francesa. Durante o verão de 1789, o absolutismo francês - o mais simbólico para as monarquias europeias, mas que ao mesmo tempo estava já endividado e desacreditado - foi jogado para o ar por uma série de reformas que vão eventualmente desaguar em uma das maiores revoluções já vistas pela humanidade, a Revolução Francesa. Entretanto, foi nas Américas que foram proferidos os primeiros golpes mortais contra o Antigo Regime.

A INDEPENDÊNCIA DAS 13 COLÔNIAS

Em 1763, a Inglaterra da monarquia temperada acabava de sair de uma de suas mais longas e custosas guerras, a Guerra dos Sete Anos. Mesmo tendo saído vitoriosa, a Grã-Bretanha encontrava-se em uma situação financeira desastrosa por causa dos custos do conflito, e tentou sanar essa situação através de medidas fiscais autoritárias, como a criação de novos impostos e o aumento de taxas já existentes. É válido ressaltar que desde o início da colonização, as 13 colônias estavam vivenciando a **negligência salutar**¹³. Na década de 1760, o governo inglês vai aumentar unilateralmente as taxas sobre produtos coloniais, intensificando tensões entre as Treze Colônias e Londres.

Os colonos norte-americanos, que reconheciam a autoridade do monarca inglês, mas não possuíam membros representativos no parlamento, tomaram muito mal tais imposições da metrópole. O contrabando explodiu em quantidade pelas Treze Colônias, para o total desgosto da coroa britânica. O debate nas colônias americanas se intensificou e se tornou uma marca institucional quando os colonos declararam em seus encontros: *no taxation without representation* (“nenhuma taxação sem representação”). Segundo eles, a aceitação de novos impostos deveria vir junto com a participação nas eleições parlamentares. Londres, entretanto, ignorou os anseios dos seus colonos americanos e aprofundou sua política fiscal autoritária. Em 1773, o Parlamento Inglês decide impor às Treze Colônias uma lei que restringia a compra do chá a um único produto: o chá inglês distribuído pela Companhia das Índias Orientais. Essa medida, amplamente impopular, levou no mesmo ano a chamada *Boston Tea Party*, quando jovens

¹³ termo que se refere a relativa autonomia política e econômica que exerciam em seus territórios.

revoltosos americanos invadiram barcos da Cia. das Índias Orientais e jogaram ao mar o carregamento de três deles. Vestidos de indígenas, os jovens colonos se posicionavam a favor da liberdade econômica e contra o autoritarismo fiscal da Coroa com suas colônias. Em resposta, o rei Jorge III manda fechar o porto de Boston, um dos maiores da região, e envia tropas para apaziguar a revolta.



Em setembro de 1774, doze das treze colônias enviam representantes para a cidade de Filadélfia, onde, em congresso, enunciam suas queixas contra as ordens de Londres. Em 1775, é declarada a guerra contra a Inglaterra e os confrontos armados contra as tropas de Jorge III tiveram seu início na chamada Batalha de Lexington. Um ano depois, em 4 de Julho de 1776, todas as treze colônias se reúnem novamente em congresso para votar a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América e nomear George Washington general-comandante das forças revolucionárias. Washington foi escolhido pois as elites coloniais, cientes das diferenças que existiam entre as Treze Colônias, em especial entre as do Sul e as do Norte, necessitavam de alguém que fosse capaz de manter o diálogo entre todas as partes da revolta, impedindo que ela falhasse por brigas internas. George Washington não era considerado um grande estrategista ou líder militar, mas sim um homem capaz de trazer o consenso entre as treze partes que desejavam trabalhar unidas pela independência.



O texto da Declaração de Independência, inspirado claramente nos escritos de John Locke e Montesquieu, assim como nas experiências políticas dos indígenas norte-americanos, em especial os Iroqueses, foi redigido por Thomas Jefferson. Essa declaração retomava os ideais iluministas de liberdade, igualdade e direito natural. A Inglaterra, entretanto, não reconheceu a independência norte-americana. A Guerra de Independência foi árdua. Enquanto os colonos conseguiam segurar mais ou menos bem os territórios interiores de seus Estados, a superioridade naval e material da Inglaterra garantia que a costa e os portos, onde estavam localizadas as mais importantes cidades, ficassem sob controle inglês. Ao mesmo tempo, essa diferença de recursos garantia que, caso a guerra se tornasse uma guerra de atrito, a Inglaterra seguramente venceria com a sua capacidade de controlar os mares sem oposição, já que o recém-formado país não possuía uma marinha de guerra. Entretanto, em 1777, após uma vitória parcial dos colonos sobre forças inglesas na Batalha de Saratoga, o embaixador dos EUA em França, Benjamim Franklin, conseguiu convencer o rei francês Luís XVI a entrar na guerra do lado dos colonos, o que levaria os EUA a vitória.

Doravante, após a conquista da independência, que se encerraria em 1783, restava redigir uma constituição com os princípios aos quais lutavam. Os princípios republicanos e federativos, os diversos estados norte-americanos dotaram-se de instituições próprias antes de reunir seus representantes novamente na Filadélfia, em 1787, para redigir e votar uma Constituição. A Constituição Norte-Americana foi e ainda é um modelo do princípio da separação dos poderes,

e George Washington foi eleito o primeiro presidente dos Estados Unidos em abril de 1789.

A nova república se implantou com ar de democracia, mas essa democracia era extremamente limitada. Primeiro, pois não adotaram o sufrágio universal, limitando o voto aos homens brancos, e a escravidão continuou como prática institucional em vários dos estados que fizeram a independência em nome da liberdade republicana. Mesmo assim, os filósofos e políticos europeus não deixaram de se entusiasmar com a vitória de indivíduos livres contra a arbitrariedade monárquica e mercantil, assim como o nascimento de uma nação que encarnava os ideais filosóficos e políticos do Iluminismo.

OS ESTADOS UNIDOS APÓS A INDEPENDÊNCIA

Em 1776, os Estados Unidos da América foram o primeiro povo do mundo a se rebelar contra o jugo do Antigo Regime. Discutivelmente, o estado-nação nasceu no continente americano antes de ser exportado para a Europa. A elite americana possuía uma noção de unidade e de história em comum que só foi possibilitada pela proliferação de ideais liberais nas 13 Colônias, e pela ausência de interferência inglesa que permitiu o crescimento não somente de uma classe média como também de uma esfera pública de discurso formada por jornais, escolas e câmaras municipais. Após conquistarem a sua independência, as 13 Colônias iniciam um processo feroz de expansão territorial, baseado na compra de territórios, na colonização das terras a oeste por homens brancos e na repressão violenta e genocida dos povos indígenas que ocupavam os territórios.

A primeira dessas grandes compras acontece em 1803, quando o governo americano compra dos franceses, que não conseguiam ocupá-lo efetivamente, todo o território oeste das Montanhas Apalache e Leste do Mississippi na chamada Compra de Louisiana. Desde então o “oeste” e a sempre crescente fronteira dos EUA se tornaram um marco da consciência norte-americana. Em 1823, o presidente americano James Monroe inaugura sua Doutrina Monroe, que pode ser resumida essencialmente no pensamento “A América para os americanos”. Enquanto os velhos poderes do Antigo Regime lutavam para reconstruir a sua ordem de mundo na Europa e as colônias ibéricas lutavam pela sua liberdade após as conturbações causadas pelas revoluções Americana e Francesa, os EUA perceberam que necessitavam mobilizar-se para evitar renovadas intervenções do velho mundo no continente americano.

Ao mesmo tempo que os americanos definiram a sua política pública de expansão e de isolacionismo perante os velhos poderes, sua consciência vai adotando perspectivas que contribuem para essa expansão. O conceito de “Oeste” no imaginário americano ao longo do século XIX é constantemente mutável e impele os estadunidenses a ocupar cada vez mais o território norte-americano, em detrimento aberto aos povos que já o habitavam. Originalmente,

o “Oeste” era aquilo que estava para além dos Apalaches, a fronteira natural que havia definido os limites das 13 Colônias no período colonial; eventualmente, o “Oeste” se tornou tudo aquilo que estava além da Louisiana, comprada dos franceses no início do XIX; nas décadas de 1830 e 1840 o “Oeste” era aquele território antes dominado pelo México, mas que os EUA vão progressivamente tomar de seu vizinho latino através de sucessivas guerras que começam com a introdução do Texas à união em 1836; finalmente, em 1848, se descobrem jazidas riquíssimas de ouro na Califórnia, que se torna o novo e último “Oeste” a ser cobiçado e ocupado pelos americanos.

Essa política de expansão pública e o seu empreendimento só foram possíveis graças a uma compreensão particular do mundo que surgiu nas mentes dos indivíduos estadunidenses. Fortemente influenciados pelo puritanismo religioso desde sua fundação, os americanos desenvolveram um pensamento político-religioso segundo o qual eles seriam o “povo escolhido” e teriam como papel ocupar e “civilizar” o território a “Oeste” das 13 colônias. Foi o chamado *Destino Manifesto*, uma ideologia religiosa, política e territorial que pregava não somente a superioridade do americano, como também o seu direito e o seu dever de dominar o território que viria a ser os Estados Unidos da América.



CAPÍTULO 11:

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

INTRODUÇÃO

Como antes visto, a partir do século XVIII, as sociedades do ocidente europeu começaram a experimentar uma transformação profunda nas suas formas de produção. Novas ideias e novas tecnologias permitiram que a Inglaterra, o berço da revolução industrial, se tornasse no século XIX a oficina do mundo. Não obstante a primazia da Inglaterra, outros países também se industrializaram rapidamente – como a França, os Estados Unidos, a Prússia, os Países Baixos e o Japão – e a revolução industrial afetou todas as nações e povos do mundo. Graças a ela os países da Europa puderam não somente enriquecer como triunfar sobre o resto do globo. A burguesia finalmente triunfou no século XIX, e alcançou o auge de seu poder, afirmando seus ideais econômicos, políticos e sociais perante os velhos agentes do Antigo Regime.

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Junto com o desenvolvimento dos ideais liberais iluministas, é impossível não mencionar o papel das novas classes nessa movimentação política. O século XIX viu surgir uma massa de trabalhadores urbanos que antes não existia no mundo ocidental. Resultado do processo contínuo de urbanização e privatização das terras do campo, somado a nova natureza da produção e do trabalho que veio junto com as inovações industriais, essa nova classe social, o proletariado industrial, era formada em sua maioria por pessoas que estavam na transição entre dois mundos. A natureza do trabalho no campo, ou até mesmo nas cidades antes da introdução da máquina a vapor e do espaço de produção fabril, era da diversidade de atividades produtivas e do artesão que era dono de seu próprio trabalho – isto é, dos investimentos, tempo e resultados da labuta. Na maioria dos casos, uma comunidade produzia uma variedade grande de objetos, e os trabalhadores se organizavam ou em oficinas familiares marcadas pela presença de manufaturas complexas e um espaço de trabalho disperso, ou em corporações de ofício. No campo, a propriedade comunal legatária das organizações rurais feudais foi sendo substituída (na Inglaterra, desde a época dos Cercamentos, no século XVII) pela grande propriedade dedicada ao monocultivo ou à exploração mineral, desenraizando milhares de famílias. De fato, a primeira geração de proletários do mundo era essencialmente formada por povos desenraizados de sua origem seja por motivos de guerra, perseguição política e religiosa, ou capitalismo predatório – todos os quais abundavam nas primeiras décadas do século XIX – que se viam forçados a ir para as cidades cada vez mais densas em busca de trabalho.

Por esses mesmos motivos, mulheres e crianças eram uma parte significativa dessa massa de operários fabris. As condições de trabalho nas fábricas do século XIX eram notoriamente duras e a vida da maioria desses operários era quase miserável. Condições dignas de trabalho e di-

reitos trabalhistas só seriam conquistados em sua plenitude, e somente nos Estados Unidos e na Europa, no final do século e, em alguns casos, apenas após a Primeira Guerra Mundial. O trabalho infantil, os abusos e a exploração eram comuns. Por esse motivo, e de certa maneira também influenciados pelos ideais liberais de valor individual, direitos humanos, cidadania e liberdade, a classe dos proletários começou a se organizar em torno de grupos políticos para lutar pelos seus direitos e contra o que percebiam como injustiças do sistema. De fato, desde o início do processo de industrialização, quando a classe burguesa e a aristocracia feudal começaram, respectivamente, a controlar cada vez mais os meios de produção e o tempo do trabalho, e a monopolizar o uso das terras, a reação operária foi imensa.

A ERA INDUSTRIAL

A revolução industrial foi marcada principalmente pela progressiva substituição do trabalho humano pela força da máquina. O crescimento demográfico da Europa desde finais do século XVIII resultou em um aumento nunca antes visto da população urbana e do mercado de consumo do continente. A máquina a vapor permitiu a mecanização de processos produtivos como a fiação e a mineração, e outras inovações tecnológicas ajudaram a implantar a dominação da máquina sobre os homens. O aço, grande filho da revolução industrial, não somente foi desenvolvido nessa época, como teve seu processo de produção repetidamente aprimorado. O avanço da siderurgia, por sua vez, permitiu o aumento da fabricação de máquinas e trilhos.

A invenção da locomotiva a vapor também mudou profundamente a face da sociedade europeia. Antes, o mar e os rios eram os principais meios de transporte e comunicação. A inauguração das ferrovias permitiu a expansão dos mercados e ampliação da produção, ao mesmo tempo que estimulou outros negócios como a produção de aço, o sistema bancário (que teve que se reorganizar para arcar com os custos imensos do investimento ferroviário) e a mineração do carvão. A economia europeia e a vida cotidiana de seus cidadãos passaram a depender cada vez dessa fonte de energia. Com o esgotamento das florestas do continente, mais e mais os europeus passaram a usar o carvão extraído das minas – além de permitir a fundição do aço, também era necessário para todas as máquinas a vapor e todas as formas de transporte que dominaram o século: a locomotiva e o barco a vapor.

Essas alterações na economia e na produção engendraram mudanças também na vida cotidiana e na sociedade. Primeiramente a partir do trabalho, onde as pessoas antes acostumadas aos sistemas de produção de oficinas familiares passaram a ser convocados aos milhares para espaços dedicados exclusivamente à labuta. Ali, tinham seu tempo controlado e regras impostas sobre seus corpos, com multas e punições para aqueles que desobedecessem. Ao mesmo tempo, as cidades aumentaram cada vez mais de tamanho: ao longo de todo o século XIX, a po-

pulação urbana do mundo triplicou – fenômeno conhecido como urbanização. Na Grã-Bretanha, centro cíclico do mundo durante essa época, a população urbana passou de $\frac{1}{4}$ para $\frac{2}{3}$. Esse crescimento acelerado trouxe consigo mazelas profundas. As cidades europeias no século XIX eram notoriamente segregadas, com espaços separados entre habitações do proletariado, zonas de comércio e de indústria e habitações da burguesia. A congregação de fábricas e o amplo uso do carvão e da fundição poluíram os ares da cidade de maneira que problemas pulmonares eram comuns entre aqueles que viviam atolados nas vilas de trabalhadores. Igualmente, a densidade demográfica, aliada às condições insalubres em que viviam a maioria da população, fez com que epidemias de diversos tipos reinassem nas cidades. Em lugares como Londres, a cólera e a tuberculose matavam milhares de indivíduos periodicamente. Felizmente, ao longo do século, dois movimentos contribuíram para melhorar a condição de vida daqueles que moravam nas cidades. Primeiro, o planejamento urbano foi adotado como política pela maioria dos países industrializados, os quais desenvolveram sistemas de esgoto e de captação de água, assim como novos modelos de mobilidade urbana com a abertura de vias e a introdução do bondinho. Segundo, o progresso científico possibilitou que as sociedades burguesas desenvolvessem seu conhecimento sobre a origem das doenças, com a eventual adoção da teoria de micróbios e o desenvolvimento da indústria farmacêutica.



Uma cena industrial mostrando siderurgia em Nantyglo, Blaenau Gwent, Grã-Bretanha, na década de 1830. A fumaça pode ser vista saindo de várias chaminés e uma ponte está no centro.

CAPÍTULO 12:

A EUROPA CONTURBADA

INTRODUÇÃO

À medida que a sociedade do século XIX mudava, diferentes ideologias sociais surgiam e competiam por espaço. Desde o início em 1815 com a derrota final de Napoleão e o Congresso de Viena, foi um tempo marcado pelo embate entre diferentes ideais sobre como organizar um mundo. De um lado, tínhamos os valores do Antigo Regime: a monarquia absoluta, o mercantilismo, a sociedade estamental, a importância da religião na vida civil; do outro, os valores burgueses do Iluminismo que ao longo do século se desenvolveram na filosofia política liberal: a democracia, a república, a cidadania, o liberalismo econômico, a valorização do conhecimento científico e, eventualmente, o nacionalismo.

A PRIMAVERA DOS POVOS

A partir da década de 1820, as guerras de independência se deflagraram nas Américas, e até o final do século, as duas primeiras monarquias absolutas da Europa viram seus impérios no continente desaparecer por completo. Simultaneamente, os grandes impérios multinacionais do velho mundo também foram perdendo território, com a Grécia ganhando sua independência do Império Turco-Otomano em 1832 e a Bélgica surgindo como estado-nação do jugo do reino dos Países Baixos. A onda nacionalista e liberal se espalhou pela Europa e a tentativa de reconstrução empreendida pelo Congresso de Viena e os poderes do Antigo Regime foi sendo cada vez mais contestada. A década de 1830 também foi marcada por levantes por toda a Europa, a maioria deles violentamente reprimidos pelas monarquias absolutistas. O auge do movimento ocorreu em 1848, quando barricadas foram levantadas em grande parte do território europeu por múltiplos povos que proclamaram sua independência e seu direito a se autogovernar enquanto estados-nações. Depois de semanas de repressão, os movimentos foram dispersados, mas mesmo assim ficaram conhecidos como a Primavera dos Povos.

Não obstante a resposta violenta dos poderes absolutistas na maioria das vezes em que seus súditos se levantavam clamando pelo direito à liberdade e à cidadania, o liberalismo conseguiu alterar profundamente o funcionamento de muitas das sociedades europeias. Mesmo que impérios como a Rússia, o Austro-Húngaro e o Turco-Otomano tenham permanecido como autocracias absolutistas até a Primeira Guerra Mundial, muitos outros foram forçados a alterar sua organização social e política. A Grã-Bretanha, oficina e banco do mundo no século XIX, passou grande parte dele sendo governada por uma única rainha, pela qual a época é conhecida como Era Vitoriana. Enquanto Rainha Vitória, que governou de 1837 até sua morte em 1901, era indubitavelmente uma governante do Antigo Regime, a Inglaterra que governou era profundamente liberal. Uma monarquia constitucional antes de qualquer outra na Europa,

o governo inglês foi cada vez mais dominado pela burguesia e seus valores, que afetavam sua organização política, social e econômica. Na França, Luís XVIII outorga uma carta constituinte aos seus cidadãos em 1824, mesmo ano em que D. Pedro I faz o mesmo no Brasil. Os monarcas de Portugal e Espanha também, na década de 1820, se viram forçados a abdicar de seu poder absoluto em nome de uma monarquia constitucional.

A formação das democracias liberais modernas, assim como seus contornos de estado-nação, foi definida na Era Vitoriana. Antes de conquistar o mundo, a burguesia teve de conquistar sua própria sociedade. O direito ao voto foi se expandindo pela cidadania masculina europeia. O desenvolvimento do sufrágio universal foi lento, e impedido em todos os momentos tanto pelos poderes do velho mundo quanto pelos próprios preconceitos e falhas do pensamento liberal burguês. Enquanto nos Estados Unidos todos os homens brancos ganharam o direito de voto em 1830, apenas em 1869, depois do fim da escravidão, esse direito foi estendido aos homens negros. Na França, o sufrágio universal masculino branco foi decretado após a Primavera dos Povos; no Brasil o sufrágio universal decretado somente em 1891 com a Primeira República contava todos os homens, mas excluía os analfabetos. Mesmo assim, essas mudanças alteraram profundamente a cara da política: organizações políticas, partidos e representantes se tornaram necessários para governar um país. O antigo elitismo insular das antigas aristocracias e grandes fortunas se viu forçado, ao menos em parte, a ter que negociar e convencer uma parcela cada vez maior da população.

O PROLETARIADO E AS IDEOLOGIAS DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Nas fábricas de fiação e tecelagem da Inglaterra, desde finais do século XVIII, antigos artesãos transformados em operários pela burguesia urbana entravam nas fábricas e armazéns com o intuito de destruir todas as máquinas que haviam permitido esse controle totalitário sobre as pessoas e o seu trabalho. Conhecido como *ludismo*, esse movimento pregava que a única maneira de se libertar do jugo da indústria era destruindo as máquinas que haviam substituído o homem e auxiliado na sua subjugação à produção capitalista, e retornar para técnicas de produção artesanais e corporativas. Esses levantes de trabalhadores eram, frequentemente, reprimidos violentamente pelos donos das fábricas, que, com o aval do Estado, muitas vezes possuíam suas próprias forças policiais e estavam livres para dispensar a lei como desejassem.

Essas organizações de trabalhadores começaram, em sua maioria esmagadora, ilegalmente. Aliado tanto à crescente burguesia quanto aos antigos poderes feudais, o Estado do século XIX era uma ferramenta brutal de opressão aos movimentos trabalhistas. Na Grã-Bretanha, os operários conquistaram o direito de se organizar politicamente apenas em 1825, e

formaram assim os primeiros sindicatos do país. Esse tipo de associação, em uma forma ou outra, rapidamente se espalhou entre as massas proletárias da Europa e dos Estados Unidos.

DOCTRINA REVOLUCIONÁRIAS DO SÉCULO XIX

Enquanto a violência política era muitas vezes empregada pelos movimentos operários, em especial por aqueles que aderiram a ideologias revolucionárias como o *comunismo* e o *anarquismo*, a principal ferramenta de luta que era adotada por todos os trabalhadores do mundo era a greve. O primeiro desses movimentos foi o chamado cartismo, que era um movimento popular voltado para a democracia, a república e os direitos trabalhistas que tinha como estratégia o abaixo assinado por milhares de trabalhadores enviado ao parlamento. Imaginavam que os ideais liberais e políticos da burguesia fariam com que eles atendessem os pedidos feitos em massa e de maneira democrática. Entretanto, e em grande parte pela influência dos poderes do Antigo Regime que tinham aversão a maioria dos levantamentos políticos da massa, a maioria dessas petições foi sumariamente ignorada pela classe política burguesa e aristocrática.

Ao mesmo tempo que movimentos populares como o cartismo e o ludismo movimentavam as massas em prol de suas conclamações, vários movimentos intelectuais também surgiram para tentar explicar e resolver as mazelas da sociedade industrial. O primeiro desses que marcou a sociedade foi chamado eventualmente de *socialismo utópico* pelos seus críticos. Originário da França, teve como um de seus expoentes Saint-Simon, acreditava na importância da luta operária, mas acreditava que a única maneira válida para se alcançar esses objetivos seria a partir da filantropia burguesa, que deveria reduzir sua ganância por questões morais e ativamente melhorar as condições de trabalho de seus operários. Robert Owen, pensador do País de Galês, também acreditava nas fábricas coletivas, mas considerava que os burgueses teriam de fazer parte dessa organização e também seriam legatários de uma das partes da produção fabril.

De todos os socialistas ditos utópicos por Marx e Engels, o mais radical deles, é discutivelmente o que teve mais influência, foi Pierre-Joseph Proudhon. Proudhon detestava toda a forma de autoritarismo e considerava que a única maneira de libertar o trabalhador seria através da reorganização social completa. Através da união dos proletários, Proudhon considerava que seria necessário destruir todas aquelas instituições que seriam responsáveis pela opressão e causadoras da desigualdade econômica: a propriedade privada, o Estado e a Igreja. Em seu jornal que circulava nos dois lados do Atlântico, chegou a exaltação de proclamar que todas as formas de propriedade não eram nada além de roubo. De certa maneira, Proudhon se parecia em sua radicalidade e nas consequências de sua filosofia política com outro movimento que também se ergueu contra a sociedade burguesa em sua totalidade, o anarquismo. Tendo como

seu grande expoente no século XIX Mikhail Bakunin, o *anarquismo* defendia a extinção imediata do Estado, da Igreja e de todas as instituições que ousavam ditar regras sobre o indivíduo humano. Proponentes do coletivismo, os anarquistas consideravam que a propriedade, o exército, a polícia, o clero e a política eram ferramentas de opressão e deveriam ser combatidas violentamente, muitas vezes através de atos terroristas. Sonhavam com uma sociedade sem classes, com liberdade ilimitada do indivíduo e seus direitos. Diziam que queriam ensinar os homens a viver sem governo, da mesma maneira que por conta própria já estavam aprendendo a viver sem Deus.

Entretanto, é inegável que a ideologia revolucionária que mais teve impacto durante e depois do século XIX foi o socialismo científico, desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels. Fortemente influenciados pelo idealismo alemão, em especial pela dialética de Hegel, de quem Marx foi aluno de filosofia, os socialistas científicos pregavam que a história da sociedade humana não era nada além da história da luta de classes. Essas classes, por sua vez, teriam sempre sido definidas pela sua posição no processo produtivo de uma sociedade. É o chamado materialismo histórico. Para Marx, todas as sociedades até o capitalismo tinham se organizado a partir de suas contradições inerentes ao processo produtivo, o que teria levado, inexoravelmente, à sua queda e substituição por um novo modelo que contemplasse os interesses das classes anteriormente reprimidas. Resumidamente, seriam cinco esses modos sucessivos de produção pelos quais passaria a humanidade: o escravismo, o feudalismo, o capitalismo, o socialismo e o comunismo. Cada um marcado por sua própria luta de classes, com uma dominante controladora do Estado e outro oprimida que eventualmente faria a sua revolução, esses quatro estágios seriam uma característica indubitável da história humana. No Manifesto do Partido Comunista, publicado em 1848, logo após a Primavera dos Povos, Marx procura explicar como o ser humano teve a sua sociedade ao longo do tempo definida principalmente pelos meios de produção, que por sua vez definiram as classes da sociedade a partir de seu papel no processo produtivo. A relação de oposição entre essas classes dialeticamente permitiria a superação das contradições do sistema e a instalação de um novo regime. Para ele, a humanidade começou em uma espécie de comunismo primitivo, situação no qual os meios de produção eram tão pouco desenvolvidos que não forçaram a formação de classes, fazendo de toda a propriedade comunitária. Eventualmente os progressos da agricultura teriam alterado de tal maneira a lógica produtiva que definiram a formação das primeiras classes, no sistema do escravismo: o patrício, o plebeu, e o escravo. Eventualmente este também teria sido superado quando os escravos se enraizaram na terra e a elite urbana do mundo antigo caiu em decadência, possibilitando o surgimento do novo modelo produtivo, o feudalismo, no qual as classes eram definidas pela sua relação com a terra, e não com o trabalho escravo humano, e constavam principalmente como senhores e servos.

A superação do feudalismo e o advento do capitalismo e da industrialização teria sido a última etapa experienciada pela humanidade desse processo inexorável da história da luta de classes, e as suas contradições, que resultaram na classe burguesa oprimindo a nova classe operária, resultariam na sua superação e na adoção inevitável do socialismo. Essa sociedade socialista seria dedicada à eliminação da propriedade, e, logo, ao estabelecimento de meios de produção igualitários, onde todos os participantes do processo produtivo teriam a mesma posição. Assim, o meio de produção socialista seria dedicado à eliminação das classes, e, conseqüentemente, do Estado. Esse último estágio de desenvolvimento seria chamado de Comunismo, e para Marx era a última etapa da evolução humana na História.

Esse movimento encontrou o seu auge em 1871, com a Comuna de Paris, quando operários franceses, cansados das mazelas da Guerra Franco-Prussiana se levantaram contra o rei e instalaram por alguns meses na capital francesa um governo socialista. A eventual derrota da Comuna, possibilitada pela aliança entre poderes monárquicos, burgueses e até entre a França e a Prússia contra os revolucionários, causou um racha nos movimentos socialistas. Para os marxistas, a Comuna tinha sido derrotada pois os anarquistas, ansiosos para eliminar as instituições do Estado de uma vez, teriam impossibilitado a vitória do movimento ao proibir a formação de exércitos, polícias e outros aparatos de governo. Para os comunistas, era necessário que o proletário tomasse para si essas instituições antes de começar o lento processo de eliminação das classes que resultaria no fim do Estado. Em 1889, formou-se a Segunda Internacional, que excluía os anarquistas e pretendia liderar exclusivamente o movimento operário no futuro.

CAPÍTULO 13:

**INDEPENDÊNCIAS
LATINO AMERICANAS**

INTRODUÇÃO

Por séculos as metrópoles europeias exploraram suas colônias nas Américas, acumulando capital, reforçando o pacto colonial e implementando o mercantilismo. Porém, com o início da Revolução Industrial, os países que começavam se industrializar (a princípio apenas a Inglaterra) e se envolver com a lógica industrial deixam de desejar a permanência do monopólio real, no que era contrário aos seus interesses econômicos, e setores empreendem uma oposição ao pacto colonial. Os estados coloniais à moda antiga, principalmente Portugal e Espanha, lutam para continuar reforçando o *pacto colonial*. Entretanto, quadros coloniais (nas Américas) e metropolitanos, influenciados pelas ideias correntes vindas do movimento iluminista e da Escola de Salamanca, nutrem em seus espíritos as ideias de independência e livre mercado.

AS REFORMAS BOURBÔNICAS E O DESPOTISMO ESCLARECIDO

Em meados do século XVIII, Portugal e Espanha, que em um momento foram as potências mais ricas e possantes da Europa, estavam em um claro declínio. A competição oferecida principalmente pela Inglaterra e pela Holanda, tanto em âmbito comercial quanto colonial, se fazia notar. Os reinos ibéricos se encontravam dependentes de suas colônias para explorar matérias primas, e da Inglaterra para ter bens industrializados. Na tentativa de superar esse impasse, alguns governantes desses reinos (Marquês de Pombal em Portugal e os reis Bourbon na Espanha) implementam reformas inspiradas pelo iluminismo na tentativa de modernizar seus países ao mesmo tempo que mantinham e reforçaram o *pacto colonial*. A Espanha deixou outros portos manterem contato comercial com as Américas, criou novas universidades no continente e aprimorou as que já existiam, permitiu e viabilizou a publicação de jornais nas colônias. Portugal criou companhias de comércio privilegiadas para diferentes regiões do país, implementou o derrame, estabeleceu o monopólio sobre a extração de diamantes no Brasil, incentivou a manufatura na colônia, mudou a capital de Salvador para o Rio de Janeiro, expulsou do Brasil a ordem dos jesuítas e enfraqueceu setores da nobreza e da Igreja.

REVOLTAS NA AMÉRICA LATINA

O aumento da exploração trouxe um alto nível de descontentamento para as elites coloniais e as classes subalternas, levando a diversas revoltas. Dentre elas podemos citar a sublevação indígena de Tupac Amaru II no Vice Reino do Peru, a Inconfidência Mineira no Brasil, o Grito de Dolores no México. Embora todas essas revoltas tenham sido violentamente reprimidas, ora

pelas elites locais, ora pelas elites metropolitanas, a idéia emancipacionista não se dissipa nas Américas. Dessa forma, as elites coloniais começam a ir abertamente (pois o contrabando sempre foi uma constante) contra o grande símbolo do pacto colonial: o monopólio comercial.



Pintura de Tupac Amaru II por um artista anônimo c. 1784–1806 . Revelada em 2015, é a imagem mais antiga conhecida até hoje do rebelde indígena

Na América Espanhola, essa elite era, na virada do XVIII para o XIX, formada por brancos descendentes de espanhóis, chamados *criollos*¹⁴. Detinham grande parte do poder econômico nas colônias, enquanto o poder político era detido quase que exclusivamente pelos chamados *guachupines* ou *chapetones*, espanhóis nascidos na Espanha, que aqui estavam em nome do rei para assegurar o andamento do pacto colonial.

Esse clima vai ser levado ao ponto de ebulição a partir das consequências da Revolução Francesa. Em 1808, o imperador Napoleão invade a Espanha e depõe Fernando VII de Bourbon, pondo em seu lugar o seu irmão, José Bonaparte I. Ao receber a notícia dos acontecimentos na península, os *criollos* e *guachupines* imediatamente reformam suas câmaras locais

¹⁴ Designação para pessoa nascida nas Américas filho(a) de espanhóis nascidos na Espanha.

e decidem manter a lealdade a família Bourbon na esperança de que, quando ela voltasse ao trono espanhol, percebesse essa lealdade e elevasse os Vice-Reinados da América Espanhola a Reinos Unidos, tirando-os assim da condição de colônia e do pacto. Porém, as elites hispano-americanas logo se dividem entre aqueles que lucravam com o monopólio comercial e queriam a estrutura tradicional de exploração e aqueles que lucravam com o contrabando e apoiavam propostas liberalistas, como a abertura dos portos. Essa divisão levou as duas facções a criarem exércitos próprios, iniciando um período de guerra civil, agravada ainda por insurreições populares e indígenas em diversas áreas. O medo dessa revolta popular leva os *criollos*, então, a tomarem a rédea decidida do movimento de independência na tentativa de guiá-lo até um ponto que lhes fosse desejável, e não mais além. Ao mesmo tempo, vale lembrar que a vasta extensão da América Espanhola e as diferentes especializações econômicas de cada região fizeram com que a liderança do movimento não fosse una e coesa.

Em 1810, as pretensões de independência se exaltam e as diferentes câmaras da América Espanhola formam *juntas* independentes de governo. A guerra civil se deflagra. O período das guerras de independência da América Espanhola pode ser dividido em duas partes: a primeira, de 1810 a 1815-6, foi marcada por algumas vitórias de simbolismo importante, mas foi principalmente um período de derrotas para os emancipacionistas. Nesse período, os franceses são finalmente expulsos da Espanha e Fernando VII retorna ao trono com o desejo de eliminar as revoltas coloniais e posteriormente reforçar o pacto aos moldes pré-napoleônicos. Entretanto, o recuo de Napoleão, e sua eventual derrota em Waterloo (1815), também acabam por favorecer os emancipacionistas. A Inglaterra até então estava demasiado preocupada com a crise econômica causada pelo Bloqueio Continental e com a busca pela derrota definitiva de Bonaparte. Conseguiu, e assim se liberou para apoiar financeira e materialmente o esforço de guerra de homens como Bolívar, Martín e Sucre. O segundo período, que vai de 1817 a 1824-6, foi, então, marcado por grandes vitórias possibilitadas pelo apoio inglês e pela participação de setores populares na luta liberal.

CONSEQUÊNCIAS DAS INDEPENDÊNCIAS NA AMÉRICA ESPANHOLA

Ao contrário do imaginado pelos grandes líderes do movimento, como Bolívar e San Martín, que almejavam uma América Espanhola unida e independente, o imenso território seria chamado de Gran Colombia. Todavia, a influência das diferentes elites locais assim como a importância das economias locais leva a fragmentação do espaço em diversas repúblicas separadas. O assassinato de Simón Bolívar foi de suma importância para a divisão territorial entre os *caudillos*¹⁵.

¹⁵ Nome dado aos homens que exerciam influência política em seus territórios.

O modelo econômico produtivo pré-independência também se mantém em grande parte inalterado, mas agora sem as amarras coloniais, ou seja, participando do mercado-mundo liberal. Consequentemente, também se mantém em grande parte a opressão econômica e política das maiorias étnicas que compunham a força de trabalho.



Mapa político atual da América do Sul.

REVOLUÇÃO DO HAITI

O Haiti foi a primeira colônia latino-americana a conseguir sua independência. Seu processo de colonização iniciou-se ainda no século XVI pelos espanhóis. A partir da chegada também dos franceses, ambos reinos passaram a dividir o domínio político e econômico da região. A ilha São Domingos, assim denominada pelos franceses, ampliou sua soberania sobre a região e começou a desenvolver grandes plantações no modelo das plantations. Suas principais produ-

ções foram: Cana de açúcar, cacau e café. Utilizava-se de mão de obra escravizada de negros oriundos do continente Africano.

Ao longo do processo de colonização, existem estimativas de que 90% da população era de negros escravizados. A Revolução Francesa, iniciada em 1789, levou a Ilha a momentos de instabilidade. O processo do fim da escravidão, na França, levaram a líderes como Toussaint Louverture e Jean-Jaques Dessalines, ex-escravos letrados, a buscarem realizar movimentos de insubordinação contra seus senhores. A conquista da independência iniciada em 1794 foi somente encerrada em 1804, ao longo do período napoleônico na França.

Doravante ao processo de independência, houve um esquecimento, visto que os Haitianos não queriam pertencer nunca mais as amarras coloniais que foram impostas ao longo dos 300 anos. Esse processo mostra um medo que espalhou-se ao longo dos processos de independência que foi o *Haitianismo*. O conceito está relacionado ao medo das Metrôpoles com processos de insurgências e revoltas escravas de suas colônias.



Louverture conforme retratado em uma gravura francesa de 1802

CAPÍTULO 14:

**OS ESTADOS UNIDOS APÓS
A INDEPENDÊNCIA E A
GUERRA CIVIL AMERICANA**

INTRODUÇÃO

Em 1776, os Estados Unidos da América foram o primeiro povo do mundo a se rebelar contra o jugo do Antigo Regime. Discutivelmente, o estado-nação nasceu no continente americano antes de ser exportado para a Europa. A elite americana possuía uma noção de unidade e de história em comum que só foi possibilitada pela proliferação de ideais liberais nas 13 Colônias, e pela ausência de interferência inglesa que permitiu o crescimento não somente de uma classe média como também de uma esfera pública de discurso formada por jornais, escolas e câmaras municipais. Após conquistarem a sua independência, as 13 Colônias iniciam um processo feroz de expansão territorial, baseada na compra de territórios, na colonização das terras a oeste por homens brancos e na repressão violenta e genocida dos povos indígenas que ocupavam os territórios.

AS OCUPAÇÕES À OESTE

A primeira dessas grandes compras acontece em 1803, quando o governo americano compra todo o território oeste das Montanhas Apalache e Leste do Mississippi dos franceses que não conseguiam ocupá-lo efetivamente na chamada Compra de Louisiana. Desde então o “oeste” e a sempre crescente fronteira dos EUA se tornaram um marco da consciência norte-americana. Em 1823, o presidente americano James Monroe inaugura sua Doutrina Monroe, que pode ser resumida essencialmente no pensamento “A América para os Americanos”. Enquanto os velhos poderes do Antigo Regime lutavam para reconstruir a sua ordem de mundo na Europa e as colônias ibéricas lutavam pela sua liberdade após as conturbações causadas pelas revoluções Americana e Francesa, os EUA perceberam que necessitavam mobilizar-se para evitar renovadas intervenções do velho mundo no continente americano.

Ao mesmo tempo que os americanos definiram a sua política pública de expansão e de isolacionismo perante os velhos poderes, sua consciência vai adotando perspectivas que contribuem para essa expansão. O conceito de “Oeste” no imaginário americano ao longo do século XIX é constantemente mutável e impele os estadunidenses a ocupar cada vez mais o território norte-americano, em detrimento do aberto aos povos que já o habitavam. Originalmente, o “Oeste” era aquilo que estava para além dos Apalaches, a fronteira natural que havia definido os limites das 13 Colônias no período colonial; eventualmente, o “Oeste” se tornou tudo aquilo que estava além da Louisiana, comprada dos franceses no início do XIX; nas décadas de 1830 e 1840 o “Oeste” era aquele território antes dominado pelo México, mas que os EUA vão progressivamente tomar de seu vizinho latino através de sucessivas guerras que começam com a introdução do Texas à união em 1836; finalmente, em 1848, se descobrem jazidas riquíssimas de ouro na Califórnia, que se torna o novo e último “Oeste” a ser cobiçado e ocupado pelos americanos.

Essa política de expansão pública e o seu empreendimento só foram possíveis graças a uma compreensão particular do mundo que surgiu nas mentes dos indivíduos estadunidenses. Fortemente influenciados pelo puritanismo religioso desde sua fundação, os americanos desenvolveram um pensamento político-religioso segundo o qual eles seriam o “povo escolhido” e teriam como papel ocupar e civilizar o território a “Oeste” das 13 colônias. Foi o chamado Destino Manifesto, uma ideologia religiosa, política e territorial que pregava não somente a superioridade do americano, como também o seu direito e o seu dever de dominar o território que viria a ser os Estados Unidos da América.

A GUERRA DE SECESSÃO AMERICANA

Entretanto, não obstante essa aparente união de propósito expressa pelos americanos na sua conquista e colonização do território, a sociedade americana da primeira metade do século XIX foi marcada por uma profunda divisão. Nas metrópoles que haviam sido as 13 Colônias originais, uma diferença gritante foi surgindo entre aquelas que estavam no Sul e aquelas que estavam no Norte. Os estados do Sul eram marcados por um sistema de produção essencialmente agrário, focado na plantation de algodão para exportação para o mercado industrial inglês a base do trabalho escravo negro; os estados do Norte, entretanto, eram marcadamente mais industrializados e influenciados pelas ideias liberais provenientes do velho mundo, sendo ilegal a escravidão na maioria deles, que preferiam o trabalho assalariado como sua principal força operária.

Já em 1820, a expansão para o “Oeste” trouxe à tona essas diferenças entre os modelos de sociedade que existiam nas duas regiões dos Estados Unidos. A questão de se as novas terras colonizadas e conquistadas dos mexicanos e nativo-americanos teriam um modelo produtivo e de ocupação baseado nos estados do norte ou do sul se tornou uma preocupação principal para os americanos. Em 1820, foi assinado o Compromisso de Missouri, que proibiu a escravidão na maioria das terras do “Oeste”, limitando-a a partes do Missouri e ao estado do Arkansas. Essa legislação demonstra que desde esse período essa diferença social já se percebia, e fazia surgir questões essenciais sobre a ocupação do território.

Em novembro de 1860, foi eleito como presidente dos Estados Unidos o republicano Abraham Lincoln. Desde o início, a eleição deixou amargos os sulistas, no que Lincoln, além de nortenho, era abertamente contra a escravidão e a favor do fortalecimento do mercado interno e do protecionismo econômico. Quase que imediatamente, os estados do Sul declararam a sua separação da união, e deflagraram o conflito mais sangrento da história das Américas, a Guerra de Secessão Americana (1861-5). Três anos após sua eleição, o presidente assina a lei conhecida como a Proclamação de Emancipação, que libertava os escravos, proibía a escravidão e procurava apontar os futuros direitos políticos da população negra masculina. Mesmo não tendo sido fácil – em 1863 a população de Nova Iorque se levanta contra conscrição para a Guerra

Civil, no que achavam que a guerra estava acontecendo pelos negros, ao invés de por um embate entre modelos econômicos – Abraham Lincoln saiu vitorioso da guerra e conseguiu manter a União intacta ao mesmo tempo que abolia a escravidão nos EUA.

O que não quer dizer, por sua vez, que a recém-liberada população negra do sul tenha gozado plenamente de sua liberdade e de seus direitos políticos. Diversos grupos, como a Ku Klux Klan, surgiram para manter acesa a chama da superioridade racial branca, e a criminalização forçada junto com a segregação espacial e política contribuíram para relegar o negro americano, em especial no sul, a uma situação de inferioridade que permaneceu, pelo menos, até a década de 1960. Tal prática de racismo foi implementada institucionalmente a partir da Lei Jim Crow aplicada em 1877¹⁶. Mesmo assim, houve um esforço pelas elites nortenhhas em integrar o negro não somente ao processo político, como também ao processo de expansão territorial que ainda estava sendo empreendido pelo Estado após o fim da Guerra Civil. A primeira dessas iniciativas foi chamada de Quarenta hectares e uma mula, e era uma promessa de reformistas agrários americanos de que os escravos libertos teriam direito a quarenta hectares de terra e uma mula nos territórios do “Oeste” para reintegrá-los economicamente e incentivar a ocupação da terra. Enquanto boa parte dos escravos nunca viram o resultado de tal promessa, muitos partiram para as novas terras. Igualmente, em plena Guerra Civil o governo da união havia assinado o Homestead Act, que, devido às vicissitudes da guerra, só começou a ser implantado de fato na década de 1870. Esse projeto de divisão de terras era outra iniciativa do estado para incentivar a ocupação e colonização do território e, ao contrário do Brasil, cuja lei equivalente seria a Lei de Terras de 1850, era uma divisão baseada na pequena e média propriedade. Essencialmente, o governo americano popularizou suas aquisições através de um processo de reforma agrária que impossibilitava o controle do “Oeste” pelas mesmas elites latifundiárias que haviam controlado o Sul.



¹⁶ São leis estaduais e locais, aplicados no Sul dos Eua, que segregavam brancos e negros em espaços privados e privados.

CAPÍTULO 15:

ERA VITORIANA/BELLE ÉPOQUE I : SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O CAPITALISMO MONOPOLISTA

INTRODUÇÃO

A partir de 1850 o continente europeu deverá adaptar-se às novas demandas sociais e econômicas. Os avanços científicos e tecnológicos fornecerão bases para as mudanças no gerenciamento e concentração de renda por grandes empresas. Os bancos e grandes indústrias se fundiram. Ocorrerão a concentração de renda em países como: França, Inglaterra, Alemanha e EUA. Mas para darmos início ao capítulo devemos entender três conceitos: *Truste*¹⁷, *Holding*¹⁸ e *Cartel*¹⁹. Veremos que, com as novas adaptações, ocorrerá um processo inflacionário e de crise econômica no continente Europeu.

A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Não obstante as sublevações populares constantes nas décadas iniciais do século, a primeira metade do XIX foi um período marcado pelo aumento da riqueza material e pelo dinamismo social. Chamado de Era do Liberalismo, essa época que vai até a década de 1870, foi caracterizada pela abertura econômica em oposição ao monopólio estatal sobre o comércio, pelo surgimento de novas empreitadas diariamente, pela conquista de liberdades políticas, pela mudança estrutural nos meios de comunicação e no pensamento científico, e acima de tudo, pelo crescimento econômico desenfreado. A primeira revolução industrial deu seus frutos de maneira a permitir a ascensão meteórica da classe e sociedade burguesa. Entretanto, a partir de 1876 e até 1896 o mundo capitalista vai enfrentar a sua maior crise, chamada de Grande Depressão. Fruto do esgotamento do sistema ultraliberal, essa época foi marcada pela diminuição dos preços, da produção e da demanda mundial e pelo aumento do desemprego. Esse cenário econômico de crise poupou apenas as grandes fortunas já estabelecidas, que por sua vez começaram a comprar os destroços da competição e a unir seus esforços de maneira a formar grandes monopólios para conseguir resistir melhor a crise com corporações que dominariam o cenário mundial. A expansão do setor financeiro e do setor bancário, através dessas grandes fortunas acumuladas, permitiu o nascimento de trustes de negócio que se apresentavam como verdadeiros impérios industriais.

Ao mesmo tempo que as fortunas burguesas se concentravam, diversas inovações tecnológicas e novos setores abertos da economia eventualmente permitiram um reaquecimento da indústria e do comércio, que seguiram acelerando até o fim da Belle Époque, na Primeira

17 Fusão de várias empresas do mesmo gênero.

18 empresa que têm o controle de outras empresas, embora ocorra relativa autonomia delas.

19 União de empresas do mesmo gênero para controlar produção e preços de determinado setor.

Guerra Mundial. Chamada por muitos de Segunda Revolução Industrial, esse movimento foi caracterizado não somente pelo seu lado técnico, como também por um lado ideológico marcante através da filosofia do *progresso* e do *positivismo*. Primeiramente, é necessário mencionar a descoberta de novas fontes de energia para o mundo industrial. Enquanto o carvão mineral continuará sendo a principal fonte de energia ao longo do século, a segunda metade do XIX presencia a descoberta de alternativas como a eletricidade produzida através da queda d'água. Em 1873, o francês Aristide Bergès foi o primeiro a utilizar a queda d'água para gerar eletricidade, mas a tecnologia foi tão marcante que em 1879 o americano Thomas Edison o pôs em uso quando inventou a lâmpada incandescente. Simultaneamente, o petróleo começou cada vez mais a ser considerado uma alternativa energética. Desde 1859, os poços petrolíferos do Texas jorravam o sangue negro da terra para lucros imensos dos burgueses americanos, como a família Rockefeller, que fez sua fortuna com o petróleo texano e cujo expoente inicial se tornou o homem mais rico do mundo.

Junto com as inovações no setor energético, a Segunda Revolução Industrial também foi marcada por novidades no setor da indústria química e na comunicação. Invenções como a penicilina, a aspirina, corantes, o telefone, a fiação elétrica, a fotografia, o cinema, a máquina de escrever, mudaram mais uma vez a face das sociedades industriais. E os transportes não tardaram em se revolucionar. No fim da década de 1880, o motor a combustão permitiu a introdução do automóvel na vida cotidiana, e as fábricas de produção de carros começaram a dominar os mercados, com a Renault, da França, e a Ford, dos EUA, sendo as maiores competidoras. Essa nova indústria por sua vez, somada ao crescente fascínio do europeu médio com a bicicleta, fez explodir também a produção de látex, que alterou profundamente geografias no Brasil, no Congo Belga e no Sudeste Asiático. O auge das revoluções nos transportes aconteceu em 1906, em Paris, quando o brasileiro Santos Dumont fez voar pela primeira vez por voo contínuo um objeto mais pesado que o ar: o avião 14-bis.

Enquanto a economia e a indústria se formaram, a organização do trabalho também sofreu graves mudanças com o advento da Segunda Revolução Industrial. Desde a década de 1880 na Europa, o inglês Frederick Taylor propunha suas teorias de organização científica do trabalho. Tinha como base a ideia de que o espaço da fábrica e o tempo do trabalhador deveriam ser controlados e organizados minuciosamente pelos patrões, que deveriam aplicar métodos objetivos e científicos para tirar o maior proveito possível do tempo que lhes era dedicado pelos operários. O controle do horário de almoço, das pausas para o banheiro, assim como a instalação de apitos e inspetores que assegurariam o seguimento das regras eram fundamentais para a filosofia de Taylor. Nos Estados Unidos, o grande industrialista Henry Ford adotou as ideias do taylorismo e as aprimorou com sua própria contribuição: a linha de montagem.

A inovação fordista permitia não somente um controle ainda maior do tempo e do corpo dos trabalhadores, como também induziu a hiper-especialização das tarefas operárias, alienando ainda mais o proletário do produto final de seu trabalho, e permitindo ao burguês um aumento expressivo na produtividade de suas fábricas.



Trabalhadores da primeira linha de montagem móvel montaram magnetos e volantes para automóveis Ford de 1913 em Michigan.

CAPÍTULO 16:

**ERA VITORIANA/BELLE ÉPOQUE II
UNIFICAÇÕES TARDIAS:
ALEMANHA E ITÁLIA**

AS UNIFICAÇÕES TARDIAS: ALEMANHA E ITÁLIA.

Nos últimos capítulos estudamos as grandes transformações ocorridas ao longo do século XIX na Europa: a Revolução Industrial consolidava definitivamente o poder político e econômico da burguesia, ao mesmo tempo que fazia nascer uma nova classe social formada pelos trabalhadores que dependiam da venda de sua própria força de trabalho para sobreviver, o Proletariado. Além disso, as revoluções de 1848, com forte teor nacionalista e liberal, enterravam de vez o absolutismo na maior parte do velho continente. Velhos Reinos absolutistas deixavam de existir, sendo substituídos por monarquias constitucionais ou repúblicas, enquanto novos Estados nacionais se formavam. Nas próximas páginas, estudaremos o processo de formação dos Estados Alemão e Prussiano - eventos fundamentais para a compreensão do final do século XIX e início do XX - que trouxeram consequências não somente para a Europa, mas para todo o planeta.

1- A UNIFICAÇÃO ALEMÃ

1.1 A disputa “Prússia x Áustria”

Como vimos anteriormente, as Guerras Napoleônicas redesenharam o mapa europeu. Em 1806 as tropas napoleônicas colocavam fim ao Sacro Império Romano-Germânico, também conhecido como Primeiro Reich. Embora composto por uma grande diversidade de Estados, o império reunia populações que compartilhavam a mesma língua e culturas semelhantes. A invasão francesa, por sua vez, semeou entre os povos germânicos um sentimento nacional diante da ocupação inimiga.

Com a derrota definitiva de Napoleão e a reestruturação das forças absolutistas pelo Congresso de Viena e pela Santa Aliança, em 1815, o mapa da Europa passou por novas transformações. A Áustria anexou parte da região dos Bálcãs e tornou-se integrante da Confederação Germânica, que reunia 38 Estados, quatro cidades livres e o próprio Império Austríaco.

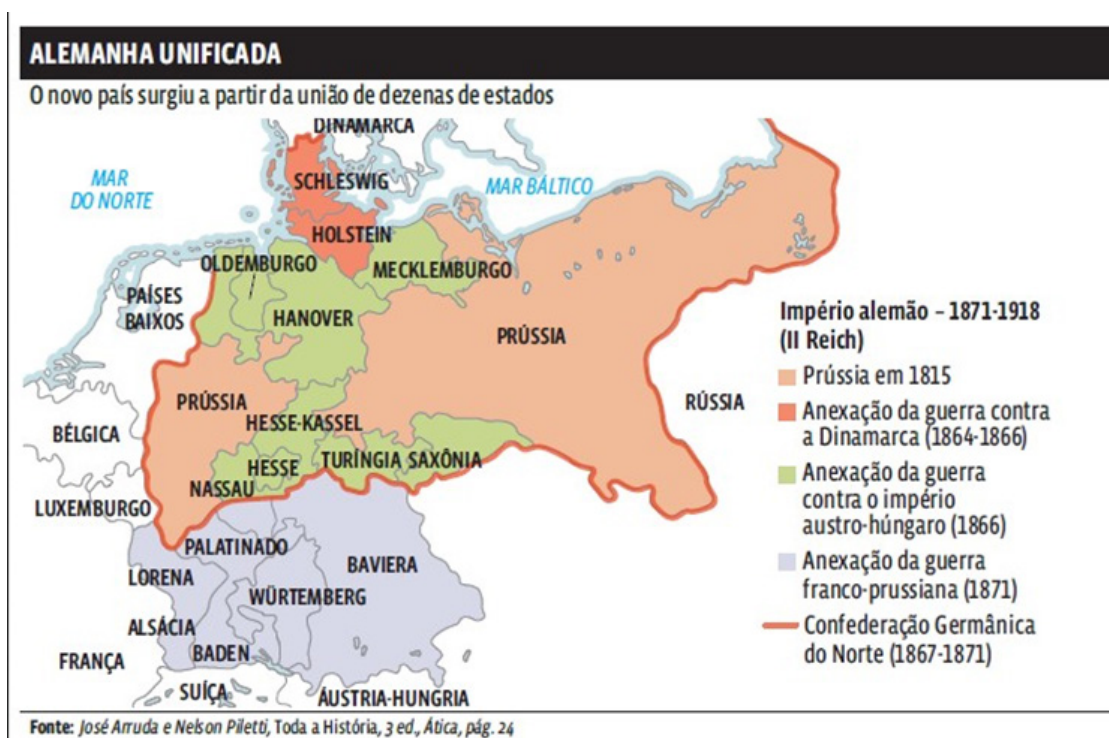
Diante desse cenário, uma intensa rivalidade surgiu no interior da Confederação Germânica na luta pela hegemonia da condução da unificação daquele território. De um lado, a poderosa monarquia absolutista austríaca, governada pelos Habsburgo, que buscava expandir seu domínio sobre os demais Estados da confederação. Do outro, o Reino da Prússia, que embora territorialmente menor, destacava-se como a principal potência germânica. Seu crescimento demográfico e econômico desde o início do século XIX, fruto de uma aliança entre a alta burguesia e a aristocracia rural, aliado ao papel militar fundamental na derrota de Napoleão, consolidava sua posição como rival direta da Áustria.

Na disputa pela hegemonia da Confederação Germânica, a Prússia tomou a dianteira. Sob sua liderança, foi instituído, em 1834, o Zollverein, uma liga aduaneira que permitia a livre circulação de pessoas e mercadorias entre os Estados germânicos, com exceção da Áustria. Essa medida eliminou a complexa rede de tarifas alfandegárias que dificultava o comércio na região. Além de impulsionar as trocas comerciais, o Zollverein estimulou a exploração de minas de ferro e carvão, incentivou a construção de ferrovias e fortaleceu a industrialização, beneficiando diretamente a burguesia industrial prussiana.

O impulso definitivo para a unificação territorial da Alemanha veio após a morte do imperador prussiano Frederico Guilherme III, em 1861. Seu irmão, Frederico Guilherme IV, assumiu o trono e nomeou como chanceler uma figura de grande influência na aristocracia prussiana: Otto von Bismarck.

Bismarck era um notável conservador e defensor da unificação alemã sem a inclusão da Áustria, que exercia forte influência sobre os Estados católicos do sul da Confederação. Para alcançar esse objetivo, governou a Prússia com mãos de ferro: perseguiu a imprensa, restringiu a liberdade de reunião e aumentou impostos para fortalecer o exército e a indústria bélica, preparando os prussianos para uma política expansionista.

Durante o período de Bismarck como chanceler, as relações entre Prússia e Áustria se deterioraram rapidamente. Em 1866, um conflito entre as duas potências ocorreu, culminando na vitória dos Prussianos e afastando de vez a possibilidade de unificação da Confederação Germânica sob o domínio absolutista dos Habsburgo.



1.2 Último ato: Guerra Franco-Prussiana e revanchismo

Desde a invasão napoleônica ao Sacro Império Romano-Germânico, em 1806, as populações germânicas desenvolveram um forte ressentimento em relação aos franceses e começaram a cultivar um sentimento de identidade nacional diante da ocupação estrangeira. Quase setenta anos depois, Napoleão III, imperador da França, enxergava na unificação alemã uma ameaça ao equilíbrio de poder na Europa, e por isso se opunha ao processo.

Aproveitando-se da fragilidade do exército francês, que passou grande parte do século XIX mobilizado em outras campanhas, Bismarck provocou o monarca francês com uma série de incidentes diplomáticos, forçando-o a declarar guerra à Prússia. Os prussianos, por sua vez, exploraram o crescente sentimento nacionalista e antifrancês, enraizado desde o início do século, e conseguiram o apoio de praticamente todos os Estados germânicos na guerra contra a França.

O conflito durou menos de um ano e resultou em uma derrota esmagadora para os franceses. Com a vitória, as condições para a unificação alemã estavam finalmente estabelecidas: um exército poderoso, um forte sentimento de unidade entre os povos da Confederação Germânica e uma burguesia industrial prussiana em ascensão. Assim, em 1871, no Palácio de Versalhes, Frederico Guilherme IV da Prússia foi coroado como Guilherme I, tornando-se o primeiro imperador do recém-criado Império Alemão, conhecido como o Segundo Reich.

A unificação alemã trouxe profundas consequências para a Europa. O revanchismo francês, motivado pela humilhação da derrota na Guerra Franco-Prussiana e pela coroação de um monarca estrangeiro no mais importante palácio da França, tornou-se um dos fatores de instabilidade no continente. A queda de Napoleão III, sobrinho de Napoleão Bonaparte, marcou o fim de seu império e o nascimento da Terceira República Francesa, que, curiosamente, perdurou até a Segunda Guerra Mundial, quando a França foi novamente ocupada pela Alemanha, sob o controle dos nazistas.

2- A UNIFICAÇÃO ITALIANA

O processo de unificação italiano foi concluído em 1871, mesmo ano em que a Confederação Germânica se converteu no Império Alemão sob a liderança do Rei Guilherme I. Por este motivo, é possível perceber algumas similaridades entre os dois eventos, uma vez que ambos compartilharam o contexto europeu de profundas transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas ao longo do século XIX.

Dentre as semelhanças entre as regiões que viriam a se tornar, respectivamente, o Estado alemão e italiano, a principal delas é, sem dúvida, a grande fragmentação política no interior

desses territórios depois do Congresso de Viena de 1815. No caso italiano, o território era dividido em dezenas de reinos e principados com diferentes graus de relevância. Ao norte, a região do Vêneto era dominada pelo Império Austríaco. Além disso, havia, também no Norte, o Reino do Piemonte e Sardenha, sob o controle da Casa dos Savoia. Ao centro, ficavam os Estados sob a influência ou controle direto da Igreja Católica, como Roma, por exemplo. Finalmente, ao sul da Península Itálica, destacava-se o Reino absolutista das Duas Sicílias, comandado pela dinastia dos Bourbon e aliado ao Império Austríaco controlado pelos Habsburgo. Outro ponto relevante relativo à porção sul do território italiano é o caráter fortemente agrário de sua população, que passou por períodos de forte escassez de alimentos ao longo do século XIX.



Mapa da Península Itálica pré-unificação.

Assim como ocorrido na Confederação Germânica, as populações dos diferentes Estados italianos - apesar das diferenças de organização política entre seus reinos - compartilhavam de um sentimento nacional em comum possibilitado pela proximidade cultural, sobretudo no que diz respeito à língua italiana e ao compartilhamento de um “passado glorioso” que remonta à antiguidade clássica.

Nas duas primeiras décadas do século XIX, o pensamento liberal começou a circular pela Península Itálica, ainda que de forma restrita, principalmente entre membros de sociedades secretas que discutiam política, economia e a possibilidade de unificação dos reinos da região. No entanto, foi somente na década de 1830 que essas ideias ganharam mais força e se disseminaram de maneira mais ampla na sociedade.

Em 1831, Carlos Alberto I ascendeu ao trono do Reino do Piemonte-Sardenha e estabele-

leceu uma aliança com a burguesia. Durante seu reinado, foi criado um parlamento e promulgada uma constituição, tornando o Reino do Piemonte-Sardenha o primeiro Estado liberal-burguês da região. Determinado a unificar a Península Itálica sob uma monarquia constitucional liderada pela Casa de Savoia, o reino tornou-se o principal centro do movimento de unificação, conhecido como “Ressurgimento” ou *Risorgimento*.

Por outro lado, ao sul, um movimento distinto de unificação ganhava força: tratava-se da “Jovem Itália”. Seus apoiadores, ao contrário do “Ressurgimento”, defendiam a unificação italiana a partir da proclamação de uma república com um amplo conceito de cidadania e participação política.

Ambos os movimentos travaram batalhas pela unificação: o Piemonte e Sardenha enfrentou o Império Austríaco ao norte, enquanto a Jovem Itália lutava contra os Estados papais ao centro e o Reino das Duas Sicílias, ao sul. No entanto, essas lutas não estavam unidas, e ambas foram derrotadas.

Foi somente no ano de 1866, quando o novo rei do Piemonte e Sardenha, Victor Emanuel II aliou-se à Jovem Itália, que novas guerras de unificação foram travadas e vencidas pelos italianos, que derrotaram os austríacos junto à Prússia, e o Reino absolutista das Duas Sicílias. A última etapa da unificação foi a conquista de Roma, que estava sendo protegida por tropas francesas. Durante a guerra franco-prussiana de 1871, o exército francês teve de abandonar a cidade, deixando o caminho aberto para as tropas da unificação completarem o processo, anexando a cidade que se tornou a capital do novo Estado Italiano

CAPÍTULO 17:

**ERA VICTORIANA / BELLE
ÉPOQUE III : IMPERIALISMO**

1- O IMPERIALISMO.

A acumulação de capital gerada pelo colonialismo durante quase três séculos permitiu que a maioria dos países centrais da Europa desenvolvessem suas forças produtivas de maneira impressionante. A partir do final do século XIX, as principais potências europeias já haviam passado por processos de industrialização.

Dessa forma, teve início uma nova corrida por áreas de exploração econômica por parte das potências capitalistas, especialmente nos continentes africano e asiático. Essa política de dominação exploratória de um país sobre outro território é denominada **imperialismo**.

No entanto, o imperialismo não se manifesta apenas por meio da dominação militar. Ele também pode ocorrer de forma cultural, econômica e/ou política. Essas facetas do imperialismo não são excludentes e, na maioria dos casos, atuam de forma complementar.

Diante do grande crescimento das forças produtivas de Estados como os Países Baixos, a Prússia (e os reinos germânicos em geral), a França e a Inglaterra, tornou-se necessário, do ponto de vista desses países, expandir seus domínios. O objetivo era dar vazão à produção industrial, ampliando os mercados consumidores, e obter matérias-primas para manter o acúmulo de capital. Com a maioria dos países das Américas já independentes, os olhos europeus voltaram-se para a África e a Ásia.

Surgiu, então, um impasse: quais países teriam direito à exploração de quais territórios? Como evitar uma guerra entre as potências europeias pelos ricos territórios africanos e asiáticos? Foi para resolver essas questões que, em 1884, o então chanceler alemão Otto von Bismarck convocou a **Conferência de Berlim**. O encontro reuniu representantes de 15 países europeus e tinha, em princípio, o objetivo de regulamentar as bases para o “livre comércio” no continente africano. No entanto, a conferência — que não contou com a participação de nenhum Estado africano — escondia um propósito muito mais predatório e violento: **partilhar o continente africano para fins de exploração pelas potências europeias**.

A divisão foi feita de maneira arbitrária, ignorando a diversidade cultural, étnica, política e religiosa dos povos africanos. Isso possibilitou um processo sistemático de dominação do continente por parte dos europeus, que perdurou até as décadas de 1960 e 1970. Mesmo após as descolonizações, as mazelas provocadas pelo imperialismo europeu continuam presentes na África até hoje, manifestando-se na extrema pobreza e nos conflitos étnicos que ainda afetam diversos países do continente.

A colonização africana



Um dos casos mais emblemáticos do imperialismo no continente africano é o do Congo Belga, então dominado pela Bélgica, sob o governo do rei Leopoldo II. Entre 1885 e 1908, cerca de 10 milhões de congoleses perderam a vida em decorrência da exploração do marfim e do látex. Entre as particularidades mais nefastas desse processo, destacam-se as amputações em massa de mãos e pés impostas àqueles que não conseguiam cumprir as cotas mínimas de extração de matéria-prima.



Crianças com mãos amputadas no congo belga.

Já a exploração do continente asiático ganhou impulso na segunda metade do século XVIII, com a criação da **Companhia das Índias Orientais** — uma empresa de comércio financiada por capital inglês, utilizada para a progressiva dominação econômica da Índia. Pouco mais de cinquenta anos após sua criação, os ingleses já cobravam impostos e exerciam vigilância e controle sobre a população indiana.

O imperialismo inglês também se estendeu à China, por meio do monopólio do comércio do ópio no território. Diante das graves consequências da droga para a saúde da população, o governo chinês proibiu sua comercialização, o que levou a sucessivas guerras entre China e Inglaterra, entre 1839 e 1860. Como vencedores das chamadas **Guerras do Ópio**, os ingleses conquistaram uma série de tratados econômicos e políticos vantajosos: a venda do ópio foi legalizada e importantes portos chineses, antes fechados aos navios europeus, foram abertos às potências imperialistas.

2- MISSÃO CIVILIZATÓRIA E PROGRESSO; CIENTIFICISMO, DARWINISMO SOCIAL E TEORIAS RACIAIS.

A justificativa ideológica para a dominação imperialista das principais potências mundiais

baseava-se na ideia de que as sociedades europeias teriam a obrigação de levar a “civilização” aos povos africanos e asiáticos, considerados atrasados sob a ótica eurocêntrica.

Essa visão foi reforçada por uma apropriação deturpada da teoria evolucionista de Charles Darwin, que originalmente explicava a origem e a diferenciação das espécies ao longo do tempo. Embora Darwin jamais tenha aplicado sua teoria às sociedades humanas, muitos intelectuais europeus do século XIX tentaram adaptá-la aos estudos sociais, propondo que algumas raças seriam biologicamente superiores a outras.

De modo geral, a segunda metade do século XIX foi marcada por tentativas de explicar a desigualdade entre os povos por meio de discursos cientificistas e “biologizantes”. Isso contribuiu para o surgimento de diversas teorias raciais marcadamente racistas, que atuavam como instrumentos ideológicos para justificar o imperialismo, apresentando-o como uma missão civilizatória voltada a “levar as maravilhas” da cultura ocidental aos continentes pobres.

Um conceito importante que ganhou força no fim do século XIX foi o da **eugenia**, que propunha o estudo de métodos para o suposto aprimoramento da raça humana. Naturalmente, o ideal civilizacional a ser alcançado seguia os padrões europeus. Assim, as teorias eugenistas defendiam que o “aperfeiçoamento” da humanidade passava pelo seu embranquecimento — não apenas biológico, mas também cultural.

As ideias eugenistas tiveram forte influência no Brasil do início do século XX, deixando um legado profundo (e nefasto) no imaginário popular, cujos efeitos podem ser percebidos ainda hoje.

É importante ressaltar o fato de que os povos e territórios vítimas da apropriação imperialista não sofreram o processo de forma passiva: Muitas revoltas anticoloniais aconteceram desde o início da corrida imperialista até os processos de descolonização que tiveram início em meados do século XX. Já mencionamos, na China, as guerras do ópio travadas contra o Império Britânico. Houve também no território onde hoje localiza-se a África do Sul, a **Guerra dos Bôeres**. Já na Índia, a **Revolta dos Sipaio**s também abalou os interesses britânicos no território.

3- IMPERIALISMO NAS AMÉRICAS.

Quando pensamos no imperialismo do século XIX, normalmente nos vem à mente a dominação europeia sobre a África e a Ásia. No entanto, nas Américas, os Estados Unidos já caminhavam para se tornar uma grande potência mundial, exercendo forte influência política, econômica e ideológica sobre os países vizinhos, especialmente na América Latina.

O caso do imperialismo estadunidense é interessante porque revela outras formas de dominação. Diferentemente das potências europeias, os norte-americanos não anexaram formalmente os países da região, mas estabeleceram diversas empresas e negócios nos territó-

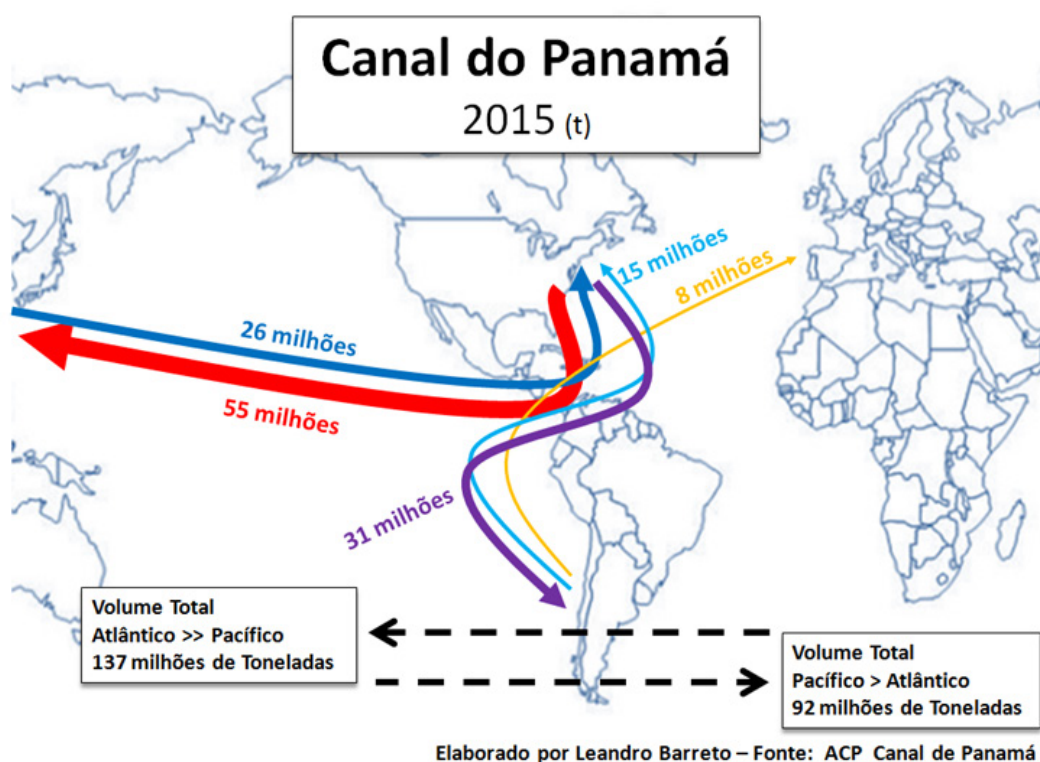
rios latino-americanos, mantendo-os economicamente subordinados. Sua política externa se baseava na chamada política do “**Big Stick**” (ou “grande porrete”, em inglês), cujo princípio era agir com diplomacia, mas recorrer à força sempre que seus interesses estivessem em risco.



Charge de Louis Dalrymple 1905, representando a política do Big Stick

Os Estados Unidos também desempenharam um papel importante na independência de Cuba, em uma guerra contra a Espanha. Embora o processo tenha resultado na independência política formal da ilha em relação à Espanha, Cuba permaneceu profundamente dependente dos Estados Unidos do ponto de vista econômico. O domínio norte-americano foi consolidado pela **Emenda Platt**, de 1901, que autorizava a intervenção militar dos EUA em Cuba sempre que seus interesses fossem ameaçados. Com isso, o país caribenho ficou sob constante vigilância e se transformou em uma espécie de “semicolônia” dos Estados Unidos.

Outra intervenção imperialista marcante foi o controle do **Canal do Panamá**, uma obra grandiosa que ligava diretamente os oceanos Atlântico e Pacífico. O Panamá se separou da Colômbia em 1903 com apoio financeiro dos Estados Unidos, que também investiram na conclusão das obras do canal, iniciadas em 1880. Com a finalização da construção em 1914, os EUA garantiram o direito de explorá-lo de forma perpétua, em troca da promessa de não intervir militarmente no país. O canal só foi devolvido ao controle do Estado panamenho em 1999.



CAPÍTULO 18:

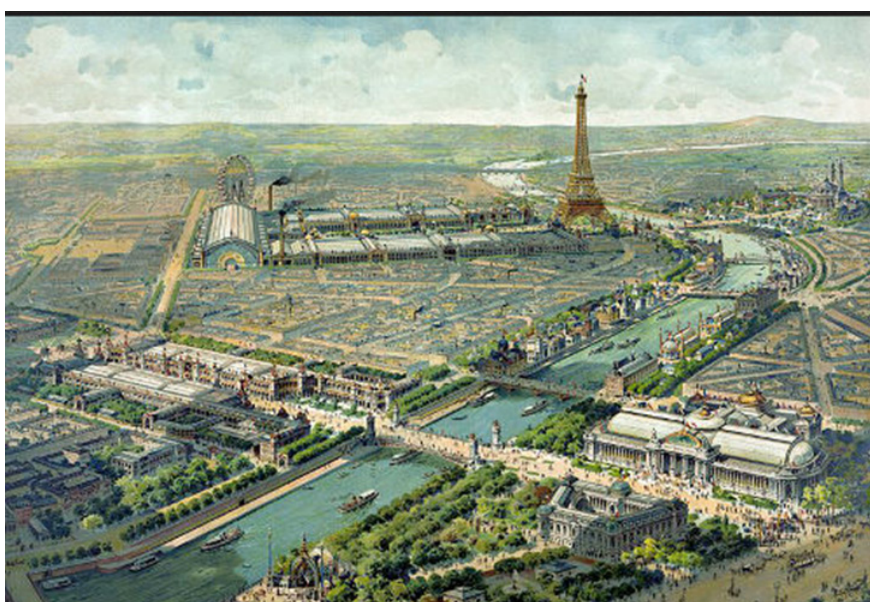
**CRISE DO LIBERALISMO I:
PRIMEIRA GUERRA**

1- A BELLE ÉPOQUE

A virada do século XIX para o XX marcou a consolidação dos ideais burgueses na sociedade europeia. O fim definitivo dos absolutismos depois da Primavera dos Povos e o espólio gerado pela corrida imperialista marcaram um momento de prosperidade burguesa na Europa. Essa transformação se fez sentir na literatura, com o realismo e naturalismo, nas artes plásticas, com os movimentos de vanguarda, nas ciências, com a invenção e difusão de tecnologias que mudariam para sempre a história humana (o carro, a eletricidade, o telefone, os motores baseados na queima do petróleo, etc) e na arquitetura, com os prédios no estilo Art Nouveau. Outro ponto relevante foi o florescimento de uma cena literária importante, uma vez que o número de leitores aumentou vertiginosamente, junto com as editoras, livrarias, e uma imprensa consolidada. Por outro lado as grandes cidades cresciam exponencialmente, ao lado do número de trabalhadores que “invadiam” o cenário urbano europeu aos milhões. Assim, ao mesmo tempo em que florescia um ambiente de prosperidade para a burguesia e para os setores médios, aumentava também a desigualdade entre esses grupos e a classe trabalhadora.

Mas as transformações não se deram somente no âmbito material: na virada do século XIX e XX podemos perceber uma transformação também nas maneiras de viver e se comportar no interior desta empolgante sociedade que se apresentava. As ideias de civilidade e etiqueta passaram a estar cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas. Além disso, a ideia de privacidade começou a ser mais cultuada no período em questão.

Esse contexto ficou conhecido como **Belle Époque** - Época Bela - em francês, e moldou o imaginário popular sobre a Europa da virada do século XIX para o XX. É a Europa dos artistas, dos boêmios, dos cabarés e das galerias de arte, dos cafés e discussões políticas e filosóficas. Acreditava-se, na época, que as transformações geradas pelo avanço do capitalismo resolveriam os problemas da humanidade.



Pintura da vista panorâmica de Paris, 1900.

2- PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

2.1. O início e as causas

A onda de relativa prosperidade e avanços materiais não se sustentaria por muito tempo. A corrida imperialista passou a gerar cada vez mais tensões entre os Estados nacionais que, na maioria das vezes, já possuíam rivalidades históricas.

A escalada das tensões relativas à corrida imperialista se relaciona às transformações no funcionamento do próprio sistema capitalista. O intelectual e revolucionário russo **Vladimir Lênin** já havia analisado este processo no livro “**Imperialismo, estágio superior do capitalismo**”, que teve sua escrita iniciada em meados de 1915 e publicado pela primeira vez em abril de 1917.

A Primeira Guerra Mundial não somente desvelou os limites e contradições das sociedades liberais-burguesas, mas também forneceu a Lênin a possibilidade de construir uma reflexão fundamental a respeito da natureza do capitalismo e sua relação umbilical com o imperialismo. Para o revolucionário russo, em determinado momento de seu desenvolvimento, o capitalismo havia deixado de manifestar aspectos ligados à livre-concorrência e entrado em uma **fase monopolista**, caracterizada pelo surgimento de *trusts* internacionais que controlavam o capital financeiro.

A inovação trazida pelo pensamento de Lênin reside no fato de que o imperialismo não se reflete somente na dominação dos países centrais do capitalismo sobre os países periféricos, mas se expressa também em um conflito entre as classes dominantes dos países centrais, que “sequestrando” seus respectivos Estados nacionais, entram em choque na disputa pelo controle de mercados e matérias primas pelo mundo.

Além do imperialismo, outros fatores devem ser considerados: o aumento do sentimento nacionalista entre as populações dos grandes Estados nacionais europeus foi inflado por tensões antigas: alemães e franceses tinham uma relação problemática desde a **Guerra Franco-Prussiana** (mencionada no capítulo 16). Da mesma forma, o Império Russo havia entrado em guerra com o Império Turco-Otomano em 1856, na **Guerra da Criméia**. Este cenário complexo se tornava ainda mais delicado devido à existência de **impérios plurinacionais**, que abrigavam, dentro do mesmo território, diferentes grupos étnicos, que muitas vezes questionavam a autoridade às quais estavam submetidos. Este é o caso do **Império Austro-Húngaro**, que era composto por diferentes nacionalidades: tchecos, croatas, romenos, eslovacos, bósnios e sérvios (esses últimos possuíam muito mais afinidades culturais com os russos).

Diante dessas tensões, dois grandes blocos de aliança surgiram: de um lado, em 1879 a **Tríplice Aliança**, formada pelo Império Alemão, Império Austro-Húngaro e Itália (que aderiu em 1882); algumas décadas depois, em 1907, Inglaterra, França e Rússia se uniram em torno da **Tríplice Entente**. Esse sistema de alianças firmava o pacto de que qualquer país atacado

de um lado seria defendido militarmente por seus aliados.

Diante da escalada das tensões, a guerra parecia inevitável. Não se tratava mas de “se”, e sim “quando” ela começaria. Assim, todos os países envolvidos na política de alianças se lançaram em uma corrida armamentista: investindo pesado em novas tecnologias bélicas: veículos blindados, aviões de guerra, metralhadoras e gases tóxicos começaram a ser desenvolvidos, em um período de preparação que ficou conhecido como “**Paz Armada**”.

Tudo estava pronto para o início do conflito, faltava somente um pretexto. Ele veio em 28 de junho de 1914, com assassinato do herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, **Fran-cisco Ferdinando**, pelas mãos de um membro de um grupo nacionalista sérvio intitulado “Mão Branca”. Os Sérvios possuíam o desejo de formar um Estado independente com as populações Es-lavas: a Grande Sérvia, e estar sob o controle dos Austro-Húngaros lhes desagradavam. A Áustria-Hungria solicitou ao governo sérvio que entregasse os envolvidos no atentado, exigên-cia que não foi atendida. Dessa forma, o Império Austro-Húngaro declarou guerra à Sérvia. A Rússia, por sua vez, saiu em defesa dos sérvios e declarou guerra aos austro-húngaros, ativan-do toda a mobilização da política de alianças. A Alemanha então declarou guerra à Rússia, e de- pois França e Inglaterra declararam guerra à Alemanha e Áustria-Hungria. Em 1915, a Itália foi seduzida por promessas territoriais feitas pela Inglaterra e mudou de lado, apoiando a Tríplice Entente. O cenário se completou quando o Império Turco-Otomano declarou guerra à Rússia.

Apesar do cenário de destruição e as dezenas de milhões de mortes, os fronts ficaram estagnados durante a maioria da guerra, já que ambos os lados ficavam abrigados em trinchei- ras e pouco podiam avançar. Essas trincheiras eram insalubres: os soldados conviviam com dejetos, ratos, doenças e bombardeio pesado de artilharia, aviões e gases tóxicos. Além disso, o uso do lança-chamas foi uma novidade nefasta na realidade da guerra.



Soldados carregam lança-chamas. Autor desconhecido. Aproximadamente 1915/16.

Outro ponto importante da Primeira Guerra Mundial foi o envolvimento da população civil: as marinhas dos países impunham bloqueios que impediam a chegada de alimentos e outros suprimentos nas cidades, principalmente na Inglaterra, localizada em uma ilha. Ao longo dos anos da guerra, a fome passou a ser uma realidade comum na Europa, e ela era acompanhada por um rastro de epidemias de tifo, destruição, crise econômica e uma quantidade de mortes sem precedentes na história das guerras.

Diante deste cenário, movimentos pacifistas passaram a ganhar força: as populações que infladas pelo nacionalismo, apoiaram a entrada de seus países na guerra, agora clamavam pelo fim do conflito. A Rússia passou por uma Revolução em 1917 e o novo governo retirou o país da guerra. Por outro lado, a entrada dos Estados Unidos do lado da Tríplice Entente desequilibrou o conflito. Na virada de 1917 para 1918, as tropas e as populações encontravam-se desmoralizadas e a guerra se aproximava de seu final.

2.2. O final e as consequências

A entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial desempenhou um papel muito importante para o fim do conflito. Além do apoio militar direto, os estadunidenses enviavam também apoio financeiro e material (armamentos, medicamentos, alimentos, veículos, etc) para os ingleses e franceses. O Império Alemão, que já convivia com uma série de críticas e pressões em relação à guerra, foi então forçado a se render. Em novembro de 1918, um armistício que dava fim à I Guerra Mundial foi assinado. O imperador alemão, Guilherme II, renunciara, e um novo governo alemão surgia: A República de Weimar.

Tão logo a guerra terminara, começaram as movimentações dos envolvidos para reorganizar (política, econômica, militar e territorialmente) o continente europeu. Neste contexto, foi assinado o **Tratado de Versalhes**, que determinou uma série de imposições e transformações no cenário político europeu, imputando a maioria da culpa sobre o conflito à Alemanha.

Dentre as principais resoluções do Tratado de Versalhes estão:

- Cessão da Alsácia-Lorena, então território alemão, à França.
- Parte do território alemão é cedido à Bélgica, Dinamarca, Polônia e Lituânia.
- Transferência de todas as colônias alemãs à Inglaterra e França.
- Pagamento de indenização, por parte da Alemanha, aos países vencedores.
- Confisco de investimentos alemães no exterior.
- Proibição imposta à Alemanha de expandir seu exército para mais de cem mil homens.

- Proibição imposta à Alemanha de produzir canhões, aviões militares e artilharia antiaérea.
- Entrega de navios mercantes, submarinos, e 1/8 do gado bovino alemão à França e Inglaterra.

Como podemos perceber, a Alemanha saiu extremamente prejudicada material e moralmente da Primeira Guerra Mundial, fato que, como veremos adiante, gerou um sentimento nacionalista e revanchista muito forte que seria mobilizado pelo discurso nazista poucos anos depois. Além disso, outros tratados que prejudicavam os demais países derrotados foram assinados. Neste contexto, destacamos algumas outras consequências da reorganização política do mapa europeu no imediato pós-guerra:

- Desmantelamento do Império Otomano e a consequente formação do Iraque, Síria, Líbano, Palestina e Transjordânia.
- Desmembramento do Império Austro-Húngaro e eventual surgimento da Áustria, Hungria, Tchecoslováquia e Iugoslávia.

Com isso, temos que outra consequência importante da Primeira Guerra Mundial foi o **fim dos impérios multinacionais**.

3- A ASCENSÃO ECONÔMICA DOS ESTADOS UNIDOS.

Diferentemente das outras potências envolvidas na Primeira Guerra Mundial, os EUA não tiveram seu território invadido: sua população não encontrava-se desmoralizada e a capacidade produtiva americana não foi diretamente afetada, já que seu poderoso parque industrial não havia sido diretamente afetado. Diante disso, a economia americana, que já vinha crescendo durante a guerra com a venda de equipamentos militares e suprimentos para a Europa, se fortaleceu ainda mais com a concessão de grandes empréstimos para a reconstrução do velho continente.

4- A LIGA DAS NAÇÕES.

A Liga das Nações foi criada por iniciativa do então presidente americano Woodrow Wilson e tinha como objetivo arbitrar sobre os conflitos ao redor do mundo e evitar um novo conflito

armado. Apesar de sua importância como a primeira tentativa de estabelecer uma organização mundial para mediar conflitos, chegando a auxiliar em crises de refugiados, a organização se mostrou incapaz de evitar o acirramento das tensões no mundo durante o entreguerras: A invasão da Manchúria pelo Japão, a tomada da Abissínia pela Itália, o apoio nazifascista ao general Franco na Guerra civil Espanhola e, finalmente, a Segunda Guerra Mundial.

CAPÍTULO 19:

**CRISE DO LIBERALISMO II:
A REVOLUÇÃO RUSSA**

O CZARISMO E A RÚSSIA PRÉ-REVOLUCIONÁRIA

No início do século XX, a Rússia ainda era governada sob um regime absolutista, em plena contramão das transformações que já haviam ocorrido na maior parte da Europa após as Revoluções Burguesas do século XIX. O país era controlado pela **dinastia Romanov**, tendo como principal figura política o **czar Nicolau II**. O governo era autocrático e conservava traços semifeudais: grande parte dos camponeses vivia em condições próximas à servidão, submetidos à autoridade da nobreza, que, por sua vez, sustentava e legitimava o poder czarista.

Além da aristocracia, outros grupos exerciam influência significativa na estrutura social russa: o alto clero da Igreja Ortodoxa, os militares de alta patente e uma burguesia nascente, que começava a “engatinhar” com o apoio de investimentos estrangeiros, principalmente da França e da Inglaterra. A sociedade russa, no entanto, era marcada por uma profunda desigualdade. Greves, fome, miséria e revoltas populares eram frequentes e se espalhavam por várias regiões do império. Apesar de internamente atrasada, a Rússia mantinha, desde o século XVIII, uma política expansionista que lhe permitiu formar um vasto Estado multinacional, reunindo diferentes povos, culturas e línguas sob o domínio do czar.

Diante desse cenário de contradições surgiram diversos grupos políticos com projetos de mudança. O mais importante deles foi o **Partido Operário Social-Democrata Russo (POS-DR)**, fortemente influenciado pelas ideias marxistas. O partido defendia uma revolução em duas etapas: primeiro, uma fase democrático-burguesa, com o objetivo de derrubar o czarismo e promover o desenvolvimento capitalista; em seguida, uma revolução socialista, liderada pelo proletariado, que implantaria o socialismo.

No **II Congresso do POSDR**, em 1903, o partido se dividiu. De um lado, **Lênin** propunha a criação de um partido centralizado, disciplinado e formado por revolucionários profissionais. Do outro, Martov defendia um modelo mais aberto e flexível. Durante o congresso, com a ausência temporária de membros da ala de Martov, a proposta de Lênin foi aprovada como majoritária. Assim, formaram-se duas correntes: os **bolcheviques** (maioria) e os **mencheviques** (minoria).

REVOLTAS E ENSAIOS REVOLUCIONÁRIOS

Em 1905, uma greve em São Petersburgo reuniu milhares de operários que marcharam em direção ao Palácio de Inverno para apresentar suas reivindicações ao czar. A manifestação era pacífica, mas foi violentamente reprimida pela polícia imperial, resultando em um massacre que ficou conhecido como **Domingo Sangrento**. O episódio gerou uma onda de indignação

que se espalhou rapidamente por todo o país, desencadeando uma série de greves, motins e revoltas camponesas.

Nesse clima de profunda insatisfação social e política, começaram a surgir os **soviets** — conselhos de trabalhadores que elegiam seus representantes e organizavam mobilizações, greves e outras ações políticas. Esses conselhos populares se tornariam, anos depois, peças-chave na Revolução de 1917.

Ainda em 1905, outro evento simbólico marcou esse período de turbulência: a rebelião dos marinheiros do **navio de guerra Potemkin**, que protestavam contra as péssimas condições de trabalho e alimentação a bordo. O levante foi duramente reprimido, mas ficou eternizado no clássico de Serguei Eisenstein, “Encouraçado Potemkin”.

Diante da pressão popular, o czar Nicolau II foi obrigado a ceder e anunciou a criação da **Duma**, um parlamento com participação limitada da população, além de prometer a convocação de uma assembleia constituinte. No entanto, tão logo as tensões arrefeceram, o czar dissolveu a Duma e retomou o controle autoritário do governo.

Apesar de suas conquistas limitadas e efêmeras, os acontecimentos de 1905 representaram um divisor de águas na história da Rússia. Foram um verdadeiro “**ensaio geral**” para a **Revolução de 1917**.

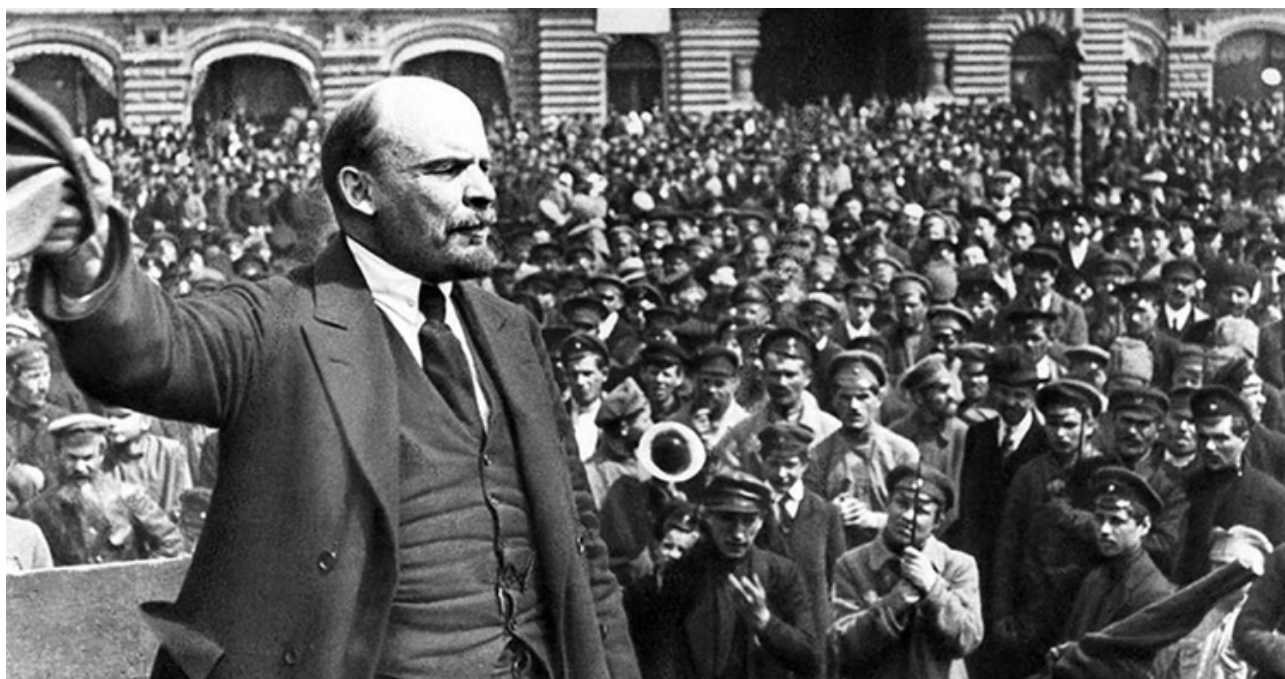
A CRISE DO CZARISMO

O descontentamento popular, que já era forte desde a Revolução de 1905, ganhou ainda mais força após a humilhante derrota da Rússia na **Guerra Russo-Japonesa** (1905–1906). Durante a Primeira Guerra Mundial, a crise se agravou de forma dramática: o país acumulava sucessivas derrotas frente aos exércitos alemães e austro-húngaros, enquanto a população enfrentava a fome, o desemprego e o colapso da economia. A insatisfação crescia, e a permanência do czar Nicolau II no poder se tornava insustentável.

Em fevereiro de 1917, uma onda de greves, protestos e manifestações espontâneas tomou as ruas de Petrogrado (atual São Petersburgo), culminando na queda do czar e no fim do regime absolutista. Em seu lugar, foi formado um **governo provisório**, liderado por setores liberais e moderados, que prometiam reformas políticas. No entanto, o novo governo manteve a Rússia na guerra, traindo os desejos da maioria da população, que clamava por paz imediata.

Nesse cenário, os soviets — especialmente o **Soviete de Petrogrado** — passaram a ganhar força e a se tornar uma alternativa real de poder. Representando soldados, operários e camponeses, essas organizações radicalizaram o discurso e se colocaram à frente do processo revolucionário.

Nesse momento, Lênin, que se encontrava exilado, retornou à Rússia com duas palavras de ordem: **“Todo poder aos soviets!”** e **“Pão, paz e terra!”**, sintetizando as reivindicações populares: fim da guerra, reforma agrária e combate à fome. As propostas bolcheviques receberam forte apoio popular, especialmente entre os soviets, que viam na liderança de Lênin uma alternativa concreta à paralisia do governo provisório. Assim, em outubro de 1917 (novembro, pelo calendário ocidental), os bolcheviques tomaram o poder, invadindo o Palácio de Inverno e concretizando a Revolução de Outubro, que marcou o início do primeiro governo socialista da história.



Lênin discursa para uma massa de trabalhadores.

A REVOLUÇÃO E A GUERRA CIVIL

Logo após a tomada do poder em outubro de 1917, os bolcheviques começaram a implementar uma série de medidas radicais para consolidar a revolução e atender às demandas populares. Entre as primeiras ações, destacam-se o decreto de socialização da terra, que redistribuiu as propriedades rurais entre os camponeses e o controle operário das fábricas, permitindo que os trabalhadores participassem diretamente da gestão da produção.

No campo da política externa, os bolcheviques assinaram um armistício com as principais potências envolvidas na Primeira Guerra Mundial, encerrando sua participação no conflito. Internamente, a situação era mais tensa: a ruptura com as antigas estruturas de poder provocou forte reação. Setores conservadores da sociedade, como antigos oficiais do exército,

monarquistas, e opositores em geral, formaram o chamado **Exército Branco**, que contou com apoio militar e financeiro de potências estrangeiras como França, Reino Unido, Japão e Estados Unidos. Em resposta, os bolcheviques organizaram o **Exército Vermelho**, liderado por **Leon Trótski**, dando início à **Guerra Civil Russa**, em 1918.

O conflito, que duraria até 1921, foi brutal e a produção agrícola e industrial entrou em colapso. Para manter o controle e garantir a sobrevivência das conquistas da revolução, o governo bolchevique adotou medidas autoritárias, concentrando poder e reprimindo duramente a oposição reacionária.

A vitória do Exército Vermelho em 1921, marcou o fim da guerra civil e permitiu que os bolcheviques iniciassem a reconstrução do país. Para isso, Lênin implementou a **Nova Política Econômica (NEP)**, um conjunto de medidas que reintroduziu temporariamente elementos do capitalismo, como o comércio privado e a pequena propriedade rural, com o objetivo de reaquecer a economia e garantir a estabilidade do regime.

Essas medidas, embora vistas por alguns como um retrocesso ideológico, foram fundamentais para recuperar a produção e preparar a União Soviética para os desafios futuros. Nas décadas seguintes, o país se transformaria em uma das principais potências mundiais, rivalizando diretamente com os Estados Unidos no cenário internacional após a Segunda Guerra Mundial.

CAPÍTULO 20:

**CRISE DO LIBERALISMO III:
A CRISE DE 1929**

PREÂMBULO DA CRISE

O fim da Primeira Guerra Mundial marcou também a ascensão dos Estados Unidos como a principal potência mundial da época. A Europa, destruída, contraiu importantes dívidas por conta dos empréstimos concedidos pelos EUA para sua reconstrução. Além disso, a nova superpotência mundial absorveu as demandas por produtos industrializados e agrícolas que a Europa, com seu campo e parque industrial devastados, não era capaz de suprir.

Além disso, os Estados Unidos receberam milhões de imigrantes entre o início do século XIX e XX, inicialmente por conta dos atrativos de um país em desenvolvimento acelerado e, desde o início da I Guerra, por conta dos refugiados que fugiam do conflito. Assim, enquanto a Europa se esvaziava demograficamente, os Estados Unidos recebiam um enorme fluxo de pessoas que seriam absorvidos como força de trabalho.

A grande expansão industrial estadunidense levou a novas maneiras de organizar a produção fabril. O método **taylorista**²⁰, por exemplo, foi aplicado inicialmente nas fábricas da montadora de automóveis da Ford, e posteriormente em indústrias de outros setores, provocando um salto quantitativo impressionante na produção, fazendo com que mais produtos fossem fabricados em menos tempo.

A CRISE DE 1929

Mas havia um limite para esse crescimento desenfreado: os salários pagos aos trabalhadores não acompanhavam o desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, a massa de trabalhadores não era capaz de consumir a enorme produção, o que acarretou na formação de grandes estoques de produtos parados.

Para piorar a situação, parte dos lucros das empresas eram destinados a ofertas de crédito para a população, o que levou a uma corrida desenfreada para a compra de ações na bolsa de valores a partir de 1926. Em determinado momento do dia 24 de outubro de 1929, cerca de 12 milhões de ações foram postas à venda, mas não havia compradores para elas, fazendo com que seus valores despencassem vertiginosamente.

Diante da queda dos valores das ações, muitos investidores, de pequeno, médio e grande porte, correram aos bancos para reaver o dinheiro investido, mas o sistema bancário não possuía dinheiro em caixa suficiente para realizar as devoluções, pois já tinham investido em

²⁰ O taylorismo foi uma concepção de organização industrial que buscava integrar o processo produtivo em uma esteira de montagem, onde os trabalhadores desempenhavam uma única função específica. A aplicação prática do método taylorista ficou conhecida como **Fordismo**, já que foi empregada pela primeira vez na fábrica da Ford. Aliado à produção em esteiras, o método fordista contava com um rigoroso controle dos trabalhadores, além de vilas operárias no entorno da fábrica que diminuíram o tempo de deslocamento dos operários até o local de trabalho. Ainda no sentido de disciplinarização dos trabalhadores, os Estados Unidos instituíram uma Lei Seca, que proibiu a venda de bebidas alcoólicas entre 1920 e 1933.

outras ações e financiamentos.

Esse processo deu início a um efeito dominó catastrófico para a economia dos Estados Unidos, já que milhares de bancos decretaram falência em um curto espaço de tempo. As dívidas não podiam ser pagas, pois o dinheiro havia sido perdido com a queda dos preços das ações, e as instituições de crédito não podiam receber pelos empréstimos que haviam ofertado. Diante desse cenário, milhares de empresas começaram a quebrar, o que gerou uma onda de desemprego sem precedentes na história dos Estados Unidos.

A crise de 1929 não foi a primeira da história do capitalismo, mas foi a mais grave ocorrida até então por conta da mundialização do mercado. Todo o sistema de empréstimo e crédito entre bancos e países ruiu, assim como as empresas estrangeiras que possuíam ações na bolsa estadunidense.

Dessa maneira, o liberalismo econômico entrou em uma crise de legitimidade, o que levou a uma busca por outras possibilidades de organização econômica. Na União Soviética, a Crise econômica não foi capaz de produzir os efeitos devastadores sentidos no mundo liberal, assim como ocorreu com a Itália fascista (veremos nos capítulos a seguir). Começava a se desenhar um mundo em que ganhavam mais força os movimentos ligados à esquerda radical, e por outro lado, à extrema direita.



Cartaz crítico à gestão da crise de 1929: na imagem, lê-se “O mais alto padrão de vida do mundo. Não há estilo de vida como o estilo de vida americano”, enquanto desempregados fazem uma fila por emprego.



Multidão aglomerada em frente à Bolsa de Valores de Nova York, 29/10/1929.

CAPÍTULO 21:

**ENTREGUERRAS
NA BUSCA POR
ALTERNATIVAS I:
O NEW DEAL**

O NEW DEAL

Diante da evidente falência da ideia de que a “livre iniciativa” e a “mão invisível do mercado” seriam capazes de, por si só, resolverem a crise de 1929, teve início uma nova tentativa de organizar a produção no interior do capitalismo. Franklin Delano Roosevelt, candidato do Partido Democrata, foi eleito presidente dos Estados Unidos pela eleição de 1932, tendo como principal missão dar uma resposta à grave crise econômica que seu antecessor, Herbert Hoover, não foi capaz de sanar.

Entre os economistas procurados por Roosevelt para resolver a questão da crise, corria de maneira geral a ideia de que a população voltasse a ter dinheiro para consumir, estimulando assim a produção nas fábricas. Para isso, era preciso que o Estado interviesse de maneira mais presente na economia, oferecendo crédito à população e promovendo obras públicas capazes de criar uma demanda por novos postos de trabalho. Esses fatores, evidentemente, demandavam a abertura dos cofres públicos e um déficit orçamentário.

Diante dessa convicção, a primeira iniciativa concreta do governo foi a **Lei Bancária de 1933**, que submeteu diversas instituições financeiras privadas a uma forte regulamentação estatal. Esse ato aumentou a confiança da sociedade no sistema bancário, fazendo com que os depósitos em contas correntes voltassem a ser realizados.

No campo, o governo assumiu a dívida de produtores agrícolas, permitindo um incentivo à redução da área cultivada. Tal redução elevou os preços de artigos agrícolas. Além disso, grandes obras de infraestrutura foram realizadas, como a modernização dos portos e rodovias e do sistema de distribuição de energia elétrica nas áreas rurais.

Essa série de medidas marcadas pela regulação estatal na economia ficou conhecida como “New Deal” (em português, “Novo Pacto”), que contrariava os princípios clássicos de auto-regulação econômica do mercado preconizada pelos liberais mais ortodoxos.

Um dos economistas mais importantes de sua geração, o britânico **John Maynard Keynes**, era um crítico do modelo de organização econômica dos Estados Unidos antes da Crise de 1929.

Segundo ele, o descompasso entre produção e renda era uma bomba relógio que, quando disparada, acarretaria em uma forte recessão.

Mas foi durante o período marcado pelas políticas econômicas do New Deal que Keynes publicou sua obra mais importante, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, de 1936, que sua teoria foi sistematizada. Para o economista, o Estado deveria intervir em sua economia durante os momentos de recessão, reduzindo impostos e criando postos de trabalho com obras de infraestrutura que estimulariam novamente o crescimento econômico: em outras palavras, o déficit orçamentário seria importante para reaquecer a economia. Além disso, Keynes defendia

a aplicação de políticas de seguridade social, como programas de distribuição de renda, e uma previdência pública para manter e estimular os níveis de consumo.

Apesar de crítico às políticas liberais clássicas, Keynes não deixa de ser um intelectual do campo liberal. Não se deve confundir suas propostas econômicas com as medidas alinhadas ao socialismo, por exemplo. O keynesianismo, nome pelo qual ficou conhecido o pensamento alinhado às ideias de Keynes, buscava reformar o capitalismo, mas não superá-lo ou destruí-lo.

O **Keynesianismo** foi a base para a estruturação de um Estado de **Bem Estar Social**, marcado pela intervenção estatal para a garantia dos direitos sociais da população e uma melhor qualidade de vida.

Muitos intelectuais ligados à esquerda, principalmente na América Latina, são críticos ao pensamento keynesiano, afirmando que as políticas desenvolvidas pelos Estados de Bem Estar Social no centro do capitalismo global, se desenvolvem às custas da exploração dos países periféricos.

CAPÍTULO 22:

**ENTREGUERRAS
NA BUSCA POR
ALTERNATIVAS II:
O FASCISMO**

1- O FASCISMO ITALIANO

Como vimos anteriormente, a campanha italiana na Primeira Guerra Mundial foi marcada por uma mudança de lado: inicialmente, o país fazia parte da Tríplice Aliança, encabeçada pelo Império Alemão e o Império Austro-Húngaro. Em 1915, contudo, os italianos se juntaram à tríplice Entente (Inglaterra, Rússia e França), seduzidos por promessas territoriais feitas pelos ingleses. A Itália estava, portanto, ao lado das potências vitoriosas em 1918. “Ganhou mas não levou”: as reivindicações territoriais italianas não foram atendidas nos tratados de paz realizados ao fim da guerra, e o país saiu do conflito profundamente endividado e com sua população empobrecida.

Diante desse cenário, o **Partido Socialista Italiano (PSI)** ganhou força, impulsionado pelo sucesso da Revolução Bolchevique na Rússia. Entre 1919 e 1920, manifestações e greves se espalharam pelo país, e em 1921, a ala mais radical do PSI fundou o **Partido Comunista da Itália (PCI)**, de orientação leninista, que defendia uma revolução social e a tomada violenta do poder e dos meios de produção. Antagonizando o PCI, havia o **Partido Popular Italiano**.

Amedrontadas pela rápida expansão dos ideais da esquerda radical no país, os setores mais conservadores da sociedade passaram a buscar alternativas para antagonizar com os socialistas e com o ideário liberal, que não era capazes de responder aos anseios imediatos dos italianos para a crise na qual o país estava mergulhado.

As elites então encontraram na figura de **Benito Mussolini**, líder de um pequeno movimento político intitulado *Fasci Italiani di Combattimento* (Grupos italianos de combate), a chance para salvar seus empreendimentos do avanço das ideias socialistas.

Depois de um pífio desempenho eleitoral, Mussolini reestruturou seu movimento e passou a organizá-lo em forma de milícia armada, que de maneira geral defendiam três pilares fundamentais: oposição à democracia liberal, combate ao comunismo e nacionalismo chauvinista. A milícia de Mussolini cresceu espantosamente graças ao apoio ideológico e financeiro de grandes proprietários rurais e da burguesia italiana, e passou a atacar sedes de sindicatos e organizações políticas ligadas à esquerda.

Por um breve período, Mussolini transformou sua milícia em um Partido, intitulado **Partido Fascista Italiano**, e reduziu os ataques diretos de seus esquadrões. Nas eleições de 1921, o Partido Fascista, que contava com dezenas de milhares de filiados, elegeu uma grande quantidade de deputados, e passaram a reivindicar cada vez mais participação no governo. Para isso, Mussolini organizou, em outubro de 1922 uma manifestação que ficou conhecida como **Marcha sobre Roma**, que ocorreu sem resistência e obteve grande apoio popular. O sucesso da movimentação foi grande: no mesmo ano, o Rei Italiano Vítor Emanuel III elegeu Mussolini como Primeiro Ministro. Os fascistas tinham agora seu maior representante ocupando a função de chefe do governo italiano.



Mussolini desfila com correligionários na Marcha sobre Roma.

Uma vez no poder, os fascistas exterminaram toda oposição e absorveram todo o movimento sindical para dentro do Estado. Em outras palavras, os únicos sindicatos permitidos eram aqueles reconhecidos e controlados pelo Estado Italiano, e o direito à greve foi suprimido. Este movimento de sujeição das instituições ao Estado ficou conhecido como **Corporativismo**, que era legitimado e estruturado por um documento intitulado “**Carta del Lavoro**” (Carta do Trabalho). Em 1927, finalmente, todos os partidos políticos, com exceção do próprio Partido Fascista, foram colocados na ilegalidade.

Outro ponto importante da ditadura fascista de Mussolini diz respeito a um dilema que o Estado Italiano vivia com a Igreja Católica desde sua unificação: com a **Concordata de Latrão**, em 1929, a Igreja passou a reconhecer o Estado Italiano e recebeu uma pequena parcela da área de Roma para sediar o Estado do Vaticano.

Mussolini também criou um mito de celebração ao passado romano, e tornou-se o *Duce* italiano, em referência a palavra *Dux*, que em Latim, é traduzida como “chefe”. Além disso, Mussolini organizou rigidamente a sociedade italiana e fortaleceu o mercado interno com políticas de industrialização e de protecionismo. No campo, estimulou ainda mais a produção, evitando tornar o Estado Italiano dependente e vulnerável à flutuações dos preços de alimentos no mercado internacional. O então *Duce* reduziu drasticamente o desemprego com a conjugação de obras públicas de infraestrutura e redução dos salários.

Finalmente, a Itália iniciou um empreendimento imperialista no norte da África, mais particularmente na Abissínia (atual Etiópia), tentando compensar sua defasagem territorial em rela-

ção aos impérios coloniais. A invasão do território etíope, no entanto, rendeu milhares de baixas e expôs uma grande fragilidade do exército italiano.

2- O NAZISMO

2.1 A República de Weimar e a ascensão nazista

Se os efeitos da Primeira Guerra Mundial foram duros para a Itália, a situação alemã era ainda pior: derrotada no conflito, recebeu a maior parte da culpa pela guerra, perdeu diversos territórios dentro e fora da Europa, e foi impedida de reconstruir seu exército (Ver capítulo sobre o Tratado de Versalhes).

Com a fuga do imperador Guilherme II, uma nova Constituição foi votada na cidade de Weimar, para dar início a uma República presidencialista, onde o presidente elegeria o Chanceler, equivalente ao cargo de Primeiro Ministro. Essa breve experiência democrática alemã, localizada cronologicamente entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a ascensão do nazismo, ficou conhecida como **República de Weimar**.

Mas a Revolução Russa havia incendiado o ímpeto de trabalhadores e organizações de esquerda por toda a Europa. Em 1918, foi criado oficialmente o Partido Comunista Alemão, que entre sua fundação e o mês de janeiro de 1919, organizou uma série de levantes, greves e comitês revolucionários de maneira semelhante aos soviets russos.

Diante da “ameaça vermelha”, o presidente Friedrich Ebert se aliou aos setores mais conservadores da sociedade para reprimir a iminente Revolução Alemã: financiados pelas elites agrárias e pela burguesia alemã, e com o apoio do Estado, uma milícia intitulada **Freikorps** massacraram os comitês revolucionários e suas lideranças, como Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.

Foi nesse contexto de perseguição armada às organizações de esquerda que surgiu, em 1919, o Partido dos Trabalhadores Alemães. Irrelevante no cenário político da época, pretendia-se uma alternativa à direita para disputar os trabalhadores e a classe média alemã. Adolf Hitler ingressou no Partido pouco depois de sua fundação, e rapidamente assumiu como seu principal dirigente. Em 1920 o Partido mudava seu nome para **Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães** ou, simplesmente, **Partido Nazista**.

O Partido Nazista apresentava algumas bandeiras importantes: em primeiro lugar, era profundamente anticomunista, mas também se opunha às democracias liberais, que segundo os ideólogos do partido, foram responsáveis pelas perdas territoriais e a humilhação alemã no Tratado de Versalhes. Também apresentavam um nacionalismo xenofóbico e um grande “fetiche” com o território nacional e a reestruturação de um grande império germânico. Finalmente, o nazismo também apresentava uma particularidade fundamental, que aglutinava todas as ou-

tras bandeiras do partido: o antissemitismo. Para Hitler e seus correligionários, os judeus eram ligados aos comunistas e, ao mesmo tempo, aos banqueiros e ao capital internacional. A máquina de propaganda nazista dedicou grandes esforços para tentar justificar o antissemitismo do partido.



Propaganda nazista antissemita, 1937.

Em 1923, Hitler tentou organizar, assim como fez Mussolini fizera no ano anterior na Itália, uma grande marcha para demonstrar força e aplicar um golpe de Estado, mas o movimento falhou, Hitler foi condenado a cinco anos de prisão, usando este tempo para escrever o livro *Mein Kampf* (Minha luta), em que tentou estruturar e sistematizar suas principais ideias. No entanto, apesar dos esforços, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores alemães parecia não ser capaz de ganhar as massas.

No final de 1923 a crise econômica alemã alcançou patamares estratosféricos: a hiperinflação reduziu o valor da moeda a níveis virtualmente próximos a zero. Para se ter uma idéia,

em novembro de 1923, um dólar americano valia 4.210.500.000.000 (quatro trilhões duzentos e dez bilhões quinhentos milhões) de marcos alemães. Com a chegada da crise de 1929, o cenário se tornou ainda mais dramático e o desemprego alcançou a marca de 6 milhões de pessoas.



A desvalorização da moeda alemã chegou a tal ponto que valia mais a pena queimar dinheiro do que comprar lenha. Alemanha, 1923.

A crise aprofundou a descrença na democracia liberal, e com as principais lideranças da Revolução Alemã assassinadas e a esquerda desmobilizada, os nazistas viam a balança começar a pender em seu favor. Assim como ocorrera na Itália, as classes dominantes apostaram todas as suas fichas na alternativa fascista, escrevendo um manifesto ao presidente Hindenburg, solicitando que Hitler fosse nomeado para o cargo de chanceler. O ovo da serpente nazista havia se chocado: em 29 de janeiro de 1933, Hitler assumia a posse da chancelaria do Estado Alemão.

2.2 Os nazistas no poder.

As medidas de Hitler depois de assumir o controle do Estado alemão foram imediatas: ainda em 1933, um incêndio ocorrido sob circunstâncias duvidosas destruiu o parlamento alemão (*Reichstag*) e os nazistas agiram rapidamente para culpar os comunistas pelo ocorrido, decretando estado de emergência, restringindo as liberdades e dissolvendo organizações de esquerda. Toda a burocracia estatal passou por um processo de reformulação baseada na perseguição e demissão de judeus, comunistas e democratas, campos de concentração foram criados, junto da **Gestapo**, a polícia secreta, que passou a agir para esterilizar e exterminar pessoas com deficiência.

Todas as políticas empreendidas pelo Estado Nazista eram acompanhadas de uma poderosa máquina de propaganda, chefiada por **Joseph Goebbels**. Além de dezenas de filmes, cartazes e panfletos, Goebbels também estimulou a queima massiva de livros de autores não alemães, marxistas, judeus, artistas, psicanalistas ou qualquer um que colocasse em xeque a legitimidade do poder Nacional-Socialista. Em 1936, a política eugenista dos nazistas já estava em marcha, e as Olimpíadas de Berlim foram usadas como “palco” para apresentar ao mundo os “avanços” da “raça ariana”.



Peça de propaganda nazista anunciando as Olimpíadas de 1936.

O Estado Alemão também mobilizou fortemente a juventude, instrumentalizando o sistema de educação e transmitindo os valores e a rígida disciplina defendida pelo Partido Nazista. Também eram produzidos brinquedos com símbolos nazistas e organizados acampamentos para jovens onde a ideologia nazista era fortemente disseminada. Dessa maneira, a **Juventude Hitlerista** passou a ser uma base importante para o governo.



Hitler desfila em frente à juventude do partido nazista:

Em relação aos judeus, a perseguição se tornou progressivamente mais intensa: um texto falso, denominado *Protocolo dos Sábios de Sião*, que divulgava uma suposta conspiração internacional judaica para dominar o mundo passou a ser disseminado. Dos expurgos da administração pública e a proibição do exercício de profissões liberais para judeus em 1933, passou-se para as **Leis de Nuremberg**: uma série de medidas que aprofundaram a exclusão dos judeus da sociedade alemã, como por exemplo a proibição do casamento entre judeus e indivíduos arianos “puros”. Em 1938, um jovem judeu de 17 anos, inconformado com a perseguição, assassinou um diplomata alemão. Em represália, os nazistas espancaram e assassinaram centenas de judeus em diversas cidades, queimando e saqueando suas propriedades. O episódio ficou marcado na história como **A noite dos cristais**.

Uma das principais reivindicações de Hitler era o chamado “**Espaço Vital**”, ou seja, a conquista de novos territórios para que a raça ariana se desenvolvesse. Para tal, o ditador passou a reorganizar a indústria alemã voltando-a para o rearmamento. Com seus poderes ditatoriais e um rígido controle sobre a economia, a inflação foi controlada e a produção agrícola se

estabilizou. Além disso, inspirado na *Carta del Lavoro* italiana, Hitler criou a **Lei de Ordenação do Trabalho Nacional (1934)**, segundo a qual o Estado passava a assumir o controle da mediação das relações entre capital e trabalho.

3- A GUERRA CIVIL ESPANHOLA

O sucesso das ditaduras nazifascistas nos anos 20 e 30 inspirou uma série de outros movimentos de extrema-direita em toda a Europa. Na Espanha, grupos fascistas entraram em guerra contra as forças republicanas, apoiadas também por comunistas e anarquistas. Quando a guerra tendia para o lado republicano, Hitler e Mussolini intervieram, enviando apoio logístico e militar para os fascistas. Além de enfraquecer os republicanos e socialistas, Hitler e Mussolini utilizaram o conflito como um “teste” de seus exércitos, agora revigorados. O episódio mais marcante da Guerra Civil Espanhola se deu quando a força aérea alemã (*Luftwaffe*) bombardeou a cidade de **Guernica**, controlada pelos republicanos, em 1937. O evento foi imortalizado pelo famoso quadro de Pablo Picasso, que conseguiu retratar o sofrimento, a perturbação e o caos ocasionado pelo bombardeio.

Em 1939, os republicanos espanhóis foram derrotados e o General de extrema-direita, Francisco Franco assumiu o poder de uma ditadura que se prolongaria até 1978. Apesar de seu forte alinhamento com o nazifascismo, a Espanha Franquista permaneceu neutra durante a Segunda Guerra Mundial.



Guernica, de Pablo Picasso

CAPÍTULO 23:

SEGUNDA GUERRA

PREÂMBULO À GUERRA.

Além das medidas eugenistas e autoritárias dentro da Alemanha, Adolf Hitler também agiu rapidamente no plano da política externa: retirou o país da Liga das Nações, uma organização internacional fundada, em teoria, para resolver diplomaticamente os conflitos entre os países. O objetivo do ditador nazista era reivindicar novos territórios para o desenvolvimento da raça ariana no que foi chamado, pela propaganda nazista, de “Espaço Vital”.

No entanto, as principais potências europeias que compunham a Liga das Nações assistiram, passivamente, ao início do expansionismo alemão. Para as democracias liberais ocidentais, tanto o fascismo quanto o socialismo soviético eram grandes ameaças, e por este motivo viam com bons olhos o fortalecimento alemão e uma possível guerra entre nazistas e comunistas.

Dessa maneira, Hitler não teve problemas em desrespeitar o Tratado de Versalhes e remilitarizar a região da Renânia, na fronteira com a França. Além disso, se aproveitou do grande número de simpatizantes de seu regime na Áustria para anexá-la ao *Espaço Vital*, em 1938. No mesmo ano, Hitler reivindicou a região dos Sudetos, na então Tchecoslováquia, e em março de 1939 invadiu Praga, e colocou a Boêmia e a Morávia sob um regime de protetorado alemão.

Enquanto fazia avanços imperialistas, Hitler também se aproximava de aliados: se aproveitando das pretensões imperialistas do Império Japonês no Pacífico, se uniu ao Japão no **Pacto Anti-Komintern** em 1936, para barrar possíveis avanços soviéticos em direção ao extremo-oriental. A Itália aderiu ao Pacto no ano seguinte. Na prática, a aliança tinha por objetivo proteger seus integrantes mutuamente na guerra que estava por vir.

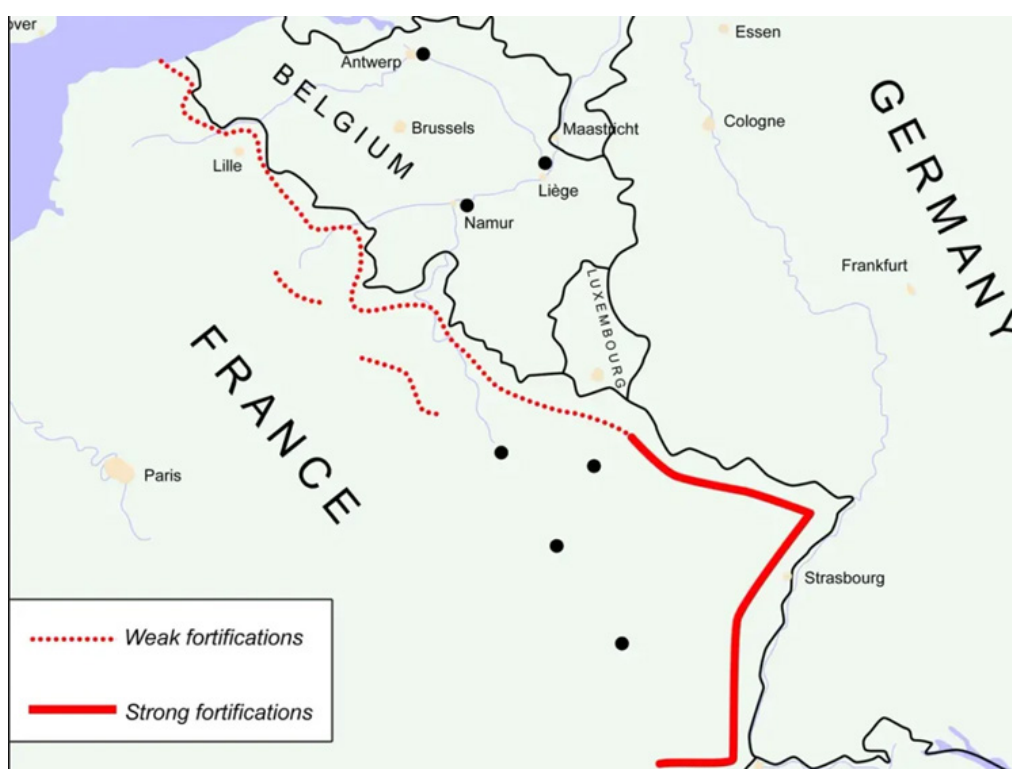
O que as democracias liberais não previram, no entanto, foi o estabelecimento do **Pacto Ribbentrop-Molotov**, firmado entre a Alemanha Nazista e a União Soviética, que previa um tratado de não-agressão entre os países, além da partilha da Polônia em caso de guerra e intercâmbio comercial. Com este pacto, Hitler poderia voltar suas atenções para o lado ocidental da Europa, enquanto os soviéticos ganhavam tempo para se armar e mover seu parque industrial para o mais longe possível da fronteira com a Alemanha.

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Finalmente, em 3 de setembro de 1939, Inglaterra e França declararam guerra à Alemanha, mas o avanço territorial nazista à época já era assombroso: eles já dominavam praticamente todo o Mar do Norte, tendo invadido a Noruega e Dinamarca, também tinham controle sobre a Áustria e praticamente metade do território da Tchecoslováquia.

Com essas conquistas estabelecidas, teve início a campanha nazista para a conquista da Holanda e Bélgica, que foi decidida rapidamente em favor dos invasores. A tática utilizada ficou conhecida como “**Blitzkrieg**” ou “Guerra Relâmpago”, que consistia em um ataque aéreo inicial avassalador seguido por um avanço agressivo e frontal da infantaria e da cavalaria mecanizada.

Havia um impasse no interior do exército nazista sobre como invadir a França, já que a fronteira franco-alemã era protegida, do lado francês, por um complexo quase impenetrável de fortificações (canhões, arames farpados, minas terrestres, bunkers, etc.) conhecido como “**Linha Maginot**”. Com as recentes conquistas, no entanto, bastava dar a volta por essas fortificações, invadindo a França pela fronteira com a Bélgica.

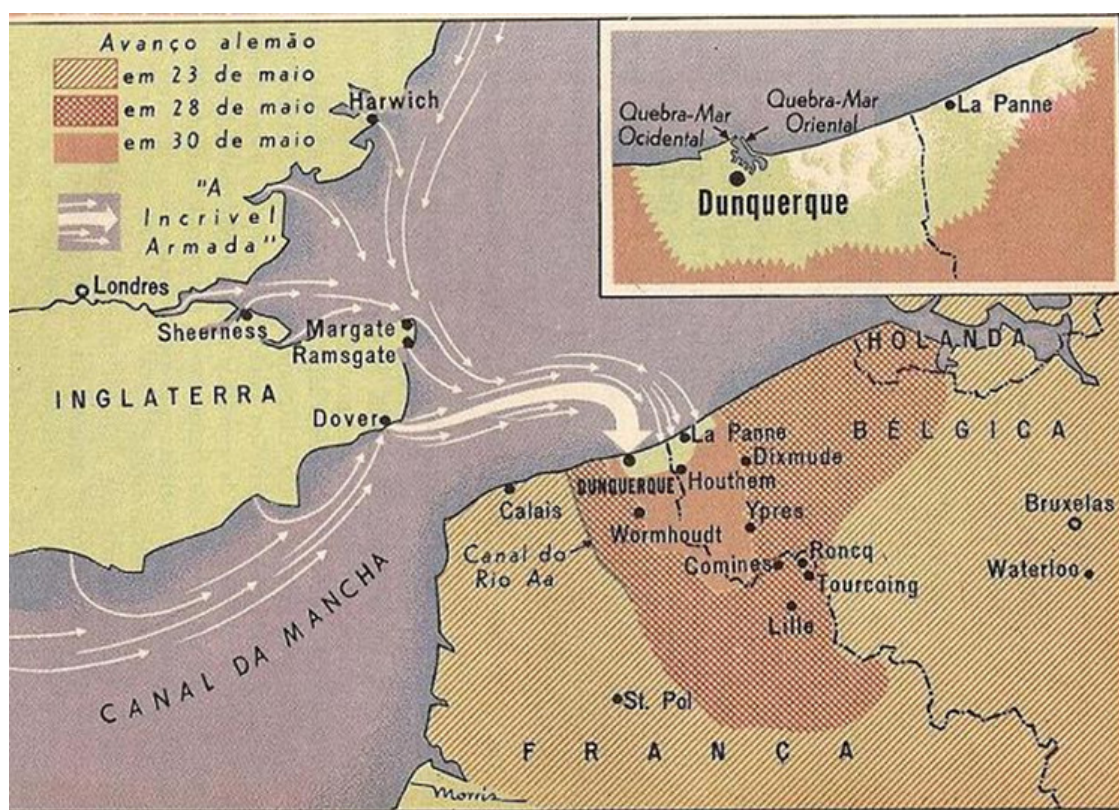


Entrada de fortificação na Linha Maginot

A invasão à França foi devastadora e, de certa maneira, constrangedora para os Franceses, derrotados muito rapidamente. Os soldados ingleses na França bateram em retirada, por ordens de Winston Churchill, percebendo que a batalha da França já estava perdida. Milhares deles ficaram imprensados entre os alemães e o Oceano Atlântico, na famosa praia de **Dunkerque**, palco de uma das histórias mais impressionantes da guerra: a Operação Dínamo, que entre 26 de maio e 4 de junho de 1940 foi responsável por resgatar cerca de 150 mil soldados ingleses do território hostil controlado pelos nazistas.



Dezenas de milhares de soldados britânicos aguardam resgate na praia de Dunquerque



Mapa da localização da Praia de Dunquerque

Em 14 de junho de 1940, Paris caía. Metade do território francês, incluindo Paris, ficou sob controle direto dos nazistas. A outra metade ficou sob o controle do General Pétain, que passou a apoiar a Alemanha em um regime **colaboracionista**.



No início de 1941, a Alemanha já controlava praticamente toda a Europa: Portugal e Espanha, apesar de oficialmente neutros, eram abertamente simpáticos aos nazistas. A França, Bélgica, Holanda, Áustria, Iugoslávia, Tchecoslováquia, Noruega, Dinamarca e Grécia haviam sido conquistadas. Na Bulgária, Hungria e Romênia surgiam governos abertamente fascistas. Restava somente a União Soviética à Leste e o Reino Unido à Oeste. Permaneceram neutros no conflito a Suíça, Suécia e Turquia.

Em meados de 1940 os nazistas iniciaram a campanha para conquistar a Inglaterra. O plano inicial era realizar bombardeios regulares em alvos militares e civis, minando a capacidade de defesa e a moral britânica. O que ocorreu, no entanto, foi uma resistência heróica dos ingleses, que passavam às noites nas estações de metrô e os dias reforçando barricadas com sacos de areia e outros materiais para proteger as suas cidades. Enquanto isso, a Força Aérea Inglesa (Royal Air Force - RAF), lutava contra a *Luftwaffe* de igual para igual. Em agosto, os ingleses conseguiram pela primeira vez bombardear Berlim. O impasse da Batalha da Inglaterra,

no entanto, duraria até 1942 quando Hitler desistiu de seus planos de conquistar a ilha.

Enquanto isso, no norte da África, as tropas de Mussolini enfrentavam duras derrotas contra os soldados ingleses, e tiveram que ser resgatados por um destacamento alemão especializado em guerra no deserto, intitulado (***Afrika Korps***). Os japoneses, por outro lado, davam continuidade a sua política imperialista pelo pacífico, iniciada no início da década de 1930. Os Estados Unidos também possuíam interesses na região, e impuseram uma série de sanções econômicas ao Japão depois que o país invadiu a Indochina. Em represália, no mês de dezembro de 1941, caças japoneses atacaram uma frota de navios estadunidenses atracada na base naval de Pearl Harbor. Milhares de soldados foram mortos e uma grande infraestrutura de guerra foi perdida. Finalmente, os Estados Unidos declararam guerra ao Eixo.



Navio estadunidense afunda em Pearl Harbor

Com o impasse na batalha da Inglaterra, Hitler voltou seus olhos para a União Soviética. Do ponto de vista econômico, o território soviético possuía uma vastíssima reserva de recursos naturais; do ponto de vista ideológico, os nazistas pretendiam eliminar seus maiores inimigos: os comunistas. Havia também, do ponto de vista racial, muito ódio dos alemães (auto-identificados como arianos) e os povos do leste europeu. Esse ódio ideológico e racial provocou uma campanha de invasão profundamente violenta intitulada **Operação Barbarossa**, que incluía o extermínio da população civil.

Apesar da força formidável de 3,5 milhões de soldados, os nazistas não conseguiram conquistar Leningrado, ainda que os russos tenham sofrido milhões de baixas. Hitler voltou-se

então para a cidade de **Stalingrado**: estratégica militarmente - já que margeia o rio **Volga**, o maior da Europa, e garante acesso ao mar Cáspio; economicamente - pois era rica em petróleo, recursos minerais, industriais e agrícolas; e simbolicamente, pois era batizada com o nome do líder da União Soviética à época, Joseph Stalin.

A batalha de Stalingrado foi, sem dúvida, a maior e mais sangrenta da Segunda Guerra Mundial: durou 7 meses e deixou aproximadamente dois milhões de mortos. (aproximadamente 850 mil alemães e 1,1 milhão de soviéticos), entre civis e militares.

Enquanto resistiam, os soviéticos aguardavam reforços que vinham das regiões mais à Leste do território Russo. O sacrifício rendeu frutos: no congelante mês de fevereiro de 1943, milhares de soldados russos descansados e bem equipados começaram a chegar na batalha, lançando uma contra-ofensiva fulminante que só pararia quando o Exército Vermelho chegasse em Berlim.

A derrota em Stalingrado foi o prenúncio da queda dos países do Eixo. Boa parte da força de guerra alemã, que estava concentrada no front oriental, havia sido perdida. A Itália perdeu a Sicília em 1943, e o Rei Vítor Emanuel III mandou prender Mussolini. As forças alemães, então, invadiram e ocuparam a Itália, libertaram Mussolini e o recolocaram no poder na cidade de Saló. No entanto, a Itália fascista já estava arrasada.

No início de 1944, quando os nazistas já vinham enfrentando várias derrotas para os soviéticos, os aliados começaram a planejar a retomada da Europa. Em 6 de junho de 1944, conhecido como **Dia D**, 300 mil homens das forças aliadas desembarcaram nas praias da Normandia. Os alemães não conseguiram organizar suas defesas de maneira eficiente, pois um grande trabalho de contrainteligência havia sido feito para fazer com que os nazistas esperassem um ataque na cidade de Calais. Em 25 de agosto de 1944, França, Holanda e Bélgica haviam sido libertadas, e a Alemanha estava cercada pelos Aliados a Oeste e Leste de seus territórios.



Tanque inflável utilizado para confundir os aviões de reconhecimento alemães antes do Dia D



Desembarque Aliado na Praia de Omaha. França, 1944.

Conforme iam avançando dentro do território nazista, as forças Aliadas fizeram a chocante descoberta dos campos de concentração e extermínio. Já se sabia da perseguição dos judeus por parte do III Reich, mas não se tinha a dimensão do aparato logístico para o extermínio: linhas de trens construídas para facilitar o transporte de judeus dos guetos aos campos, câmaras de gás, crematórios... estima-se que essa infraestrutura tenha possibilitado o assassinato de aproximadamente 6 milhões de judeus e mais centenas de milhares de comunistas, ciganos, negros, deficientes e homossexuais. Este massacre empreendido pelos nazistas contra os judeus ficou conhecido como **Holocausto**.



Soldados do Exército soviético conversando com as crianças recém-libertadas do campo de concentração de Auschwitz

Apesar da existência dos campos de concentração datarem de alguns anos antes à guerra, a chamada **Solução Final** para os judeus, como ficou conhecido o plano de extermínio, foi formalmente criada em janeiro de 1942, tendo como seu principal arquiteto o oficial da SS, Reinhard Heydrich, e contou com o aval de todo o alto escalão nazista.

Finalmente, em 27 de abril de 1945, Mussolini e alguns aliados tentavam fugir, disfarçados, da Itália. Foram reconhecidos e fuzilados, tendo seus corpos pendurados em praça pública por uma multidão enfurecida. Hitler, entrincheirado em seu bunker em Berlim, cometeu suicídio junto de sua amante, Eva Braun em 30 de abril daquele ano. Em 7 de maio, o sucessor de Hitler, Karl Donitz, assinou a rendição da Alemanha.



Corpos de Mussolini e aliados pendurados em praça pública. Milão, 1945.

Restava o Japão, mas a potência do pacífico em meados de 1945, era somente uma sombra daquilo que fora no início da guerra. Em 6 de agosto de 1945, os Estados Unidos lançaram uma bomba atômica na cidade de Hiroshima, e no dia 9 de agosto, outra bomba foi lançada sobre Nagasaki. Cerca de 160 mil pessoas - a maioria esmagadora de civis - morreram instantaneamente. Milhares morreram depois, por efeitos dos ferimentos e da radiação. No dia 14 de agosto, o Japão se rendia, dando fim à guerra mais sangrenta da história da humanidade.

CAPÍTULO 24:

GUERRA FRIA

PÓS SEGUNDA GUERRA: CONFERÊNCIAS DE PAZ

Já em 1943, depois da batalha de Stalingrado, o curso da guerra havia mudado drasticamente e a derrota do eixo começou a parecer questão de tempo. Diante disso, era necessário pensar na organização do mundo pós-guerra, já que, mesmo que fossem aliados durante o conflito, não havia qualquer expectativa de que os projetos políticos e de organização das sociedades nas democracias liberais poderiam ser conciliáveis com os do socialismo soviético.

Assim, reuniram-se na **Conferência de Teerã**, as principais lideranças das forças aliadas. Nesta reunião foi aprovado o início dos preparativos para o Dia D, além do direito soviético sobre países do Leste Europeu e a criação de um organismo internacional para resolução de crises e mediação de conflitos. Essa organização foi fundada no ano de 1945 e foi nomeada de **Organização das Nações Unidas (ONU)**.

Já após o fim da guerra, outras conferências de paz aconteceram. As mais marcantes foram a **Conferência de Yalta** e a **Conferência de Potsdam**, que tiveram como principal objetivo decidir sobre o futuro da Alemanha. determinou-se, enfim, que o país fosse dividido em zonas de influência estadunidense, inglesa, francesa e soviética, preparando o país para sua redemocratização, ocorrida com a criação da República Federal da Alemanha e a eleição do presidente Wilhelm Pieck, em 1949.

Outro ponto fundamental do imediato pós-guerra foi o **Julgamento de Nuremberg**, que condenou doze dos principais líderes nazistas à morte por enforcamento por crimes contra a humanidade.

A GUERRA FRIA

Os ataques nucleares estadunidenses contra o Japão não tiveram como único objetivo a aceleração da rendição dos japoneses, mas também serviram como demonstração do poderio norte-americano para os soviéticos.

Como já mencionamos, os projetos políticos do mundo ocidental eram inconciliáveis com os princípios de organização da URSS, que ao fim da Segunda Guerra Mundial se erguia como uma das maiores potências do planeta. Dessa maneira, União Soviética e Estados Unidos se enfrentaram em diversos campos - tecnológico, econômico, ideológico e político - pela hegemonia do mundo por 45 anos, em um conflito que ficou conhecido como **Guerra Fria**. Apesar desses dois países não terem se envolvido em uma guerra militar direta (que poderia ocasionar a destruição do planeta), essa rivalidade deixou marcas profundas no mundo que são percebidas até hoje. Neste capítulo, estudaremos um pouco sobre esse processo.

Em 1946, Winston Churchill, profundamente anti-comunista afirmou que uma **Cortina de Ferro** dividia o mundo ocidental e o Leste Europeu. A metáfora servia para demonstrar a ideia de que era necessário bloquear a influência soviética sobre o mundo capitalista. No ano seguinte, o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, pronunciou um discurso que estabeleceu a chamada **Doutrina Truman**, que fundamentava a perspectiva de que o mundo havia sido dividido entre o “bem” (capitalismo) e o “mal” (socialismo), a “liberdade” e a “tirania”. Este discurso se alinhava diretamente à doutrina da Cortina de Ferro desenvolvida por Roosevelt e marcava uma nova ordem mundial marcada pela bipolaridade de hegemonia.

Do ponto de vista econômico, os Estados Unidos precisavam fortalecer as economias europeias (que estavam geograficamente próximas à União Soviética) sem ocasionar uma crise de superprodução como ocorrera em 1929. Para isso, era preciso criar um mecanismo para facilitar o controle de capitais pela economia americana. Para isso, os EUA e mais 43 países assinaram um acordo na **Conferência de Bretton-Woods** (1944), que estabeleceu dólar como a moeda internacional. Além disso, foram criados o **Fundo Monetário Internacional (FMI)** e o **Banco Mundial (BIRD)**.

Outra medida econômica fundamental dos Estados Unidos no pós-guerra foi o **Plano Marshall**, que consistia na realização de empréstimos e doações para a reconstrução da Europa, integrando o velho continente à economia norte-americana. A medida também se estendeu ao Japão, país geograficamente próximo a dois gigantes comunistas: a União Soviética e a China, que passou por um processo revolucionário no ano de 1949 (veremos adiante).

Ideologicamente, as medidas do bloco ocidental também se destacavam, com uma pesada máquina de propaganda anti-comunista. Além disso, nos Estados Unidos, o senador norte americano Joseph McCarthy deu início a um forte processo de perseguição a funcionários públicos, professores, intelectuais, artistas e cientistas com qualquer indício de ligação com as esquerdas. Entre 1950 e 1954, milhares de pessoas foram espionadas, demitidas, e vítimas de campanhas de destruição de reputação, mesmo sem possuir ligação direta com o comunismo. Apenas a suspeita já era o suficiente para disparar a perseguição. Esse clima de “caça às bruxas” ficou conhecido como **Macartismo**.

Às medidas econômicas do bloco capitalista, a União Soviética respondeu com a criação da **COMECON**, que visava integrar a economia dos países sob a influência do lado socialista da cortina de ferro. De maneira simplificada, a Comecon funcionou de maneira semelhante ao Plano Marshall.

Finalmente, do ponto de vista militar, também houve a criação de dois sistemas de aliança e defesa mútua: a **OTAN** do lado capitalista, e o **Pacto de Varsóvia**, do lado socialista.

O acirramento das tensões levou também à divisão da Alemanha em duas repúblicas: a já mencionada **República Federal da Alemanha**, uma democracia liberal, e a **República**

Democrática Alemã, um governo comunista. A capital alemã, Berlim, ficava no interior do lado capitalista do país. No entanto, os soviéticos não estavam dispostos a abrir mão da cidade. Em 1961, os comunistas ergueram o **Muro de Berlim** na capital, dividindo-a.

A corrida armamentista também ganhou contornos aterrorizantes: em 1949 a União Soviética detonou - em um teste - sua primeira bomba atômica. Os EUA responderam com o anúncio da bomba de hidrogênio, pelo menos mil vezes mais potente do que aquelas que destruíram Hiroshima e Nagasaki. Os anos que se seguiram foram marcados por diversos anúncios de novas armas de destruição em massa, cada vez maiores e mais destrutivas. A partir de 1957, as bombas lançadas por aviões se tornaram ultrapassadas, dando lugar a mísseis que poderiam ser lançados de bases fixas, em terra, e percorrer milhares de quilômetros. Esses mísseis intercontinentais tornaram o clima de iminência de destruição do planeta um medo que durou até pouco tempo antes do fim da Guerra Fria.

CAPÍTULO 25:

ÁSIA NA GUERRA FRIA

CHINA

No ano de 1911, a monarquia chinesa foi derrubada e substituída por uma república, governada pelo Partido Nacional do Povo, também conhecido como **Kuomintang**. A organização defendia ideais nacionalistas e democráticos, mas abrigava grupos sociais distintos, como funcionários públicos, empresários e latifundiários. Não havia por parte do Kuomintang, porém, grandes preocupações com os movimentos camponeses que cresciam na China.

Diante da empolgação provocada pelo triunfo da Revolução Russa de 1917, foi criado, no ano de 1921, o **Partido Comunista Chinês (PCC)** que tinha em suas fileiras o jovem revolucionário **Mao Zedong**, que viria a se tornar o líder da Revolução Chinesa. A partir de 1927, o líder do Kuomintang, **Chiang Kai-Chek**, passou a perseguir e atacar os comunistas, que tiveram que se refugiar nas zonas rurais da China. Entrincheirados nos rincões do país, o movimento comunista chinês percebeu as proximidades de suas reivindicações com a dos camponeses, que compunham uma parcela considerável da população. Assim, o PCC incorporou o campesinato às suas fileiras, unindo-os aos proletários.

Apesar dos conflitos entre Kuomintang e PCC, uma “trégua” entre as duas organizações aconteceu entre os anos de 1931 e 1945, uma vez que a empreitada imperialista do Japão no Pacífico demandou a união de ambos os movimentos. Ao final da Segunda Guerra Mundial, porém, o Movimento Comunista estava fortalecido: havia uma clara percepção de que os soviéticos haviam sido os principais responsáveis pela derrota do eixo. Não somente isso, mas os saltos dos níveis de vida e tecnológicos da União Soviética eram espantosos! Assim, o Partido Comunista Chinês passou a gozar de grande popularidade após 1945.

O Kuomintang, com a ajuda militar dos Estados Unidos, voltou então a enfrentar os comunistas, mas foram derrotados e tiveram que se refugiar em Taiwan. O Partido Comunista Chinês, por outro lado, proclamou a fundação da República Popular da China em 1º de outubro de 1949.

Entre a Revolução e meados dos anos 1950, a China observou grandes avanços em sua sociedade: as mulheres passaram a ter os mesmos direitos que os homens, todos os setores da economia foram estatizados, e a terra coletivizada. Aliado a estes fatores, uma campanha de alfabetização em massa praticamente erradicou o analfabetismo do país, e a atividade industrial chinesa cresceu milhares de vezes.

A partir da morte de Stalin, em 1953, as relações entre China e URSS azedaram. Os chineses acusavam o novo governo soviético de trair o socialismo, desenvolvendo relações de coexistência pacífica com os Estados Unidos. Diante deste cenário, a China passou a disputar o lugar de grande referência internacional do comunismo. Para tal, começou um movimento para a criação de uma indústria mais poderosa, que ficou conhecido como “**O grande salto**

adiante". Apesar da empolgação, o plano não obteve o sucesso esperado: com a diminuição da ajuda material e financeira da União Soviética, desmatamento e drenagem irresponsáveis, uma crise de produção industrial e agrícola se instalou no país, gerando episódios de fome nos anos de 1960 e 1961. No ano seguinte, no entanto, este quadro voltou a melhorar.

Mao se encontrava em uma posição difícil desde os fracassos do grande salto adiante, mas não entregou os pontos. A partir de 1966, mobilizando o exército e a juventude, deu início à **Revolução Cultural**, que tinha como objetivo aprofundar a Revolução política e transformar a sociedade chinesa, repudiando qualquer referência à cultura ocidental, considerada burguesa. Muitos opositores foram perseguidos e presos, outros foram assassinados. Centenas de templos religiosos e obras de arte foram destruídos. Foi somente com a morte de Mao, em 1976, que os dirigentes do Partido Comunista Chinês deram fim à Revolução Cultural, adotando uma postura de modernização da agricultura e da indústria, ciência e tecnologia, e defesa nacional.

CORÉIA

O avanço imperialista do Japão entre os anos 1930 - 1945, alcançou boa parte dos territórios banhados pelo Oceano Pacífico, inclusive a Coréia, que, à época, era um único país.

Com o fim da guerra e as conferências de paz, ficou decidido que a península coreana seria dividida no **Paralelo 38**, com a parte norte sob influência da URSS e a parte sul sob a influência ocidental, com uma ditadura militar fantoche à serviço dos Estados Unidos. Os soviéticos, no entanto, desrespeitaram a divisão estabelecida, e no ano de 1950, invadiram o sul com a intenção de unificar o país.

Tropas da ONU (comandadas por generais estadunidenses e compostas por tropas majoritariamente norte-americanas), foram mobilizadas para conter o avanço do norte e realizar uma contraofensiva, invadindo a porção controlada pelos comunistas e unificando o país sob um regime capitalista.

A capital da Coréia do Norte estava praticamente tomada, quando a China entrou no conflito junto aos norte-coreanos, empurrando novamente as forças capitalistas para o paralelo 38. O equilíbrio de forças era praticamente inquebrável: em 1951, foi decidida novamente a separação entre as duas Coréias, que perdura até os dias atuais.

VIETNÃ

A história da região entre a China e a Índia, que atualmente corresponde aos territórios do Laos, Vietnã e Camboja é, historicamente, conflituosa. Até a Segunda Guerra Mundial, es-

ses territórios ficavam sob o controle francês e formavam a chamada **Indochina Francesa**. Em 1941, porém, o território foi invadido pelos japoneses, que sofreram forte resistência por parte da **Liga pela Independência do Vietnã**, de orientação comunista, liderada por **Ho Chi Minh**. Com o Japão derrotado, o Vietnã proclamou sua independência, mas teve que enfrentar a França, ávida por reaver seu antigo território. Em 1954, os vietnamitas derrotaram os franceses, obrigando-os a reconhecer a independência do Vietnã, que assim como a Coréia, também foi dividido entre o lado comunista - ao norte - a **República Democrática do Vietnã**, e o lado capitalista - ao sul -, a **República do Vietnã**.

Em 1960, um golpe militar orquestrado pelos Estados Unidos deu início a uma ditadura militar na República do Vietnã, com o objetivo de conter os avanços do comunismo na Ásia. O principal grupo que resistiu à ditadura foi a **Frente de Libertação Nacional (FLN)**, que contava com amplo apoio da população, da parte comunista do Vietnã, da URSS e da China.

A ditadura do sul do Vietnã contava com o apoio militar dos Estados Unidos, que enviaram mais de 500 mil soldados para o país. Estima-se que, entre 1965 e 1968, foram jogadas sobre o Vietnã três vezes mais bombas do que em toda a Segunda Guerra Mundial. Além disso, os Estados Unidos utilizaram armas químicas sobre a população civil, como o Napalm, uma espécie de “geléia” aderente que causa queimaduras profundas e é dificilmente extingüível.



Violência Criança vietnamita chora ao ser atingida por um ataque de napalm

Apesar da superioridade militar, os soldados estadunidenses sofreram derrotas humilhantes contra os guerrilheiros vietnamitas, que utilizavam técnicas de guerrilha e faziam ataques rápidos, imprevisíveis e mortais. Em 1975, a maior potência militar do planeta encontrava-se completamente desmoralizada, com protestos contra a guerra explodindo em todo o país. Finalmente, no dia 2 de julho de 1976, as tropas do Vietnã do Norte tomaram a capital do Vietnã do sul, unificando o país sob um regime comunista.

CAPÍTULO 26:

AMÉRICA LATINA NA GUERRA FRIA

ANTECEDENTES

A partir da segunda metade do século XX, alguns países da América Latina passaram a ser governados por presidentes que seguiam uma orientação nacionalista e desenvolvimentista, com a criação de empresas estatais e investimentos em infraestrutura que pudessem fazer com que o atraso econômico e social causado por uma economia baseada em artigos de baixo valor agregado para a exportação fosse superado.

No entanto, ao mesmo tempo em que desenvolviam suas indústrias, e concediam - por conta da pressão social - direitos trabalhistas, esses governos não foram capazes de responder aos anseios das classes mais empobrecidas da população, que continuavam sendo exploradas pelos grandes latifúndios e recebiam baixos salários. Diante desse contexto, grupos de esquerda ganharam força exigindo reformas sociais mais imediatas. Assim, as elites desses países, juntamente com o governo dos Estados Unidos, passaram a apoiar ditaduras militares para conter projetos políticos, vistos por eles como “revolucionários”. Neste capítulo, estudaremos sobre as ditaduras militares argentina e chilena.

CHILE

As eleições presidenciais de 1970 no Chile foram vencidas pelo candidato socialista Salvador Allende, da **Unidade Popular**. Allende mantinha uma postura amplamente democrática, e se recusava a dar início a uma revolução socialista. Para ele, a **Via Chilena** para a construção do socialismo se daria por um processo democrático, por meio de plebiscitos e reformas no interior do capitalismo, que, aos poucos, daria lugar a uma nova sociedade, com novos valores e novas formas de organização social e material.

Mas os setores conservadores da sociedade chilena estavam organizados e temerosos das políticas de Allende, que havia realizado uma grande reforma agrária, estatizou o sistema bancário e nacionalizou uma série de indústrias, principalmente a do **cobre**, principal produto de exportação chileno.

Não tardou para que a oposição começasse a acusar Allende de tomar medidas “totalitárias” e passasse a conspirar contra o governo: o investimento nas indústrias por parte dos empresários foi interrompido, e os dólares foram enviados para contas no exterior. Pecuaristas enviaram seu gado para a Argentina, e sindicatos patronais passaram a organizar greves, principalmente de caminhoneiros, para provocar o desabastecimento dos mercados do país. O governo dos Estados Unidos também contribuiu para que a crise de abastecimento se intensificasse, pagando aos empresários responsáveis pela distribuição de alimentos para manter suas

mercadorias escondidas em estoque. Além disso, interveio sobre o preço do cobre no mercado internacional, diminuindo seu valor e causando danos catastróficos à economia chilena.

Ao mesmo tempo, os apoiadores de Allende o pressionaram para que o governo se radicalizasse, com pedidos de fechamento do congresso e implantação de uma ditadura socialista para frear os avanços golpistas.

O então presidente chegou a planejar um plebiscito para decidir sobre sua continuidade ou não à frente do governo chileno, mas foi deposto antes que tivesse a oportunidade de fazê-lo: em 11 de setembro de 1973, os militares chilenos, liderados pelo general Augusto Pinochet, com apoio financeiro e logístico do governo estadunidense, iniciaram um pesado bombardeio à residência presidencial chilena: o **Palácio La Moneda**. Allende resistiu junto a sua equipe de segurança pessoal, que era formada por militantes socialista da Unidade Popular, até o momento de sua morte.



Bombardeio ao Palácio La Moneda, Chile, 1973



Allende e seus seguranças, armados, resistindo ao golpe

Pinochet assumiu como novo presidente do Chile e inaugurou um regime de perseguição e terror contra a oposição: artistas, estudantes, sindicalistas, intelectuais ou qualquer pessoa associada aos ideais de esquerda foram perseguidos, torturados e mortos. Os sindicatos foram fechados e a imprensa censurada e perseguida. O general também atendeu aos anseios dos Estados Unidos, transformando o país em um “laboratório” do neoliberalismo: privatizou praticamente todos os setores da economia, inclusive aqueles ligados à seguridade social e abriu o país ao capital estrangeiro.

Depois de 15 anos no poder, e sendo responsável pela morte, prisão, tortura e desaparecimento de milhares de chilenos, um plebiscito afastou Pinochet da presidência, abrindo caminho para a redemocratização do Chile.

ARGENTINA

A história política da Argentina no século XX é repleta de contradições. Na primeira metade dos 1900, se industrializou rapidamente, passando a dispor de um movimento operário forte e organizado.

Para conter a radicalização da classe trabalhadora, um grupo de militares conservadores intitulado **Grupo de Oficiais Unidos (GOU)**, deu um golpe de Estado em 1943. Do ponto de vista da política externa, apoiavam o Eixo na Segunda Guerra Mundial e não queriam que a Argentina entrasse no conflito ao lado dos aliados. Apesar do alinhamento ao Nazifascismo, a

Argentina permaneceu neutra durante o conflito.

Dentre os Militares do GOU, destacava-se Juan Domingos Perón, que como Ministro do Trabalho e Previdência se aproximou do movimento sindical, trazendo-o para dentro do Estado Argentino e garantindo direitos aos trabalhadores rurais e urbanos. Perón, junto de Vargas (Brasil) e Cárdenas (México) são as melhores personificações do conceito de **Populismo**.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, os militares do governo convocaram novas eleições, mas se preocupavam com a popularidade de Perón entre os trabalhadores. Agora, o antigo aliado parecia uma grande ameaça. Desta maneira, o então presidente Argentino ordenou a prisão de Perón, que foi contraposta por milhares de trabalhadores que saíram nas ruas da Plaza de Mayo pedindo sua soltura.

O movimento sindical, então criou o Partido Laborista, tendo Perón como candidato à presidência para as eleições de 1946, vencidas com 55% dos votos. À frente do Estado Argentino, Perón aumentou a industrialização e a produção de bens para substituição de importações, nacionalizou empresas estrangeiras e ampliou os direitos trabalhistas.

Perón utilizou sua enorme popularidade para implementar medidas repressivas, além das propagandas políticas que exaltavam seu governo. Perón se elegeu novamente em 1951, mas sua popularidade começou a cair na medida em que as reservas de moedas estrangeiras - principalmente o dólar - começaram a se esgotar. A produção diminuiu o ritmo, a inflação reduzia o poder de compra do salário mínimo e duas secas consecutivas arrasaram a produção agrícola.



Propaganda peronista em livro escolar, exaltando a primeira-dama, Eva Perón

Além da crise, Perón era criticado tanto por grupos conservadores quanto pelos trabalhadores e movimentos sindicais que antes o apoiavam. Em 1955, Juan Domingos Perón era deposto por um golpe. De 1958 a 1966, governos civis não foram capazes de resolver a crise econômica que assolava a Argentina desde os anos finais do governo de Perón, e em 1966, os militares tomaram novamente o poder.

Com as medidas repressivas e a grave crise econômica, grupos de guerrilha urbana ligados à esquerda radical passaram a operar na Argentina com ações de assaltos à bancos (para financiar a guerrilha), sequestros de políticos e empresários e assassinatos de agentes da repressão. O governo militar já apresentava sinais claros de desgaste apenas um ano depois da tomada do poder, e em 1970 Perón - antes exilado - recebeu a permissão para voltar à Argentina, se elegendo novamente para a presidência, em 1973.

Perón faleceu no ano seguinte, em 1974, deixando um grande vácuo institucional na Argentina e abrindo caminho para uma grave crise política: o mundo ainda vivia a polarização da guerra fria, e outros países da América Latina, como Brasil e Chile, já eram controlados por ditaduras militares profundamente autoritárias e violentas. Tanto a esquerda quanto à direita radicalizavam seus discursos. Diante deste cenário, os militares argentinos, novamente, apostaram na instabilidade política para dar um golpe militar no ano de 1976.

Teve início um período macabro na história da Argentina. Dezenas de milhares de pessoas foram torturadas, presas e assassinadas, o mercado foi aberto ao capital internacional, o que fez com que empresas estrangeiras entrassem na Argentina e levassem a indústria nacional à falência.

Neste contexto de violência, foram as mulheres as primeiras a se rebelar contra o governo ditatorial. A partir de 1981, milhares delas passaram a se reunir na Plaza de Mayo para reivindicar informações sobre seus filhos desaparecidos. Depois, foram seguidas de sindicalistas, operários e estudantes reivindicando o respeito aos direitos humanos, a abertura política da Argentina e respostas sobre os mortos e desaparecidos. O movimento entrou para a história do país como o **Movimento das Mães da Plaza de Mayo**.



Mães da Plaza de Mayo protestam contra as prisões e assassinatos por parte da ditadura: No cartaz lê-se “Que apareçam com vida os presos e desaparecidos. Mães da Praça de Maio.”

A partir de 1982, a ditadura militar argentina já recebia forte oposição da sociedade civil. Acuada, deu início à campanha militar para conquistar as **Ilhas Malvinas**, um território inglês no Atlântico sul, apelando para o sentimento patriótico para unificar o país. A invasão, no entanto, foi humilhante: os argentinos foram massacrados e rapidamente derrotados, aumentando ainda mais a insatisfação popular em relação à ditadura. Não havia mais possibilidade para os militares continuarem no poder, e em 1983 o civil Raúl Alfonsín assumiu a presidência do país.

OPERAÇÃO CONDOR

Neste capítulo, estudamos especificamente sobre os casos das ditaduras militares chilena e argentina, mas outros países da América Latina, como Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia também passaram por ditaduras militares entre as décadas de 1960 e 1980. Estes regimes antidemocráticos fazem parte de um contexto mais amplo, um plano gestado no interior do governo dos Estados Unidos intitulado **Operação Condor**. Esta operação consistia no apoio (financeiro, logístico e militar) estadunidense para implementar regimes ditatoriais no Cone-Sul americano que se submetessem aos interesses de Washington, ao mesmo tempo que afastava esses países da influência de Cuba, URSS e China. Boa parte dos oficiais de alta patente dos países envolvidos na Operação Condor estudaram na Escola Militar das Américas, mantida pelos Estados Unidos. Além disso, havia uma ampla cooperação entre os regimes ditatoriais, com trocas de informação sobre exilados e/ou procurados, e intercâmbios militares onde se ensinava práticas de tortura e combate à guerrilha.

CAPÍTULO 27:

**EXPANSÃO DO
BLOCO SOCIALISTA:
CUBA E NICARÁGUA**

CUBA

Cuba tornou-se independente da Espanha em 1898, com a ajuda dos Estados Unidos determinados a fazer valer sua influência na América Latina. Assim, ainda que tenha conquistado a independência política, a pequena ilha permaneceu profundamente dependente economicamente dos Estados Unidos, e subordinada aos seus interesses e pressões.

Uma das demandas dos estadunidenses era a incorporação da **Emenda Platt** na constituição cubana que dava o direito aos norte-americanos a invadirem o território cubano caso seus interesses fossem ameaçados.

Dessa maneira, Cuba se viu em uma situação delicada: seu território era utilizado como paraíso fiscal para empresas norte americanas, que incorporavam relações de trabalho e sociais dentro do território cubano que faziam as condições de vida da população se degradar: nos campos, grandes plantations se estabeleceram utilizando mão de obra extremamente precarizada ou em condições análogas à escravidão. O analfabetismo atingia níveis exorbitantes e as eleições eram frequentemente fraudadas. Em 1952, Fulgêncio Batista se autoproclamou presidente e deu início a uma violenta ditadura militar em Cuba.

Em 26 de julho de 1953, Fidel Castro deu início a um movimento para derrubar Fulgêncio Batista, atacando um quartel com o objetivo de roubar armas e material militar para suprir um movimento revolucionário. O plano fracassou, Castro foi preso, mas acabou sendo anistiado, fugindo para o México em 1955.

Foi no México que Fidel fundou o **Movimento Revolucionário 26 de julho (MR-26)** e conheceu **Che Guevara**. No final de 1956, Fidel, Che e mais algumas dezenas de homens voltaram à Cuba para derrubar Fulgêncio Batista, mas foram recebidos a tiros e muitos deles acabaram morrendo. Os doze homens que sobraram se refugiaram em Sierra Maestra, uma cadeia de montanhas no sudeste de Cuba.

Além do MR-26, a sociedade cubana, àquela altura, já fazia forte oposição ao governo de Batista. Assim, os guerrilheiros permaneceram escondidos nas montanhas, entrando em contato com a população e lideranças de movimentos sociais, engrossando suas fileiras. A partir de 1958, o MR-26 começou sua ofensiva, e no final daquele ano a maioria do país já era controlada pelos revolucionários. Finalmente, em 1 de janeiro de 1959, as tropas de Fulgêncio Batista abandonaram o país.

O novo governo tomou medidas imediatas: redução do custo de vida, instituição do salário mínimo, fuzilamento dos torturadores e policiais ligados à ditadura de Batista, ampla reforma agrária, e uma espetacular campanha de alfabetização em massa: o analfabetismo foi erradicado em somente 2 anos!

As elites cubanas não receberam bem o novo governo: muitos emigraram para os Estados Unidos: eram os chamados “gusanos”, (vermes, em espanhol): um termo pejorativo utilizado pelos partidários de Fidel para se referir às elites cubanas que abandonaram o país. Os Estados Unidos também viam com preocupação a tomada de poder pelas forças castristas, já que centenas de proprietários estadunidenses tiveram a posse de suas terras limitadas ou inteiramente confiscadas.

Os EUA reagiram com campanhas de sabotagem militar, contra inteligência, espionagem e um pesado embargo econômico, que eram respondidas com a nacionalização de diversas indústrias norte-americanas em Cuba. Ao mesmo tempo, a URSS via com bons olhos o novo governo cubano, e passou a realizar acordos econômicos com o país.

Todo esse clima de tensão, em meio à guerra fria, fazia com que Fidel não tivesse escolha em declarar, em 1961 a Revolução Cubana uma Revolução Socialista, mais de dois anos após a tomada do poder. No dia seguinte, em 17 de abril de 1961 um grupo de exilados cubanos (a maioria ligados ao antigo exército de Batista), treinados pela CIA, desembarcaram em uma praia na **Baía dos Porcos**, em Cuba. A inteligência estadunidense calculou que os 1500 homens enviados receberiam apoio da população e derrubariam Castro. Estavam enganados, a população, junto às forças militares cubanas, contiveram o ataque, prendendo cerca de 1200 invasores e matando dezenas deles.



Grupo de mercenários presos em Cuba após o fracasso da invasão à Baía dos Porcos.

Cuba solicitou a ajuda da União Soviética, que estava interessada em montar bases militares no território cubano que pudessem servir de ponto de lançamento de mísseis nucleares em direção aos Estados Unidos. Em 14 de outubro de 1962, aviões espiões estadunidenses fotografaram as rampas de lançamento dos mísseis e cargueiros soviéticos contendo ogivas nucleares indo em direção à Cuba. Os EUA, então, ameaçaram retaliar com ataques nucleares contra a União Soviética. Este episódio ficou conhecido como **A Crise dos Mísseis**, um episódio da guerra fria que elevou o medo de uma guerra nuclear à uma real ameaça de destruição do planeta. Kennedy e Krushev, então, costuraram secretamente um acordo: os Estados Unidos se comprometeram a não invadir ou apoiar invasões ao território cubano, além de estudar a retirada de bases militares da Turquia. A URSS, por sua vez, retiraria os mísseis nucleares do território cubano.

Apesar do acordo, os Estados Unidos mantiveram o embargo econômico, pressionando os outros países a fazerem o mesmo e isolando Cuba. Além disso, manteve os planos para desestabilizar o regime de Castro, incluindo as diversas tentativas de assassinato do revolucionário: Comprovadamente, foram oito. No entanto, o ex-chefe da inteligência cubana, Fabián Escalante, já afirmou terem sido mais de 600 tentativas!

NICARÁGUA

Não era somente Cuba que sofria com o imperialismo estadunidense: entre 1929 e 1933, **Augusto César Sandino** organizou uma guerrilha para expulsar fuzileiros navais estadunidenses que ocupavam a Nicarágua. Saiu vitorioso, mas foi traído por **Anastácio Somoza Garcia**, o chefe da Guarda Nacional, que orquestrou seu assassinato.

Somoza então passou a controlar a Nicarágua com mãos de ferro, se valendo da repressão policial e política para enriquecer. Sua família controlava empresas e latifúndios importantes e eram constantes os escândalos ligados à desvios de verbas públicas e assassinatos políticos. Além disso, a Nicarágua era um dos países mais pobres do mundo, apresentando taxas de mortalidade exorbitantes decorrentes das condições precárias de vida. Diante desse cenário, um vasto campo de oposição foi criado contra a ditadura de Somoza, que incluía a **Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN)**, fundada em 1961.

Em 1978, o diretor de um jornal de oposição foi assassinado pelo governo. Era a gota d'água que faltava para o estopim de uma grande revolta contra o governo. Rebeldes passaram a controlar diversos bairros da capital Manágua, e realizavam ataques de guerrilha urbana constantes, que eram respondidos com bombardeios aéreos por parte do governo. Finalmente, em julho de 1979 as tropas de Somoza fugiram do país, abrindo as portas para um novo governo revolucionário.

O novo governo, inspirado na Revolução Cubana, praticamente erradicou o analfabetismo, estatizou as propriedades da família Somoza e o sistema bancário, mas não acabou com a propriedade privada, mantendo uma economia mista. As condições de vida da população, de maneira geral, melhoraram, mas a presença de grandes latifúndios e a oposição dos empresários fazia com que as condições de vida na Nicarágua continuassem precárias. Em 1984, houve a primeira eleição desde a vitória da revolução, vencida por Daniel Ortega, ligado à FSLN. Os empresários reagiram negativamente ao resultado do pleito, enviando o dinheiro para contas no exterior e paralisando a produção, gerando uma grave crise de abastecimento.

Além disso, os Estados Unidos não viam com bons olhos o governo da Nicarágua, que apoiava outros movimentos revolucionários pela América Central, como a **Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional** de El Salvador. Assim, o governo de Washington passou a apoiar grupos de oposição à FSLN e a praticar uma guerra comercial com a Nicarágua. A partir de 1987, o governo sandinista mudou radicalmente sua postura: abandonou a perspectiva revolucionária e adotou políticas neoliberais que afetaram diretamente a parte mais empobrecida da população, finalmente, em 1990, Daniel Ortega foi derrotado por Violeta Chamorro, apoiada pelos grandes empresários e pelo governo estadunidense.

CAPÍTULO 28:

PRIMEIRO CHOQUE DO PETRÓLEO E A CRISE DOS ANOS 70

A DÉCADA DE 1970: TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS E CRISE DO MODELO ECONÔMICO

A década de 1970 representou um marco importante na história do século XX, caracterizando-se por profundas transformações políticas e econômicas em escala global. Um dos fenômenos mais significativos foi o avanço dos processos de descolonização na África e na Ásia. Embora muitas independências tenham ocorrido logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, esse movimento se estendeu até o início dos anos 1970, culminando com a desintegração dos territórios ultramarinos de Portugal, como Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, em 1975.



Agostinho Neto, importante liderança do movimento pela libertação de Angola, celebrando a independência do país. Luanda, 1975

Diversos fatores explicam esse processo. Durante os primeiros anos da Segunda Guerra, a ocupação nazista em parte da Europa enfraqueceu o controle administrativo sobre as colônias. Além disso, mesmo vitoriosos, países como França e Reino Unido saíram da guerra com suas economias fragilizadas e exércitos desgastados, o que dificultou a repressão aos levantes anticoloniais. Outro fator decisivo foi a participação de soldados de regiões coloniais nos exércitos europeus: essa experiência de combate despertou o sentimento de unidade nacional e fortaleceu a luta por autodeterminação. No contexto da Guerra Fria, movimentos de libertação nacional encontraram apoio na União Soviética e China, o que ampliou sua força política e militar frente às metrópoles europeias.

No Oriente Médio, a conjuntura geopolítica se agravou após a Guerra do **Yom Kippur**, em 1973. Em resposta ao apoio ocidental a Israel, os países árabes membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) decidiram elevar drasticamente o preço do barril de petróleo, causando o chamado “**choque do petróleo**”. Essa medida teve impacto direto sobre as economias ocidentais: elevou a inflação, aumentou o desemprego e gerou um clima de instabilidade global.

Paralelamente, os Estados Unidos enfrentavam crescente concorrência industrial do Japão e da Europa Ocidental, resultando em déficits comerciais inéditos desde o fim da Segunda Guerra. A combinação entre inflação alta e estagnação econômica colocou em xeque o modelo do Estado de Bem-Estar Social, que vinha sendo implementado desde os anos 1940.

Como alternativa a esse modelo, ganharam força os **ideais neoliberais**, articulados por economistas da chamada **Escola de Chicago**, como Milton Friedman. Defendendo a redução da intervenção estatal na economia, o livre mercado e o controle rígido da inflação, essas ideias passaram a ser aplicadas em contextos reais. O caso mais emblemático da década foi o Chile, onde a ditadura de Augusto Pinochet, com apoio dos Estados Unidos, serviu como laboratório para políticas neoliberais. Nos anos seguintes, esse modelo se espalhou para países centrais: **Margaret Thatcher** (1979–1990), no Reino Unido, e **Ronald Reagan** (1981–1989), nos Estados Unidos, adotaram políticas econômicas que marcaram o início da hegemonia neoliberal no cenário global.

CAPÍTULO 29:

MOVIMENTOS DE CONTESTAÇÃO

INTRODUÇÃO

O final da década de 1960 é um marco na história do século XX. Foi a partir dessa época que diversos movimentos de contestação à ordem vigente começou a ocorrer em diversas áreas do mundo. Neste capítulo, estudaremos um pouco sobre esses fenômenos.

1968

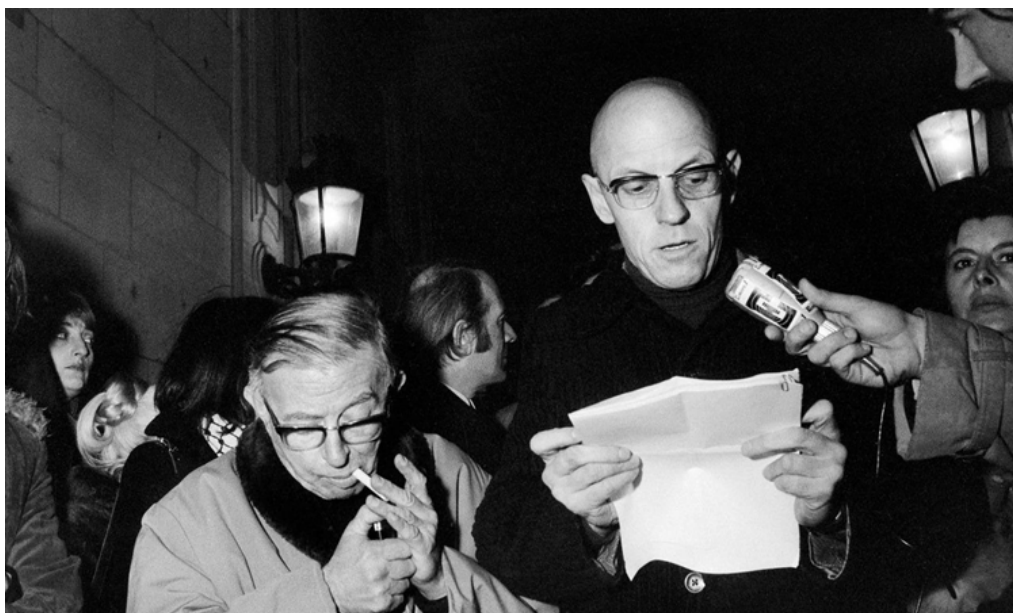
O ano de 1968 foi um ano de grande efervescência cultural nos Estados Unidos, na América Latina e na Europa. O mundo estava mudando, alguns países africanos, como a Argélia, haviam ficado independentes, a Revolução Cubana, mesmo com o embargo econômico e os ataques imperialistas, prosperava, a corrida espacial fazia com que novas tecnologias surgissem. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, o mundo continuava parecido com o cenário que se apresentava desde o fim da Segunda Guerra Mundial: a hegemonia mundial dividida entre comunistas e capitalistas e as minorias permaneciam com seus direitos restringidos.

Os Estados Unidos, com seus sucessivos fracassos na Guerra do Vietnã, não eram mais capazes de esconder a humilhação com as centenas de corpos de jovens soldados americanos que chegavam nos aeroportos do país. Diante deste cenário, um forte movimento de oposição à guerra se formou, liderado por estudantes e hippies.



Repressão aos protestos contra a Guerra do Vietnã no cartaz, lê-se “Parem com a Guerra na Indochina - Vietnã agora!”

No mesmo ano, na Europa, estudantes protestaram contra a prisão de colegas e tomaram diversos bairros de Paris, erguendo barricadas e entrando em conflito com as forças policiais. Além dos estudantes, grandes intelectuais franceses engrossaram as fileiras dos protestos de **Maio de 1968**, como Michel Foucault, Simone de Beauvoir e Jean Paul Sartre. Os protestos contra o governo de **Charles De Gaulle**, ganharam também o reforço dos trabalhadores e das centrais sindicais, que mobilizaram uma greve nacional geral massiva que contou com a adesão de cerca de dez milhões de pessoas. Protestos similares também ocorreram no Brasil (contra a ditadura militar), no México (contra os gastos excessivos para a realização dos jogos olímpicos do México de 1968), em Praga, na Tchecoslováquia (contra o controle soviético sobre o país), na Polônia e na Iugoslávia. Apesar de reivindicações particulares e distintas, todos os atos deixavam claro o descontentamento com os governos, que reprimiram violentamente os movimentos.



Sartre e Foucault em protesto. Paris, 1968.

MOVIMENTO PELOS DIREITOS CIVIS.

Apesar da conquista da 13ª e 15ª emendas à Constituição Estadunidense (que abolia a escravidão e reconhecia os direitos políticos de pessoas negras, respectivamente), os EUA passavam, até os anos 1950, por um contexto de **apartheid**, ou seja: de segregação racial entre brancos e negros.

Há décadas defensores dos direitos humanos já condenavam o apartheid estadunidense, mas foi somente em 1955 que um amplo movimento de massas tomou conta do país para

reivindicar o fim da segregação racial.

Rosa Parks, uma mulher negra, realizou um ato político em um ônibus, negando-se a ceder o lugar para um homem branco. Rosa foi presa, despertando a revolta da população negra e das lideranças do movimento pelos direitos civis.

Uma dessas lideranças era **Martin Luther King Jr.** que propôs um boicote da população negra ao transporte público na cidade de Montgomery. King Jr. também foi preso e teve sua casa depredada por grupos racistas ligados à extrema direita.



Bebedouros separados para brancos e negros. Estados Unidos, década de 1950

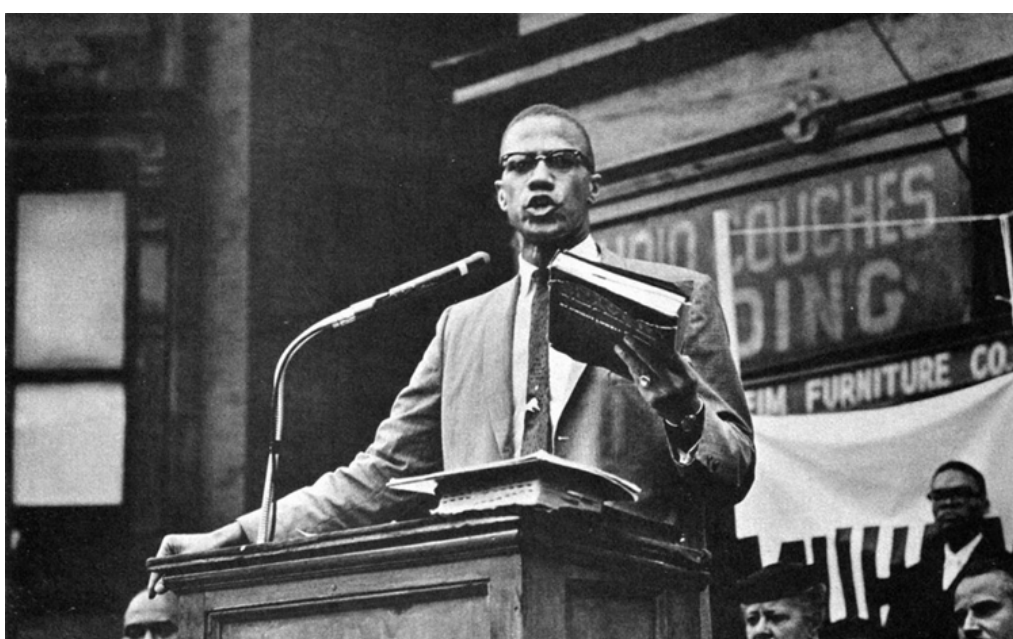


Martin Luther King discursa em frente à uma multidão. Estados Unidos, 1963

Depois de sua soltura, Martin Luther King continuou liderando grandes protestos, que resultaram no fim da segregação racial institucionalizada, no ano de 1963. Apesar de sua importância, muitas lideranças do movimento negro criticavam sua postura pacifista inspirada em Ghandi, na Índia. Eram os casos de Malcolm X, e dos militantes do **Partido dos Panteras Negras Para Autodefesa**, movimento de orientação marxista-leninista, muito influenciado pelo Maoísmo, que em linhas gerais defendia uma revolução armada afrocentrada. Apesar de diferentes estratégias, tanto Luther King Jr quanto Malcolm X foram assassinados. O Partido dos Panteras Negras não teve melhor sorte: a maioria de suas lideranças foram presas sob circunstâncias duvidosas ou assassinadas.



Membros do Partido dos Panteras Negras, Estados Unidos, 1969.



Malcolm X discursando. Detroit, 1964.

AS MULHERES

A posição das mulheres também era dramática, principalmente no mundo ocidental. Nos Estados Unidos, eram vítimas de campanhas publicitárias misóginas, recebiam salários inferiores para desempenho de mesmas funções, apresentavam menores índices de escolaridade e eram minoria absoluta no ensino superior.

Embalado pela atmosfera rebelde do fim dos anos 60, porém, o movimento feminista começou a se fortalecer novamente, depois de uma queda de popularidade a partir dos anos 1920. Novas pesquisas universitárias com abordagens feministas passaram a ser publicadas, e as mulheres passaram a se organizar em diversos coletivos que reivindicavam paridade salarial e de direitos. Foi somente no ano de 1964, que a Legislação estadunidense passou a proibir a discriminação por motivos de raça e gênero em ambientes profissionais.



Protesto feminista em apoio ao Partido dos Panteras Negras, Estados Unidos, década de 1960

CAPÍTULO 30:

**ISRAEL E OS ESTADOS ÁRABES/
ISRAEL E OS PALESTINOS:
APARTHEID, TERRORISMO
E DIPLOMACIA**

O ESTADO DE ISRAEL E OS CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO.

Como já vimos há alguns capítulos, o fim da Primeira Guerra Mundial (1918) provocou uma grande reorganização das fronteiras nacionais na Eurásia, com o desaparecimento de alguns países e o surgimento de novos Estados. Uma das regiões mais afetadas por esse processo foi o Oriente Médio, região banhada pelo Mar Mediterrâneo, que começa na faixa da Turquia e Península Arábica até a Índia. Essa região, até 1920, era dominada pelo Império Turco-Otomano, mas foi desmembrada em vários territórios, que em sua maioria ficaram sob o controle francês ou inglês. Dentre as Regiões que ficaram controladas pelos Ingleses, destaca-se a Palestina.

Durante o século XIX, ganhou força a ideia de que seria necessário estabelecer um Estado Judeu na Palestina, para proteger a população judaica das perseguições religiosas sistemáticas das quais eram vítimas há vários séculos. À defesa do estabelecimento deste Estado Judaico no interior da Palestina deu-se o nome **Sionismo**.

Ao longo do século XX, grandes ondas migratórias de judeus chegaram ao território palestino, movimento que se intensificou durante os anos que sucederam a ascensão do nazismo na Alemanha. As lideranças árabes e palestinas não viam com bons olhos este fluxo migratório, e organizaram uma série de revoltas contra a presença de judeus na região, além de pressionarem os britânicos a proibir a migração de judeus da Europa até a Palestina.

No entanto, depois dos horrores da segunda guerra mundial e do holocausto, as pressões pela criação de um Estado Judaico era muito grande. Além disso, os judeus instalados na Palestina passaram a pegar em armas para defender sua permanência na região. Assim, em 1947 a ONU propôs a existência de dois Estados na Palestina: um judeu e outro árabe. Os palestinos, no entanto, não aceitaram a proposta, porque, apesar de serem maioria na região e estarem naquele território há mais tempo, ficariam com a menor parte do território. Para eles, a proposta era muito similar ao retorno do colonialismo.

Em 1948, o Estado de Israel foi fundado definitivamente, dando início a uma guerra entre árabes e israelenses. O Estado de Israel, no entanto, era melhor equipado e financiado, recebendo apoio logístico dos Estados Unidos. Desta maneira, os israelenses passaram a invadir sistematicamente a região destinada aos palestinos, que foram obrigados a viver em acampamentos de refugiados da ONU e submetidos à uma série de violências.

Os anos que se sucederam foram marcados por uma escalada das tensões entre árabes e israelenses. O Egito ganhou papel de protagonismo na região ao apoiar a causa palestina e o nacionalismo árabe, e a Palestina criou a **Organização pela Libertação da Palestina (OLP)**, optando pela luta armada. Enquanto isso, Israel mantinha o projeto colonial de anexação do território palestino com o apoio dos Estados Unidos.

Com o crescimento da liderança do Egito sob os Estados Árabes, o Estado israelense lançou uma ofensiva militar em 1967, que destruiu toda a força aérea egípcia, anexando imensas porções territoriais, na Península do Sinai, Cisjordânia, Colinas de Golan e Jerusalém, em um episódio conhecido como a **Guerra dos Seis Dias**. Alguns anos depois, em 1973, Egito e Síria realizaram ataques à Israel, na chamada **Guerra do Yom Kippur**. Apesar de terem tomado a iniciativa do ataque, não foram capazes de suportar a contraofensiva israelense apoiada pelos Estados Unidos.

Em solidariedade à causa palestina, a **Organização dos Países exportadores de Petróleo (Opep)**, aumentou os preços do barril de petróleo em 300%, prejudicando gravemente a economia ocidental e, principalmente, a dos Estados Unidos.

Os conflitos não cessaram: o Estado israelense continuou sem admitir a existência de um Estado Palestino, enquanto novas gerações de palestinos nascidos em campos de refugiados passaram a nutrir um ódio profundo pelos israelenses. Neste contexto, surgiu o grupo **Hamas**, que acusava a moderação da OLP e propunha a destruição do Estado de Israel se valendo de ações terroristas.

Em 7 de outubro de 2023, o Hamas realizou uma ação que resultou em centenas de civis israelenses mortos e capturados, o que provocou, da parte de Israel uma grande reação militar que já causou milhares de mortes civis e uma das crises humanitárias mais graves na região nas últimas décadas.

Realização:



Patrocínio:



Integração
Metropolitana



Projeto Gráfico:





Programa de
**Capacitação
e Integração
de Lideranças
Sociais**